

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPHR**

**DISSERTAÇÃO**

**“REGRAS DE CIVILIDADE”**

**Tecendo a masculinidade do *smart* nas páginas d’*O Rio Nu* (1898-1916)**

**NATÁLIA BATISTA PEÇANHA**

**2013**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPHR**

**“REGRAS DE CIVILIDADE”**

**Tecendo a masculinidade do *smart* nas páginas d’*O Rio Nu* (1898-1916)**

**Natália Batista Peçanha**

*Sob a Orientação do Professor*  
**Álvaro Pereira do Nascimento**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em História**, no Curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração em Relações Poder, Trabalho e Movimentos Sociais.

Seropédica, RJ  
Agosto de 2013

981.05

P364r

T

Peçanha, Natália Batista, 1985-  
"Regras de civilidade": tecendo  
a masculinidade do *smart* nas  
páginas d'*O Rio Nu* (1898-1916) /  
Natália Batista Peçanha - 2013.  
162 f. : il.

Orientador: Álvaro Pereira do  
Nascimento.

Dissertação (mestrado) -  
Universidade Federal Rural do Rio  
de Janeiro, Curso de Pós-Graduação  
em História - PPHR.

Bibliografia: f. 135-145.

1. Brasil - História - República  
Velha, 1889-1930 - Teses. 2.  
Civilização - História - Teses. 3.  
Masculinidade - Teses. 4.  
Homossexualismo - Teses. 5.  
Alcoolismo - Teses. 6. Normas  
sociais - Teses. 7. Empregados  
domésticos - Relações profissionais  
- Teses. I. Nascimento, Álvaro  
Pereira do, 1964-. II. Universidade  
Federal Rural do Rio de Janeiro.  
Curso de Pós-Graduação em História  
- PPHR. III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**NATÁLIA BATISTA PEÇANHA**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em História**, no Curso de Pós-Graduação em História, área de Concentração em Relações de Poder, Trabalho e Movimentos Sociais.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 06/08/2013

---

Prof. Dr. Álvaro Pereira do Nascimento, UFRRJ  
(Orientador)

---

Profa. Dra. Fabiane Popinigis, UFRRJ

---

Prof. Dr. Marcos Luiz Bretas, UFRJ

---

Profa. Dra. Cristiana Schettini

**Suplentes**

---

Profa. Dra. Caetana Maria Damasceno

---

Profa. Dra. Giovana Xavier



## AGRADECIMENTOS

Como terminar um trabalho e não agradecer a todos que o tornaram possível? Muitos foram aqueles que me deram força e me ajudaram a encerrar mais uma etapa da minha vida. Desta forma, por mais que pareça clichê, não tenho como não agradecer inicialmente a Deus, visto que em alguns momentos pensei que não iria conseguir dar prosseguimento. Foi a Ele que me apeguei.

Em segundo lugar, e não menos importante, agradeço à minha família: meu pai, que em certos momentos me questionou quanto ao meu objeto de estudo estar voltado para História, mas nem por isso deixou de apoiar-me, demonstrando o seu orgulho aos amigos dizendo que "sua filha fazia mestrado". À minha mãe que, no intuito de ajudar-me, se prestou a passar tardes na Biblioteca Nacional, coletando enfadonhos anúncios naqueles cansativos microfilmes. À minha irmã que viu seu quarto se transformar em uma minibiblioteca, com papéis para todos os lados. E, ao meu noivo Fábio, que assim como a minha mãe, porém sem a possibilidade de desistir, anotou incansavelmente diversos anúncios, estando naquele lugar com aquelas desconfortáveis cadeiras do setor de microfilmes da Biblioteca Nacional em tardes de sol que pediam uma praia. Ao Marcos Bretas, agradeço por ter confiado em meu trabalho, sem desistir de mim e dando-me a possibilidade de conhecer o professor Álvaro Nascimento, meu atual orientador. Este, sem dúvida, teve que lidar com minhas angústias, desesperos e confusões. Ao Álvaro, só tenho a agradecer. Sua paciência e generosidade impulsionaram-me a cada vez à busca da realização de um trabalho que lhe causasse orgulho. Espero que tenha conseguido.

Agradeço também à Giovana Xavier, que mesmo com o cansaço de um final de gravidez, e, posteriormente com todas as novidades e confusões da vinda de um bebê, além de me receber em sua casa, lia meus trabalhos, sugerindo e indicando caminhos que foram de suma importância para o desenvolvimento deste.

À Fabiane Popinigis, antes de agradecer, devo revelar que, não sei o porquê, ficava nervosa e apreensiva só em ouvir falar de sua participação em minha banca. Temia que não gostasse de nada do que iria ler. Porém, tal impressão se desfez no momento em que te conheci. Sua simpatia e suas contribuições, apresentadas tanto na

qualificação, quanto na reunião feita no CPDA/UFRRJ, foram muito importantes para minha pesquisa.

Agradeço à Cristiana Schettini que com sua dissertação de mestrado me inspirou a desenvolver a presente pesquisa. Além, é claro, do fato de, mesmo tão longe, ter aceitado a participar de minha banca.

Agradeço à Pós-Graduação de História da UFRRJ, que com seus funcionários, sempre nos ajudou, enquanto alunos, nos casos de dúvidas acerca do preenchimento de matrículas, dos intermináveis relatórios e requisições de passagens.

Por fim, agradeço aos amigos e companheiros de desespero que fiz ao longo desses anos de luta, mas também de gratificação.

A todos, o meu muito obrigada.

## RESUMO

PEÇANHA, Natália Batista. **“Regras de civilidade”: tecendo a masculinidade do *smart* nas páginas d’*O Rio Nu* (1898-1916)**. 2013. 162p. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e sociais, Departamento de História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2010.

A presente dissertação tem como principal objetivo analisar o jornal *O Rio Nu: periódico semanal caustico humorístico* (1898-1916), que se caracterizava por seu conteúdo malicioso que o insere no chamado “gênero alegre”. Mais do que analisar o jornal pura e simplesmente em seus aspectos gráficos, o que pretendemos é entender como o mesmo, a partir de diversos *protocolos de leituras*, forjava um modelo de masculinidade a ser seguido pelos homens que se pretendiam modernos: os *smarts*. No contexto dos valores de progresso e civilização, cimentados por discursos afeitos à República, este jornal apresentava, incentivava e ditava novos modos de vida que os *smarts* deveriam seguir ou evitar para se enquadrarem a esses novos tempos. Homossexualidade, alcoolismo, virilidade, relações sexuais inter-raciais no âmbito do serviço doméstico foram alguns dos pontos destacados pelo jornal como modelos não condizentes com um *smart*. Portanto, este trabalho se conforma em um estudo de gênero, analisando os padrões de masculinidade, num momento em que diversas instituições estavam voltadas para a formação de cidadãos ideais.

**Palavras-Chaves:** *O Rio Nu*; *Smart*; Civilização; Gênero; Masculinidade.

#### ABSTRACT

PEÇANHA, Natália Batista. **“Regras de civilidade”: tecendo a masculinidade do *smart* nas páginas d’*O Rio Nu* (1898-1916).** 2013. 162p. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e sociais, Departamento de História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2010.

The present work is aimed at analyzing the newspaper *O Rio Nu: periódico semanal caustico humorístico* (1898-1916), which was characterized by its malicious content that falls within the so-called "*gênero alegre*." Rather than analyzing the newspaper simply in its graphical aspects, what we want is to understand starting by its different *reading* protocols, forged a model of manhood to be followed by men who themselves intended to be modern: the so called *smarts*. In the context of the values of progress and civilization that boosted urban reforms, cemented by the discourses concerned about the Republic, this newspaper had, encouraged and dictated new ways of life that *the smarts* should follow, as well as those which should be avoided. Homosexualities, alcoholism, virility, interracial sexual intercourses within the domestic service were some of the points highlighted by the newspaper as models not consistent with a *smart*. Therefore, this work conforms to a genre study, analyzing the patterns of masculinity, at a time when many institutions were focused on the formation of ideal citizens.

**Key Words:** *O Rio Nu*; *Smart*; Civilization; Gender; Masculinity.

### **LISTA DE ABREVIÇÕES**

AN – Arquivo Nacional

BN – Biblioteca Nacional

AGCRJ – Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

## LISTA DE IMAGENS

<b>Figura 1</b> - <i>O Rio Nu</i> , p.2, 11 ago. 1909 -----	<b>14</b>
<b>Figura 2</b> - José Ângelo Vieira de Brito. <i>Arquivo Nacional</i> . 23 jan. 1934. -----	<b>15</b>
<b>Figura 3</b> - <i>O Rio Nu</i> , p.1, 10 mar. 1900.-----	<b>17</b>
<b>Figura 4</b> - <i>O Rio Nu</i> . p.3, 12 nov. 1898. -----	<b>22</b>
<b>Figura 5</b> - <i>O Rio Nu</i> . p. 4, 01 mar. 1913. -----	<b>23</b>
<b>Figura 6</b> - <i>O Rio Nu</i> . p.5, 1-7 out. 1915. -----	<b>25</b>
<b>Figura 7</b> - <i>O Rio Nu</i> . p.6, 1-7 out. 1915. -----	<b>26</b>
<b>Figura 8</b> - <i>O Rio Nu</i> de 06 de maio de 1916, p.2. -----	<b>28</b>
<b>Figura 9</b> - <i>O Rio Nu</i> de 28 de novembro de 1900. -----	<b>29</b>
<b>Figura 10</b> - Ilustração de <i>O menino do Gouveia</i> (1914) In. GREEN, James N. <i>Além do carnaval: a sexualidade masculina no Brasil do século XX</i> . Trad. Cristina Fino e Cássio Arantes Leite. São Paulo: Editora Unesp, 1999, p.71. -----	<b>31</b>
<b>Figura 11</b> - <i>O Rio Nu</i> , de 02 de novembro de 1910, p.1. -----	<b>32</b>
<b>Figura 12</b> - <i>O Rio Nu</i> , p.4, 09 mai. 1903. -----	<b>35</b>
<b>Figura 13</b> - <i>O Rio Nu</i> , p.2, 14 mai. 1910. -----	<b>35</b>
<b>Figura 14</b> - <i>O Rio Nu</i> , p. 6, 14 mar. 1914. -----	<b>39</b>
<b>Figura 15</b> - <i>O Rio Nu</i> , p. 2, 03 set. 1910. -----	<b>41</b>
<b>Figura 16</b> - <i>O Rio Nu</i> , p. 4, 26 out. 1898. -----	<b>42</b>
<b>Figura 17</b> - <i>O Rio Nu</i> , p.7, 23 mar. 1910 -----	<b>43</b>
<b>Figura 18</b> - <i>O Rio Nu</i> , p.3, 01 fev. 1911 -----	<b>44</b>
<b>Figura 19</b> - <i>O Rio Nu</i> , p.2,20 abr. 1910. -----	<b>46</b>
<b>Figura 20</b> - <i>O Rio Nu</i> , p.3. 16 mai. 1914. -----	<b>48</b>
<b>Figura 21</b> - <i>O Rio Nu</i> , p. 4. 24 jul. 1909. -----	<b>49</b>
<b>Figura 22</b> - <i>O Rio Nu</i> . p.5. 3 fev. 1909. -----	<b>54</b>
<b>Figura 23</b> - <i>O Rio Nu</i> . p. 1. 13 jan. 1909. -----	<b>55</b>
<b>Figura 24</b> - <i>O Rio Nu</i> . p.5. 21 abr. 1909. -----	<b>57</b>
<b>Figura 25</b> - Trabalhos femininos. <i>O Rio Nu</i> . p.4. 21 fev. 1903. -----	<b>58</b>
<b>Figura 26</b> - Pergunta. <i>O Rio Nu</i> . p.5, 31 out. 1906. -----	<b>61</b>
<b>Figura 27</b> - <i>O Rio Nu</i> . p.4. 06 nov. 1907. -----	<b>62</b>

<b>Figura 28</b> - <i>O Rio Nu</i> . p.1, 24 mar. 1900. -----	<b>66</b>
<b>Figura 29</b> - Cyclista cansado. <i>O Rio Nu</i> . p.5, 04 fev. 1905. -----	<b>67</b>
<b>Figura 30</b> - Hercules Bravo. A um velho. <i>O Rio Nu</i> . p.2, 08 abr. 1908 -----	<b>67</b>
<b>Figura 31</b> - Pierrot. Marchando... <i>O Rio Nu</i> . p.2, 05 set. 1900. -----	<b>69</b>
<b>Figura 32</b> - <i>O Rio Nu</i> . p.4, 04 out. 1899. -----	<b>70</b>
<b>Figura 33</b> - <i>O Rio Nu</i> . p.4, 10 jul.1907. -----	<b>71</b>
<b>Figura 34</b> - <i>O Rio Nu</i> . p.4, 15 ago. 1906. -----	<b>73</b>
<b>Figura 35</b> - <i>O Rio Nu</i> , p.1, 17 abr. 1912. -----	<b>74</b>
<b>Figura 36</b> - Rua do Ouvidor. <i>O Rio Nu</i> . p.6, 17 mai. 1905 -----	<b>76</b>
<b>Figura 37</b> - Rua do Ouvidor. <i>O Rio Nu</i> . p. 6, 08 mar. 1905 -----	<b>76</b>
<b>Figura 38</b> - <i>O Rio Nu</i> . p.5, 14 jun. 1905.-----	<b>78</b>
<b>Figura 39</b> - Noite de Nupcias. <i>O Rio Nu</i> . p. 1, 08 dez. 1900. -----	<b>93</b>
<b>Figura 40</b> - Um convencido. <i>O Rio Nu</i> , p.1, 31 out. 1900. -----	<b>95</b>
<b>Figura 41</b> - Directoras e collaboradoras do “Grillo”, órgão da mulher que aparecerá brevemente. <i>O Rio Nu</i> , pp.4-5, 15 set. 1900. -----	<b>96</b>
<b>Figura 42</b> - As boas criadas. <i>O Rio Nu</i> , p.4, 24 jan. 1903. -----	<b>99</b>
<b>Figura 43</b> - O engano da cozinha. <i>O Rio Nu</i> , p.4. 26 abr. 1913. -----	<b>100</b>
<b>Figura 44</b> - <i>O Rio Nu</i> , p. 5, 25 fev. 1903. -----	<b>102</b>
<b>Figura 45</b> - A engommadeira amorosa. <i>O Rio Nu</i> , p.8, 18 fev. 1903. -----	<b>103</b>
<b>Figura 46</b> - Bello estratagema. <i>O Rio Nu</i> . p. 8, 02 mai. 1903. -----	<b>105</b>
<b>Figura 47</b> - Criada... para todo o serviço. <i>O Rio Nu</i> . p. 5, 05 jan. 1910. -----	<b>107</b>
<b>Figura 48</b> - Na ausência da patrôa. <i>O Rio Nu</i> . p.8, 12 abr. 1913. -----	<b>110</b>
<b>Figura 49</b> - Assinatura da empresa responsável pela charge. “Na ausência da patrôa”. In.Na ausência da patrôa. <i>O Rio Nu</i> . p.8, 12 abr. 1913. -----	<b>111</b>
<b>Figura 50</b> - <i>O Rio Nu</i> , p.2, 21 mai. 1904. -----	<b>113</b>
<b>Figura 51</b> - Que lavadeira!... <i>O Rio Nu</i> . p.1, 14 set. 1904. -----	<b>114</b>
<b>Figura 52</b> - <i>O Rio Nu</i> . p.1, 31 jan. 1914. -----	<b>117</b>
<b>Figura 53</b> - Excursões nocturnas. <i>O Rio Nu</i> . p.5, 03 nov. 1900. -----	<b>118</b>
<b>Figura 54</b> - O direito do filho. <i>O Rio Nu</i> . p.8, 30 mai. 1914. -----	<b>119</b>
<b>Figura 55</b> - O sonho de Mister Black. <i>O Rio Nu</i> . pp. 4-5, 23 abr.1913. -----	<b>121</b>
<b>Figura 56</b> - Pae José e Mãe Maria. <i>O Rio Nu</i> . p. 8, 20 jul. 1912. -----	<b>122</b>
<b>Figura 57</b> - Uma atracção. <i>O Rio N</i> . p.1, 29 nov.1911. -----	<b>123</b>
<b>Figura 58</b> - Na Rua do Senhor. <i>O Rio Nu</i> . p.1, 23 set. 1899. -----	<b>125</b>
<b>Figura 59</b> - Vingança. <i>O Rio Nu</i> . p.3, 25 jul. 1903. -----	<b>127</b>

**Figura 60** - Processo de Revisão. *O Rio Nu.* p.6, 08 jan.1908. -----127

**Figura 61** - Fitas do Moulin Rouge. *O Rio Nu.* p. 3, 06 jan. 1909. -----128

### **LISTA DE TABELAS**

**Tabela 1** – Quantidade de anúncios demandando mulheres para o serviço doméstico a partir do quesito idade por profissão – *Jornal do Commercio* (1827-1917) ----- **146**

**Tabela 2** - Quantidade de anúncios demandando homens para o serviço doméstico a partir do quesito idade por profissão – *Jornal do Commercio* (1827-1917) ----- **147**

**Tabela 3** – Preferências por cor e nacionalidade verificadas em anúncios do *Jornal do Commercio* (1827-1917) – sexo feminino -----**150**



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> -----	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO 1 – “Como os bens feitos jornais europeus”: análise das principais características estruturais d’<i>O Rio Nu</i>.</b> -----	<b>10</b>
1.1 Estrutura do jornal -----	10
1.2 Circulação do jornal -----	40
<b>CAPÍTULO 2 – “Manual de todos os tons”: os modelos de <i>smarts</i> criados pelo jornal <i>O Rio Nu</i> para a formação de homens civilizados</b> -----	<b>48</b>
2.1 “O Gouveia”: a homossexualidade nas páginas do jornal <i>O Rio Nu</i> -----	51
2.2 “Pobre velho impotente”: uma análise de como o jornal tratava a impotência sexual masculina.-----	64
2.3 O olhar d’ <i>O Rio Nu</i> sobre as consequências do alcoolismo -----	72
<b>CAPÍTULO 3 – “Para todo o serviço”: as representações das criadas nas páginas do jornal <i>O Rio Nu</i></b> -----	<b>80</b>
3.1 O tema do serviço doméstico nas páginas do jornal <i>O Rio Nu</i> -----	82
3.2 A criadagem como uma espécie de <i>voyeur</i> das intimidades dos patrões -----	84
3.3 A criada prestando “todo o serviço” para o patrão -----	107
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> -----	<b>131</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> -----	<b>135</b>
<b>ANEXOS</b> -----	<b>146</b>

## INTRODUÇÃO

A história desta dissertação tem como seu marco inicial o contato que eu – uma jovem recém-ingressada na universidade – me deparei com as aulas de Brasil III do curso de graduação em História da UFRJ. Ali teve início o encantamento acerca dos primeiros anos republicanos do Brasil.

Temas para a monografia logo me vieram à mente. Inicialmente, inspirada pelos textos de James Green<sup>1</sup>, desejei pesquisar os homossexuais do Largo do Rocio. Logo depois, me encantei pela literatura da Primeira República, mas não qualquer uma. Lá estava eu a dialogar com o gênero pornográfico. Iniciei os estudos acerca desta temática e a partir de reuniões com meu orientador, à época – Marcos Luis Bretas – fiquei sabendo de um pianista que possuía canções de cunho pornográfico de fins do século XIX e princípios do XX. Pronto, estava ali uma coisa que me chamou a atenção. Porém, havia um problema, só sabia o seu nome – Aluísio de Alencar Pinto – nada mais. Aproveitando-me dos recursos disponibilizados pela internet comecei à caçada a este pianista que poderia me fornecer tais fontes, que já haviam despertado minha curiosidade mesmo antes de conhecê-las.

Na minha busca, descobri que ele havia sido membro da Academia Brasileira de Música. Prontamente enviei um e-mail a tal instituição informando do meu interesse e perguntando se este material estava sob a guarda da instituição. A resposta demorou e aquilo me angustiava. Semanas depois recebi um e-mail informando que Aluísio de Alencar Pinto já havia falecido e a guarda deste material não estava com a Academia. Aquela notícia me atingiu como um balde de água fria. O único resquício de esperança estava em um telefone de contato do filho do pianista, o Sr. George Mirault. Liguei explicando a minha inquietação de historiadora em formação e obtive a resposta tão esperada – ele possuía os documentos.

Uma vez com esta documentação em mãos comecei as análises e percebi que aquelas canções oriundas de Recife<sup>2</sup> tinham uma característica: a figura da criada se

---

<sup>1</sup> GREEN, James N. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

<sup>2</sup>PIMPOLHO, Raul e BLACK. *Theatro Comico: album de canções com musicas originaes para piano e canto. Ilustração de Guapy. Vol. 1. Recife: Typographia a vapor da Agencia Jornalística Pernambucano, 1907. Caderno de canções originária do acervo pessoal do pianista Aluísio de Alencar Pinto.*

repetia. Porém, como o meu interesse era pesquisar o Rio de Janeiro e o número de canções era reduzido (vinte canções de teor “malicioso”, no qual cinco referentes às criadas) comecei a procurar outros materiais. Foi quando me deparei com o jornal *O Rio Nu*<sup>3</sup> e com a sua coluna *Theatro d’O Rio Nu* (coluna dedicada a publicar monólogos e canções). Estava aí o início de tudo.

Concluí a monografia<sup>4</sup> no qual analisei 24 canções que abordavam relações, muitas vezes sexuais, entre as criadas e seus patrões. Esse estigma que associa as criadas àquelas que devem “servir para todo o serviço” os patrões foi o que busquei entender nessa pesquisa, pois tal imagem nos chegou até hoje. No entanto, percebi que a minha monografia não foi capaz de responder todas as questões que estavam em minha mente. Possuía um jornal repleto de charges e crônicas que se remetiam à temática estudada e que apresentavam questões cujas respostas exigiam fontes mais diversas que somente as canções. Dentre as questões que surgiram, *a posteriori*, podemos destacar as seguintes: por que as imagens das criadas eram em sua maioria brancas, quando o serviço doméstico era composto em sua grande parte por mulheres negras<sup>5</sup>, por exemplo? Por que estas personagens estavam associadas a prostituição? Outras interrogações surgiam conforme investigava.

Decidi, então, que para o mestrado analisaria as canções e outras representações das criadas, além de realizar uma abordagem comparativa com outros jornais de “gênero alegre”<sup>6</sup> que circulavam na época. Passando no mestrado, iniciei a pesquisa.

---

<sup>3</sup> O Rio Nu: periódico semanal caustico humorístico (1898-1916). Rio de Janeiro. Obras Raras. PR-SOR 00008. Disponível também em: << <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>>.

<sup>4</sup> PEÇANHA, Natália. “*Criada para todo o serviço*”: as representações das empregadas domésticas em canções cômicas presentes no jornal *O Rio Nu* (1898-1916). 2010. 72f. Monografia (Graduação em História). Instituto de História. UFRJ. Rio de Janeiro: UFRJ/IH, 2010.

<sup>5</sup> A partir de anúncios coligidos no *Jornal do Commercio* entre os anos de 1827 a 1917, obtivemos os seguintes dados: o número de referências às criadas pretas era de 199, enquanto que o número de referências às criadas brancas foi de apenas 35. Ver tabela 3, do capítulo 3.

<sup>6</sup> Segundo Cristiana Schettini, a expressão “gênero alegre” diz respeito a uma preocupação com uma malícia delicada, dentro de certos limites, mas, ao mesmo tempo, está ligada à despretensão. Uma das primeiras publicações a assumir este rótulo foi o *Sans Dessous*, que associava esta expressão a vida noturna e a prostituição. Além disso, a maioria dessas publicações caracterizava-se por ser uma atividade de “horas vagas”, visto que seus redatores só se ocupavam dele em momentos de folga. Um exemplo disso era a do próprio José Ângelo Vieira de Britto, mais conhecido como Bock Bier. Ele era um dos principais redatores do jornal, mas dentre suas atividades principais podemos destacar a de 1º Oficial dos Correios. Ver: PEREIRA, Cristiana Schettini. *Um gênero alegre: imprensa e pornografia no Rio de Janeiro (1898-1916)*. 1997. 221f. Tese (Doutorado em História Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997. p.29 e Cf. SCHETTINI, Cristiana. O que não se vê: corpos femininos nas páginas de um jornal malicioso. In. DEL PRIORI, Mary e AMANTINO, Márcia (orgs) *História do corpo no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p.317, nota 3.

Mas algo mudou logo nas primeiras reuniões com meu orientador, o professor Álvaro Pereira do Nascimento. Tinha em mente que realizaria um estudo sobre as criadas e o serviço doméstico em si, mas ao longo desta empreitada percebi que meu objeto era outro. Na verdade, eu estava analisando as representações das criadas para um público leitor nada feminino. O jornal era feito por homens e para homens, e forjava um modelo a ser seguido – o *smart* – a fim de que seus leitores se enquadrassem em uma civilização que era por muitos almejada.

Assim, parti para um estudo de gênero<sup>7</sup> que melhor definisse a masculinidade, que por sinal ainda é pouco explorada pela historiografia brasileira<sup>8</sup>. Ao analisarmos a masculinidade não planejamos um distanciamento da feminilidade, até porque ao realizarmos um estudo de gênero estamos pensando nele como uma “organização social da relação entre os sexos”, ou seja, não há como pensar em homens sem as mulheres e vice e versa.<sup>9</sup>

De certa forma, este trabalho tende a romper com uma espécie de masculinidade hegemônica (homem forte, onipotente, viril), ao apresentar figuras masculinas que fogem a esse perfil (homossexuais, alcoólatras e impotentes), que, portanto, precisavam ser moldadas para se enquadrarem em uma espécie de masculinidade “aceitável”. Assim, o que percebemos é a vulnerabilidade do “ser homem” em uma sociedade ainda arraigada por uma estrutura paternalista, no qual aqueles que se afastavam de um modelo ideal de masculinidade (pai de família, trabalhador, bom marido), assim como as mulheres, estavam suscetíveis a serem alvos de *violências simbólicas*<sup>10</sup> impostas por uma espécie de *dominação masculina*<sup>11</sup>.

---

<sup>7</sup> Acerca dos estudos de gênero podemos destacar os trabalhos de MATOS, Maria Izilda Santos de. Discutindo masculinidades e subjetividade nos embalos de samba-canção. *Gênero: Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero – NUTEG*. V.2, n. 1. (2. sem. 2000). Niterói: EdUFF, 2000. pp. 73-86; SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. 20 (2). Jul./dez 1995. pp. 71-99; SOIHET, Rachel, SOARES, Rosana M. A.; COSTA, Suely Gomes (trad.). A História das mulheres. Cultura e poder das mulheres: ensaio de historiografia. *Gênero: Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero – NUTEG*. V.2, n. 1. (2. sem. 2000). Niterói: EdUFF, 2000. pp. 7-30. BUTLER, Judith. Regulaciones de género. *La ventana*, n. 23, 2005. pp. 7-35; CHARTIER, Roger. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica (nota crítica). *Cadernos Pagu* (4) 1995. pp. 37-47.

<sup>8</sup> MATOS, Maria Izilda Santos de. *Ibidem*. pp. 73-74

<sup>9</sup> SCOTT, Joan. *Ibidem*. pp. 72-75.

<sup>10</sup> Seria, para Pierre Bourdieu, uma espécie de “violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento. Cf. BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 2ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. pp.2-3.

<sup>11</sup> Por *dominação masculina* podemos entender uma naturalização de uma pretensa dominação masculina sobre a feminina, justificando as diferenças sociais. Cf. *Ibidem*.

A partir desses pressupostos realizamos as análises que deram subsídios para a elaboração dos três capítulos que compõem essa dissertação. Porém, antes de apresentá-los acho relevante realizar uma pequena explanação acerca do jornal e do contexto em que ele se insere.

O jornal *O Rio Nu: periódico semanal caustico humorístico* surgiu em um momento em que observamos a ampliação e consolidação de um mercado editorial brasileiro, em fins do século XIX, com foco num mercado consumidor mais amplo e com diversas publicações voltadas ao público masculino, como os de gênero pornográfico, os ditos “romances para homens”<sup>12</sup>. Todavia, este gênero não ficou restrito à literatura. Na imprensa verificamos, a partir da década de 1890, a emergência dos ditos jornais de “gênero alegre”, que se caracterizavam pelo humor apimentado e pela “leitura quente”, dos quais seu principal representante foi o jornal *O Rio Nu*<sup>13</sup>.

O supracitado jornal estava inserido num contexto de mudanças no cenário cultural, político, econômico e social na cidade do Rio de Janeiro, como a abolição da escravidão, a proclamação da República, reformas urbanas, dentre outros. Nesse mesmo momento o Brasil iniciava uma gana pela modernidade e civilização aos moldes europeus que atingissem não só a parte física da cidade, mas também a mentalidade de da sociedade carioca. Era necessário formar bons cidadãos para encaminhar o Brasil

---

<sup>12</sup> EL FAR, Alessandra. Ao gosto do povo: as edições baratíssimas de finais do século XIX. In. BRAGANÇA, Anibal e ABREU, Márcia (orgs.). *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Editora Unesp, 2011. cap.4. Todavia, um aprofundamento desta temática foi realizado em sua tese de doutorado, da qual originou o livro *Páginas de Sensação*, obra em que ela analisa a consolidação e ampliação do mercado editorial brasileiro. Ela associa esta ampliação a uma gana, por parte destas empresas, por fazer do produto impresso um produto comercial lucrativo, daí a necessidade de barateamento dos custos de edições, para facilitar a disseminação do material impresso ao “povo”. Uma dessas obras “baratíssimas” que se destacaram em fins do século XIX foi os ditos “romances para homens”, obras assim denominadas devido aos seus enredos repletos de conotações sexuais e obscenidades, o que fazia com que eles fossem vedados as mulheres. O sucesso destas publicações, também afetou e reformulou outros meios de comunicação, como os periódicos. Foi neste momento que *O Rio Nu*, surgiu como o principal jornal de cunho pornográfico da época. Ver: EL FAR, Alessandra. *Páginas de Sensação – Literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

<sup>13</sup> Elias Thomé Saliba informa que desde o Segundo Reinado, a imprensa brasileira vê a proliferação de revistas ilustradas. Estas por sua vez tiveram suas páginas incrementadas no mesmo momento em que a grande imprensa se desenvolveu, e, depois, principalmente no início do século XX, quando houve um avanço das artes gráficas, propiciando uma separação, em termos empresarias, dessas revistas semanais e ilustradas dos jornais. Assim aparecem diversas revistas fartamente ilustradas, muitas delas utilizando até fotografias. Desta forma, a partir das descrições de Saliba, podemos enquadrar *O Rio Nu* na categoria de revista ilustrada e não de jornal, todavia, seguiremos a nomenclatura utilizada pelo próprio *O Rio Nu*, que em diversos momentos refere-se a si mesmo como jornal. Ver: SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do riso: a representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 39. A respeito de como *O Rio Nu* refere-se a si mesmo ver, por exemplo, *O Rio Nu* de 21 de maio de 1898.

nessa empreitada.<sup>14</sup> Neste sentido, ao analisarmos o Rio de Janeiro da passagem para o século XX, não podemos deixar de considerar como estes aspectos, anteriormente mencionados, se imbricaram e forjaram comportamentos que muitas vezes foram influenciados pela a imprensa que se via em grande expansão.

Essas inovações e rupturas que marcaram o período da história brasileira foram propícias para o florescimento de diversas publicações humorísticas, que agregavam à comicidade uma linguagem e conteúdo que pairavam ao obsceno. Dentre os periódicos que se encaixavam a estas características podemos citar além do jornal *O Rio Nu, O Coió, O Tagarela, O Nu, Sans Dessous, A banana, O Nabo*, dentre outros<sup>15</sup>. De acordo com Elias Thomé Saliba, as raízes do humor brasileiro na *Belle Époque* estão articuladas a um cenário histórico marcado por manifestações culturais. Estas manifestações tinham, em geral, como objetivo obter respostas para a identidade cultural que deveria se forjar com a proclamação da República. A implementação deste novo regime gerava inquietações à respeito de como este iria colocar o Brasil na trilha do “progresso” e da “civilização”.<sup>16</sup> Conforme Marialva Barbosa, “os periódicos viv[iam] a febre da modernização”.<sup>17</sup>

A República, então, representava o rompimento com o atraso e com a barbárie, adjetivos estes facultados por seus propagandistas ao Império do Brasil. Segundo Maria Thereza Chaves de Melo, o vocábulo *república* incorporava mais do que um novo regime político, representava, na verdade, um futuro desejado, daí este termo ter incorporado as ideias de liberdade, democracia, progresso, em oposição à *monarquia*, que representava o atraso, a tirania e o privilégio.<sup>18</sup> A proclamação da República, assim como a abolição da escravidão, representava aos olhos de alguns membros da elite “o embarque no trem da evolução rumo à estação ‘civilização’”.<sup>19</sup>

---

<sup>14</sup> Ver: MELLO, Maria Thereza Chaves de. A modernidade republicana. *Tempo*, n. 26, 2009. p. 117. Disponível em: << [http://www.historia.uff.br/tempo/artigos\\_dossie/v13n26a02.pdf](http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/v13n26a02.pdf)>> Acessado em 12 mar. 2013; CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas, Sp: Editora da Unicamp/ Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2000; dentre outros.

<sup>15</sup> PRETI, Dino. *A linguagem proibida: um estudo sobre a linguagem erótica: Baseado no Dicionário moderno de Bock, de 1903*. São Paulo: LPB, 2010. p. 30

<sup>16</sup> SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do Riso: a representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 34

<sup>17</sup> MELLO, Maria Thereza Chaves de. A modernidade republicana. *Tempo*, n. 26, 2009. pp. 15-31. Disponível em: << [http://www.historia.uff.br/tempo/artigos\\_dossie/v13n26a02.pdf](http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/v13n26a02.pdf)>> Acessado em 12 mar. 2013.p. 117

<sup>18</sup> *Ibidem*. pp. 15-31

<sup>19</sup> *Ibidem*. p. 18

Esta euforia em torno da República foi vivenciada e pensada pelos intelectuais, sobretudo os da “Geração de 1870”, que expuseram e debateram o modernismo e a questão nacional em diferentes espaços. De acordo com Mônica Pimenta Velloso, devemos pensar o modernismo “como um processo e movimento contínuo que vai desencadear vários outros movimentos no tempo e no espaço”, ou seja, pensá-lo “a partir da perspectiva da simultaneidade, da continuidade e da pluralidade”.<sup>20</sup> A partir desta compreensão podemos entender como diversos acontecimentos se imbricaram para forjar a entrada do Brasil nesta “modernidade” almejada.

Para compreendermos como os intelectuais estudados se viam, ou seja, os porta-vozes do moderno, devemos nos reportar à Guerra do Paraguai, esta, sim, considerada o divisor de águas entre o “antigo” e o “moderno”. Na concepção de Mônica P. Velloso, esta guerra além de ter mostrado à esfera pública o “choque vivenciado pelos atores sociais ante as bruscas mudanças tecnológicas”, trazia ao seu bojo percepções acerca da necessidade de mudanças sociais (abolição da escravidão) e políticas (mudança de regime político). Mais ainda, este tumultuado cenário, fez com que surgisse a preocupação acerca da nacionalidade brasileira.

Os *intelectuais*, pensados como atores políticos<sup>21</sup>, serão elementos chave na construção desta modernidade. Maria Thereza Chaves de Mello nos mostra como eles contribuíram para o desmonte da imagem sacralizada de D. Pedro II e para a exaltação da República como uma opção possível. Os intelectuais da “Geração de 1870” juntos com a jovem intelectualidade militar comungavam dos mesmos descontentamentos frente a uma monarquia “moribunda”.<sup>22</sup> Estes descontentamentos eram publicizados por meio da imprensa, que teve um papel muito importante no desmonte da monarquia

---

<sup>20</sup> VELLOSO, Mônica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. In. *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Livro 1. 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 353.

<sup>21</sup> Pensaremos esses autores como *intelectuais*, ou seja, atores do político. Conforme Jean-François Sirinelli a noção de *intelectuais* possui um caráter polissêmico e polimorfo dificultando o estabelecimento de critérios rígidos para a definição da palavra. Assim, ele propõe uma definição de geometria variável, mas baseada em invariantes. A partir deste pressuposto ele determina duas acepções de intelectuais, que de certa forma não são autônomas: uma mais ampla que abarcaria criadores ou “mediares” em potencial, e ainda “receptores” da cultura, como jornalistas, escritores, professores secundários, dentre outros; e uma outra definição baseada na noção de engajamento, ou seja, como esse ator age ou intervêm nos assuntos de sua cidade, por exemplo. Desta maneira, identificamos estes autores como intelectuais de sua época por, de certa maneira, intervirem na sociedade com seus escritos e pelo fato de constituírem um meio intelectual ligado por laços de sociabilidade que os mantêm aderidos a uma causa – o fato de escreverem em um jornal/revista, por exemplo. Cf. SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In. RÉMOND, René. (org) *Por uma História Política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. pp.231-269.

<sup>22</sup> MELLO, Maria Thereza Chaves de. *A República Consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: Editora FGV: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (EduR), 2007. p. 38.

brasileira frente à opinião pública. Realizada a missão, estes mesmos intelectuais se debruçaram em outro papel importante, pensar a nacionalidade brasileira, visto que a abolição da escravidão e a proclamação da República não foram suficientes para implantar uma sociedade com bases democráticas e cidadãos responsáveis.<sup>23</sup> Pois caberia a eles “a missão de revelar a nacionalidade e organizá-la de acordo com os parâmetros científicos”.<sup>24</sup> Estes intelectuais da geração de 1870 estavam buscando compreender a multiplicidade da nacionalidade brasileira.<sup>25</sup>

De acordo com Mônica Pimenta Velloso, para que possamos compreender a instauração do modernismo no Brasil, primeiro devemos romper com a idéia de que somente os intelectuais da década de 1920 eram modernistas. Para ela, na virada do século XIX para o XX, no Rio de Janeiro, um grupo de intelectuais, conhecidos como os boêmios, era bem afinado com a “cultura do modernismo”.<sup>26</sup> Utilizando-se da linguagem humorística, esse grupo buscava mostrar, sobretudo através da imprensa, as mudanças que estavam ocorrendo nos tempos modernos. Assim, figuras como Lima Barreto, Bastos Tigre, Emílio de Menezes, José do Patrocínio Filho e os caricaturistas, Raul Pederneiras, Kalixto e J. Carlos, até fins da década de 1920, tentavam construir reflexões acerca da nacionalidade brasileira a partir do humor em sátiras e caricaturas.<sup>27</sup>

É justamente a intelectualidade boêmia do Rio de Janeiro que vai criar o jornal estudado, ou seja, *O Rio Nu*. Jornal este que tinha claramente a meta de embarcar “no trem da civilização”, seja através de modernizações em técnicas e maquinários utilizados, seja pelo próprio conteúdo que tentava ao máximo absorver esta área de modernização, através de um linguajar mais adequado aos novos tempos ou, simplesmente, pelo seu conteúdo que dava boas vindas ao “progresso”.

Uma vez apresentado o jornal e o contexto em que ele se inseria podemos destacar os capítulos dessa dissertação.

No primeiro capítulo temos por objetivo analisar o jornal *O Rio Nu*, pensando-o como uma prática cultural<sup>28</sup>. Pretendemos verificar, a partir da análise de sua estrutura,

---

<sup>23</sup> VELLOSO, Mônica Pimenta. *op.cit.* . p. 361

<sup>24</sup> *Ibidem.* p. 356

<sup>25</sup> *Ibidem* p. 356-357.

<sup>26</sup> *Ibidem.* p. 360

<sup>27</sup> *Ibidem.*

<sup>28</sup> CHARTIER, Roger. Do livro à leitura. In: CHARTIER, Roger (org). *Práticas da leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996. p. 78. Em *Textos, Impressão, Leituras*, Chartier novamente discute esta idéia de práticas de leituras, onde o ato de ler deve ser pensado como “uma prática criativa que inventa significados e conteúdos singulares, não redutíveis às intenções dos autores dos textos ou dos produtores dos livros. Chartier, Roger. *Textos, Impressões, leituras*. In: Lynn Hunt. *A nova história* São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 214. Ainda, em seu livro *A História Cultural: entre práticas e representações*,



quais eram os principais *protocolos de leituras*<sup>29</sup>, que se faziam presentes através de elementos que o autor disseminava pelo texto para “forçar” uma interpretação “ideal” de sua obra. Além disto, identificaremos alguns elementos forjados pela própria matéria tipográfica, como a disposição de imagens no corpo do texto, por exemplo, como uma forma para facilitar o acesso à leitura por um público específico, assim ampliando seu mercado consumidor<sup>30</sup>.

O segundo capítulo objetiva analisar *O Rio Nu* como um possível “educador” dos homens rumo à “civilização”, condenando certos modos de vida e elogiando outros, próprios de um modelo de homem ideal – o *smart*. Este, além de ser elegante no modo como se vestia e nos lugares que freqüentava, deveria ser um bom pai, marido e trabalhador. Àqueles que fugiam a este modelo eram condenados e estereotipados. Assim, a figura do homossexual como aquele efeminado afeito à pederastia e que poderia seduzir e corromper até mesmo crianças é apresentado pelo jornal de forma preconceituosa, assim como a figura do alcoólatra. Considerado uma “praga social”, o alcoolismo levaria o homem à “vagabundagem” e, conseqüentemente, à desestruturação da família.<sup>31</sup> Por fim, o *smart*, não podia ser sexualmente impotente. Era da responsabilidade do homem mostrar, através das múltiplas gestações de sua esposa, sua virilidade.<sup>32</sup> Desta forma, o jornal ridicularizava esses homens, geralmente apresentados como idosos, e apresentava, também, soluções como remédios que eram anunciados em suas páginas, que prometiam a cura deste mal. Assim, a partir desses três modelos, o

---

Chartier informa que a sociologia histórica das práticas de leituras tem como objetivo “identificar para cada época e para cada meio, as modalidades, partilhadas do ler – as quais dão formas e sentidos aos gestos individuais –, e que coloca no centro de sua interrogação os processos pelos quais, face a um texto, é historicamente produzido um sentido e diferenciadamente construída uma significação”. Ver: CHARTIER, Roger. Textos, impressos, leituras. In. CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1990. p. 121.

<sup>29</sup> O protocolo de leitura seria, para Roger Chartier, uma dada forma de ler, motivada pela materialidade do impresso, mas também pelas interferências, que podem ser explícitas ou não, dos editores, dos autores e do próprio texto. Ver SCHETTINI, Cristiana. O que não se vê: corpos femininos nas páginas de um jornal malicioso. In. DEL PRIORI, Mary e AMANTINO, Márcia (orgs) *História do corpo no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. 321, nota 8 e CHARTIER, Roger. CHARTIER, Roger. Do livro à leitura. In. CHARTIER, Roger (org). *Práticas da leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

<sup>30</sup> CHARTIER, Roger. *op. cit.*

<sup>31</sup> MATOS, Maria Izilda Santos de. *Meu lar é o botequim: alcoolismo e masculinidade*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001. pp. 29 -37

<sup>32</sup> DEL PRIORI, Mary. O corpo vazio: o imaginário sobre a esterilidade entre a Colônia e o Império. In. DEL PRIORI, Mary e AMANTINO, Márcia (orgs.). *História do Corpo no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p.108. Acerca da noção de virilidade, Bourdieu informa que esta, em seu aspecto moral de “questão de honra”, “princípio da conservação e do aumento da honra, mantém-se indissociável, pelo menos tacitamente, da virilidade física, através, sobretudo, das provas de potência sexual” Cf. BOURDIEU, Pierre. *op.cit.* p. 12.

jornal apresentava padrões que afastavam o homem do *status* de *smart*, e que, portanto, deveria ser evitado ou curado.

Por fim, o terceiro capítulo traz a personagem que deu início a esta pesquisa – a criada. Em meio a discussões para a regulamentação do serviço doméstico, que se multiplicavam na Câmara Municipal do Rio de Janeiro<sup>33</sup>, este jornal, se aproveitando do momento em que a honra das criadas e das agências de locação estavam sendo postas em dúvida de forma mais evidente, divulgava diversas representações em torno desta personagem. Estas representações possuíam algumas características: as criadas podiam ser usadas pelo patrão “para todo o serviço”, desde que este tivesse algumas cautelas. Primeiro, se fosse manter relações sexuais com as criadas era preferível que ela fosse branca ou mais se aproximasse disto (no jornal as imagens das criadas eram em sua maioria de mulheres brancas, mesmo quando representavam mulatas). Em segundo lugar, era necessário ter uma atenção a essas mulheres que, por compartilhar das intimidades dos patrões, podia escutar ou presenciar mais do que devia. E, finalmente, estas mulheres precisavam ser postas em suspeição por levarem para dentro da casa dos patrões os perigos das ruas. Desta forma, este capítulo tem como objetivo analisar como o jornal forja a figura da criada como um objeto de satisfação sexual do patrão, porém não qualquer uma. Um *smart* deveria evitar, ao máximo, manter relações sexuais com mulheres negras ou crioulas. A mestiçagem, neste momento, era vista por muitos como um empecilho ao “progresso” do Brasil.<sup>34</sup>

---

<sup>33</sup> A partir da década de 1870 o serviço doméstico começa a ser encarado como um problema público que merecia a atenção política, mas não só o serviço doméstico merecia atenção – o mundo do trabalho deveria ser reorganizado e disciplinado às novas conjunturas que se redefiniam, sobretudo após a promulgação da Lei do Ventre Livre (1871). Segundo Luciana de Araújo Pinheiro, a lei de 1871 tinha uma forte ligação a um “projeto legal de força de trabalho livre”, com o intuito de “regulamentar longos contratos de trabalhos e severas punições à vadiagem”. Desta maneira, os processos de regulamentação do serviço doméstico estão inseridos nesse projeto maior, não é a toa que só no Rio de Janeiro haverá algo em torno de 19 projetos de regulamentação do serviço doméstico. SOUZA, Flávia Fernandes de. *Para casa de família e mais serviço: o trabalho doméstico na cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História). São Gonçalo/RJ: UERJ-FFP/PPGHS, 2010. Outros estados brasileiros também vão neste mesmo momento implementar resoluções para regulamentar tal atividade. Sobre os processos de regulamentação do serviço doméstico em outros estados brasileiros ver MATOS, Maria Izilda Santos de. *Porta adentro: criados de servir em São Paulo de 1890 a 1930*. In: BRUSCHINI, Maria Cristina; SORJ, Bila (Org.). *Novos olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil*. São Paulo: Marco Zero, 1994. p. 193- 212; Marcus J. M. de. *De portas adentro e de portas afora: trabalho doméstico e escravidão no Recife, 1822-1850*. *Afro-Ásia*, 29/30, 2003. p. 41-78. e BAKOS, Margaret Marchiori. *Regulamentos sobre o serviço dos criados: um estudo sobre o relacionamento Estado e Sociedade no Rio Grande do Sul (1887-1889)*. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 4, n. 7, p. 94-104, mar. 1984.

<sup>34</sup> Sobre os diversos discursos propalados em fins do século XIX e princípios do XX, acerca da miscigenação no Brasil ver: SCHWARCZ, Lilia M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. Companhia das Letras, 1993.

Agora, que possuímos uma noção do que se trata esta dissertação partimos para as análises mais aprofundadas do tema. Que, se não “servir” para alguma coisa, ao menos, nas palavras de Marc Bloch, entretenha.<sup>35</sup>

## CAPÍTULO 1

### “Como os bem feitos jornais europeus”<sup>36</sup>: análise das principais características estruturais d’*O Rio Nu*.

#### 1.1 - Estrutura do jornal

Quando falamos em mudanças no cenário das letras cariocas devemos logo nos remeter aos anos de 1870. A partir desta década, o mercado editorial brasileiro experimentou um expressivo desenvolvimento, com o advento de novas tecnologias de impressão que barateavam o custo, e, por conseguinte, o preço das obras publicadas, ampliando o mercado consumidor e popularizando a leitura e a venda de livros.<sup>37</sup> Ao lado destas alterações no cenário tipográfico, podemos acrescentar o desenvolvimento do sistema telegráfico e o desenvolvimento dos Correios, que facilitavam a disseminação dos periódicos para diversas partes do país, propiciando a prática de assinaturas dos impressos por pessoas ávidas por materiais publicados, por exemplo, na *Capital Federal*.<sup>38</sup>

Todavia, tais avanços não se limitaram às produções de livros. No que diz respeito ao cenário jornalístico carioca, ele também se valeu desses avanços e mudou a sua forma de empreender – os pequenos jornais aos poucos se transformavam em empresas comerciais. O marco dessas mudanças no cenário jornalístico se deu em 1874 com o surgimento da *Gazeta de Notícias*. Seu fundador, Ferreira de Araújo, antenado com as mudanças pelas quais a sociedade carioca passava em meado do século XIX e verificando a necessidade de ampliação da circulação de seus impressos a camadas da sociedade que antes não eram o foco dos outros jornais, inaugurou o sistema de vendas

---

<sup>35</sup> BLOCH, Marc. *Apologia da História, ou, O Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. p. 43.

<sup>36</sup> *O Rio Nu*, p.4, 09 mai. 1903.

<sup>37</sup> EL FAR, Alessandra. *Páginas de sensação: literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro. (1870-1924)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. pp.11-13.

<sup>38</sup> BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010. p. 117.

avulsas pela cidade. Esta prática foi uma revolução no campo jornalístico, pois possibilitou a massificação da imprensa. Antes, somente uma pequena parcela da população tinha acesso aos jornais que eram vendidos em livrarias e casas de comércio.<sup>39</sup> Porém, as mudanças não ficaram somente nas formas de vendas, as inovações técnicas implementadas por este empreendedor possibilitaram o barateamento dos custos de produção, permitindo, desta forma, a venda de jornais mais baratos para camadas sociais diversas. Estas mudanças que tinham o objetivo de popularizar a imprensa não podiam se restringir às questões de venda e técnicas. Para atingir a um público leitor mais amplo, mudanças no que diz respeito ao conteúdo e a forma de escrita dos jornais tiveram que ser implementadas. Desta maneira, uma série de transformações na escrita foi realizada a fim de possibilitar uma leitura mais fácil do jornal, a partir de uma linguagem condizente ao novo público leitor, associada, é claro, a temáticas que interessavam as camadas populares.<sup>40</sup> Desses assuntos que chamavam a atenção dos leitores podemos destacar: os grandes crimes, os resultados do jogo do bicho, e (porque não?) assuntos um tanto que apimentados – como textos pornográficos.

Esses textos, chamados na época de “romances para homens”, tiveram seu *boom* editorial a partir dos anos de 1870. Essas obras, em geral, eram traduzidas do francês, e sua disseminação entre o público carioca estava atrelada ao sucesso que elas faziam na Europa. Recebiam a alcunha de “romances para homens”, devido a sua leitura ter sido expressamente proibida às mulheres que, na época, eram vistas como pessoas de personalidade fraca, passíveis de serem iludidas pelos temas abordados nesses romances.<sup>41</sup> Do cenário literário, este enredo do obsceno foi utilizado pela imprensa como chamariz para um novo público, sobretudo em fins do século XIX e princípios do XX, ficando conhecido como “gênero alegre”<sup>42</sup>, mas também como “imprensa

---

<sup>39</sup> PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *O carnaval das letras: literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX*. 2ª ed. ver. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004. p. 39.

<sup>40</sup> *Ibidem*. pp. 39-41.

<sup>41</sup> EL FAR, Alessandra. *op.cit.* p. 15.

<sup>42</sup> Segundo Cristiana Schettini, a expressão “gênero alegre” diz respeito a uma preocupação com uma malícia delicada, dentro de certos limites, mas, ao mesmo tempo, está ligada à despreensão. Uma das primeiras publicações a assumir este rótulo foi o *Sans Dessous*, que associava esta expressão a vida noturna e a prostituição. Além disso, a maioria dessas publicações caracterizava-se por ser uma atividade de “horas vagas”, visto que seus redatores só se ocupavam dele em momentos de folga. Um exemplo disso era a do próprio José Ângelo Vieira de Britto, mais conhecido como Bock Bier. Ele era um dos principais redatores do jornal, mas dentre suas atividades principais podemos destacar a de 1º Oficial dos Correios. Ver: PEREIRA, Cristiana Schettini. *Um gênero alegre: imprensa e pornografia no Rio de Janeiro (1898-1916)*. 1997. 221f. Tese (Doutorado em História Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997. p.29 e Cf. SCHETTINI, Cristiana. O que não se vê: corpos femininos nas páginas de um jornal malicioso. In. DEL PRIORI, Mary e AMANTINO, Márcia (orgs) *História do corpo no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p.317, nota 3.

fescenina”<sup>43</sup>. De acordo com Dino Pretti, esses impressos “constituem uma imitação dos jornais e revistas congêneres de Paris e surgiram, ao que tudo indica, como uma ampliação das secções cômicas e das caricaturas dos diários, muito apreciadas pelo grande público”<sup>44</sup>. Ainda segundo Pretti

Quase todas elas se caracterizavam pelo uso de uma linguagem dúbia, maliciosa, em que o elemento obsceno velado era fruto da exploração da polissemia dos vocábulos, dos jogos de palavras e dos trocadilhos. Invariavelmente traziam na apresentação uma grande charge, quase sempre de fundo erótico, que tomava toda a primeira página. E, sob esse aspecto da apresentação gráfica, não se diferenciavam daquelas a que nos referimos antes. A matéria interior se distribuía entre pequenas narrativas e versos de motivos libertinos, comentários de fundo crítico-humorístico, capítulos de folhetins, piadas, charadas, mexericos, palpites para o jogo de bicho, notícias teatrais e de bastidores, propaganda.<sup>45</sup>

Foi nesse nicho editorial que o jornal *O Rio Nu: periódico semanal caustico humorístico* se fixou como o principal de seu gênero.

Sua história se inicia em 13 de maio de 1898<sup>46</sup> data que marca a sua primeira publicação. Porém, sua criação se deu dias antes por três jovens jornalistas: Heitor Quintanilha (empregado do jornal *A Notícia*), Gil Moreno e Vaz Simão (diretor do hebdomadário ilustrado, *Semana Theatral*)<sup>47</sup>. De acordo com o relato de José Ângelo Vieira de Brito, a ser destacado mais a frente, estes três boêmios estavam em uma noite de abril de 1898, sentados em uma mesa no jardim do teatro *Lucinda* quando presenciaram uma briga entre artistas. Verificando uma possível matéria para seu jornal, Heitor Quintanilha, que era a esse tempo cronista teatral d’*A Notícia*, se viu frustrado por não poder divulgá-la, pois o ator envolvido era amigo de um político renomado que poderia lhe prejudicar. Assim como Heitor, os outros companheiros de boemia ficaram indignados com a situação, considerada comum na imprensa brasileira de então. Foi assim, na busca de mudar a situação em que a imprensa se apresentava no momento,

---

<sup>43</sup> PRETI, Dino. *A linguagem proibida: um estudo sobre a linguagem erótica*: Baseado no Dicionário moderno de Bock, de 1903. São Paulo: LPB, 2010. p. 28.

<sup>44</sup> *Ibidem*.

<sup>45</sup> *Ibidem*, p. 30.

<sup>46</sup> A escolha da data da primeira edição desse jornal não foi por acaso. A tentativa de ratificação de uma imagem de jornal subversivo e aquém as desigualdades sociais fez com que a data da libertação dos escravos fosse utilizada por esses redatores com um caráter simbólico, ou seja, a “liberdade” moral. Todavia, esse discurso é muito mais teórico do que prático, visto que de forma paradoxal esse jornal ora rompia com a moral vigente, ora ratificava hierarquias sociais e, sobretudo, raciais e de gênero.

<sup>47</sup> Os dados referentes a esses redatores foram recolhidos do próprio jornal *O Rio Nu* e, no caso da informação a respeito de Vaz Simão que trabalhava na *Semana Theatral*, no jornal *Cidade do Rio*, de José do Patrocínio. Porém, pouca coisa foi encontrada sobre esses três personagens, surgindo, por este motivo, a dúvida se estes nomes eram fictícios, ou seja, pseudônimos, ou não.

que Gil Moreno propôs a criação de um jornal. A proposta seria de um formato fora do padrão comum. Deveria ser “um jornaleco, metade d’*O Paiz*, bem impresso, bem malcriado, feito por eles, havia de ir longe!”.<sup>48</sup> Quinze dias depois era publicado o primeiro exemplar d’*O Rio Nu*, no dia 13 de maio de 1898.

Para que este jornal fosse à frente e se mantivesse no cenário jornalístico por tanto tempo – ele publicou seus exemplares até 1916<sup>49</sup> –, não bastava ter o dinheiro de Gil Moreno e Vaz Simão. Era de suma importância o conteúdo, a formatação do jornal e uma equipe de qualidade colaborando com a sua instrumentalização e sua influência frente à sociedade e à intelectualidade carioca. Assim, esse jornal, como muitos de sua época, foi redigido por diversos jovens do Rio de Janeiro. Dentre os diversos nomes, podemos destacar o de José Ângelo Vieira de Brito; o de um “jornalista lisboense” que assinava “Dr. Cocaína”; Alfredo Boucher Filho que colaborou sob o pseudônimo de “Arduíno Pimentel”; Demérito Álvares mais conhecido no jornal como “Dealino”; Luis Monteiro; Alfredo Calainho que assinava como “Brás Cubano”; do cançonetista Alfredo Albuquerque Junior; do chargista Roberto Castro dentre outros<sup>50</sup>. Além disso, acredita-se que autores consagrados no cânone literário, como Artur Azevedo e Olavo Bilac tenham participado do jornal com suas crônicas, devido ao fato de alguns de seus pseudônimos assinarem diversas crônicas.

A suposta participação de Olavo Bilac na redação desse periódico merece uma atenção especial. *O Rio Nu* era declaradamente um jornal voltado ao público masculino. Com um humor que podia chegar ao subversivo, ele criava estereótipos de homens que deveriam ser seguidos, ou seja, os *smarts*; mas também os que deveriam ser evitados, os *frescos*, ou *gouveias*, por exemplo. Os estigmas em torno dos homossexuais chegavam até mesmo a atingir figuras conhecidas no cenário literário carioca, como João do Rio que tinham sua sexualidade, por vezes posta à prova. Abaixo, verificam-se duas citações presentes no jornal *O Rio Nu* a respeito da figura do autor supracitado. Esta primeira exaltando, além de seu talento, sua virilidade e heterossexualidade:

---

<sup>48</sup> BOCK, Como se fez o “Rio Nu”. *O Rio Nu*, p.2. 12 mai. de 1900.

<sup>49</sup> Esses periódicos de “gênero alegre”, desapareceram da arena jornalística por volta do fim da primeira década do século XX, devido, possivelmente, “à exaustão dos motivos eróticos, sempre repetidos, e a um conjunto de circunstâncias históricas e econômicas que acentuaram a concorrência com a grande imprensa”. Ver: PRETTI, Dino, *op.cit.* p. 31

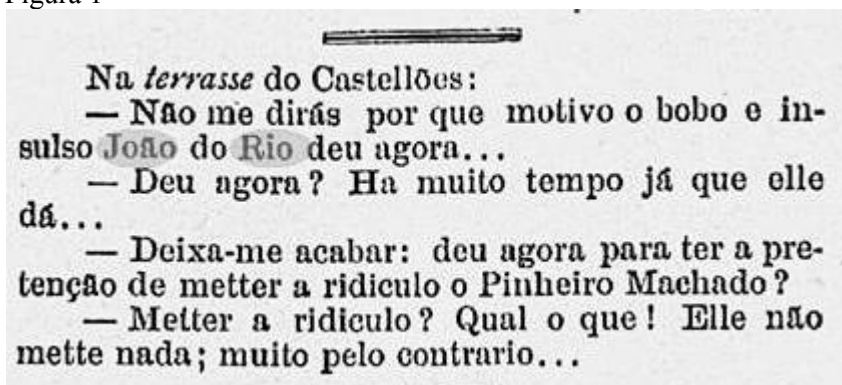
<sup>50</sup> PEREIRA, Cristiana Schettini. *op.cit.* p. 51-52. Dino Pretti em seu livro informa a presença de alguns autores de renome como colaboradores d’*O Rio Nu*, como Pardal Mallet, Paula Ney, Emílio de Menezes, Olavo Bilac e Artur Azevedo. Todavia, não encontramos nenhuma referência a participação desses autores de forma evidente. O caso do Pardal Mallet, por exemplo, é mais emblemático, visto que o mesmo faleceu em 1894, dois anos antes da primeira publicação do jornal *O Rio Nu*.

(...) Para o futuro, João do Rio virá a ser um dos mais bellos talentos desta terra, si o chopp e as mulheres não o inutilizarem, \_sim, porque elle é doido pelas mulheres e feliz como o diabo. Também com aquela cara, pudera.

Vocês conhecem João do Rio? E' muito bonito o homem. Devia ter sido um fazendão em criança.<sup>19</sup>

João do Rio é apresentado como um homem que tem uma bela carreira em construção e gostos mundanos bem valorizados pelos redatores do jornal: *chopp* e mulheres, verdadeiros símbolos de masculinidade. Porém, tal imagem não se sustenta em outros exemplares do jornal. Nesta segunda citação, porém, a tônica se apresenta diferente, visto que o desejo por mulheres não aparece como uma virtude atribuída ao autor.

Figura 1



**Na *terrasse* do Castellões:**  
— Não me dirás por que motivo o bobo e insulso João do Rio deu agora...  
— Deu agora? Ha muito tempo já que elle dá...  
— Deixa-me acabar: deu agora para ter a pretensão de metter a ridiculo o Pinheiro Machado?  
— Metter a ridiculo? Qual o que! Elle não mette nada; muito pelo contrario...

Fonte: *O Rio Nu*, p.2, 11 ago. 1909.

De acordo com James Green, João do Rio, de certa forma, era aceito pela intelectualidade carioca, pela sua contribuição em legitimar a cultura da elite, ou seja, ele escreveu a respeito de um universo que correspondia ao gosto da elite carioca. Em contrapartida, quando questionava alguma opinião popular, a tolerância que se forjava em torno de sua figura era desfeita, ficando ele vulnerável aos mesmos estereótipos e preconceitos vivenciados pelos homossexuais na Capital Federal.<sup>51</sup> Desta forma, a partir desta afirmação de Green, podemos entender a participação de Olavo Bilac como colaborador do jornal. Este autor, assim como Mário de Andrade, outro importante intelectual da época, pautando-se nas declarações de James Green, eram homossexuais. Seus encontros sexuais com outros homens, no entanto, foram envoltos em mistérios e

<sup>19</sup> J. DOS DIABOS. Litteratura Chronica: João do Rio – As Religiões do Rio. *O Rio Nu*. p. 2, 24 dez. 1904.

<sup>51</sup> GREEN, James. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Editora UNESP, 1999. p. 104.

protegidos pelo *status* de mitos nacionais que a eles foram atribuídos até os dias de hoje.<sup>52</sup> Deste modo, por mais que Olavo Bilac pudesse contrariar o tipo de homem que o jornal queria forjar, a presença de colunas assinadas por ele era importante para esse impresso, tanto pelo seu talento ao escrever materiais que eram bem recebidos pelos leitores, quanto pelo seu prestígio que legitimava o jornal frente aos seus pares.

Além do Olavo Bilac outra importante personagem que escreveu para o jornal, mas que não possui o mesmo reconhecimento, foi José Ângelo Vieira de Brito, ou melhor, J. Brito, Antônio, Bock, Bier, Carlos Eduardo, Mané Gregório Junior ou João Black, seus principais pseudônimos.<sup>53</sup>

Figura 2



Fonte: José Ângelo Vieira de Brito. *Arquivo Nacional*.  
23 jan. 1934. Localização:  
BR\_RJANRIO\_PH\_0\_FOT\_13189\_001.

Este personagem foi um intelectual bem ativo, sobretudo, nas produções jornalísticas relacionadas ao cômico e à vida mundana carioca. Alagoano, J. Brito foi para o Rio de Janeiro ainda jovem, onde fez concurso para os Correios, no qual veio a

---

<sup>52</sup> *Ibidem*.

<sup>53</sup> MENEZES, Raimundo de. *op.cit.* p. 133.



tornar-se 1º Oficial da Diretoria Geral.<sup>54</sup> Suas maiores contribuições para o campo intelectual foram suas produções culturais. Ele foi romancista, teatrólogo e jornalista. Como romancista, ele escreveu diversas obras como *O Empata!* (1901), romance publicado em *O Coió*, de 16 de janeiro de 1902; *O Az de Copas* (1902), publicado com o pseudônimo de Bock<sup>55</sup> e em parceria com Eça da Cruz escreveu a ficção *A Vingança de um Sapateiro* (1899), obra bastante divulgada em *O Rio Nu*; e o drama *A Coroação de Dom Manoel Segundo*, de 1908. Já, para o teatro, criou o diálogo *O Beijo* (com o qual foi inaugurado, em 15 de novembro de 1910, o Teatro Deodoro). Mas foi na imprensa, sobretudo, a cômica-obscena, que ele obteve maior destaque. Ele criou as revistas: *Politicópolis*, em 1913; *O Gabiru*, 1914; *Banho de Vênus*, 1915; *O Chefão*, 1915; *Sabina*, 1915; *O Irineu*, 1924; *Off-side*, 1924; *Honni Soit*, 1932; *Por A + B* (La Petite Madame Dubois, de Paul Gavault); e *Chic-chic* (revista com Paulo Barreto "João do Rio" representada em 1906); e outras peças teatrais. Além disso, como colaborador, ele participou com suas publicações em *A Careta*, escrevendo sob o pseudônimo de João Black; no jornal *O Coió*, 1902; no *Diário de Notícias*; *Gazeta de Notícias*; *A Notícia*, no qual foi crítico teatral; *Rua do Ouvidor*, 1899; *Tagarela*, 1903; *Tentâmen*; dirigiu *A Comédia*; e o jornal *O Rio Nu*, 1898-1900.<sup>56</sup>

No jornal *O Coió*, J. Brito teve uma importante participação assinando, sob o pseudônimo de Bock, um dicionário intitulado *Dicionário moderno*, que começou a ser compilado na edição de 03 de fevereiro de 1902 e que se caracterizava por possuir 1718 verbetes acerca de gírias cariocas que conduziam ao leitor a significados eróticos. Dino Pretti informa que este autor teve uma participação próspera n' *O Coió*, assinando vários folhetins e o próprio dicionário. Além disso, foi um dos principais redatores do jornal a partir de 1902.<sup>57</sup>

---

<sup>54</sup> Dino Pretti e Raimundo de Menezes afirmam que José Ângelo Vieira de Brito chegou, na vida profissional, a ser senador da República, todavia, não encontramos nenhuma referência deste personagem no senado brasileiro. PRETTI, Dino. *op.cit.* p. 42 e MENEZES, Raimundo de. *op.cit.* p.133.

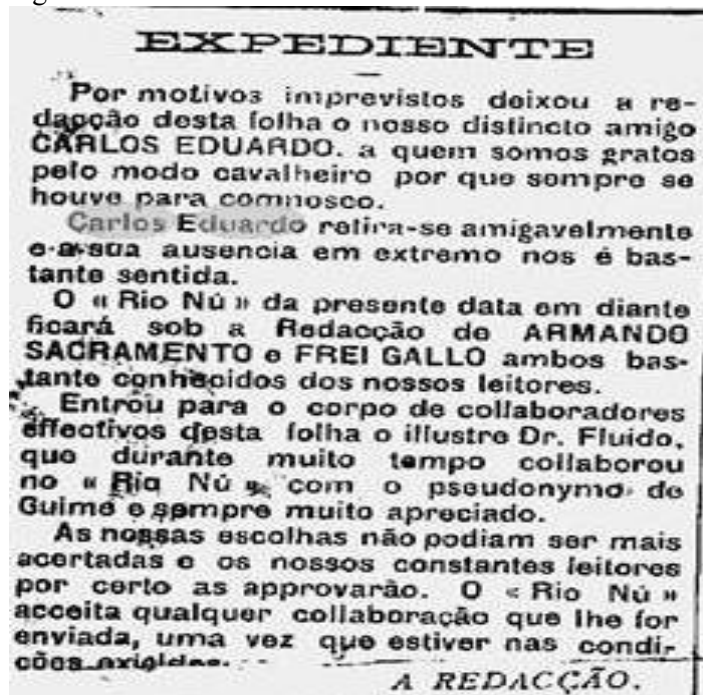
<sup>55</sup> Os pseudônimos de J. Brito muitas vezes servem como uma possível ironia a sua cor de pele. Bock, que era o nome de uma cerveja preta ou João Black são alusões claras ao seu fenótipo. O fato de termos um escritor negro de relevância no jornal nos faz pensar como o mesmo se caracteriza por sua polifonia, visto que apesar da presença deste jornalista e possivelmente de outros negros, o jornal ainda sim, em certos momentos, ratifica e dissemina preconceitos raciais.

<sup>56</sup> Ver: BARROS, Francisco Reynaldo Amotim. *ABC das Alagoas*. Disponível em <[http://www.abcdasalagoas.com.br/public\\_html/verbetes/index/page:118](http://www.abcdasalagoas.com.br/public_html/verbetes/index/page:118)>.. Acessado em: 30 mai 2012 – e MENEZES, Raimundo de. *op.cit.* p.133.

<sup>57</sup> PRETTI, Dino. *op.cit.* p. 42.

As contribuições de J. Brito para *O Rio Nu* também não ficaram atrás. Ele foi um dos redatores do jornal no período de 2 de agosto de 1899 até 10 de março de 1900, quando foi divulgada uma nota informando a saída deste da função de redator.

Figura 3



Fonte: *O Rio Nu*, p.1, 10 mar. 1900.

Sua colaboração não se limitou apenas à redação do jornal; J. Brito assinou algumas vezes as colunas da capa intituladas *Pela Política*, na qual assinava como Carlos Eduardo (pseudônimo este utilizado também para se identificar como redator) e a *Semana despida*, assinando como M. Gregório Junior, além de publicar romances divulgados em forma de folhetins ou simplesmente anunciados n<sup>o</sup> *A Biblioteca d'O Rio Nu*.

Foi a partir das biografias desses autores que conseguimos identificar uma característica que aparentemente regia o mundo jornalístico do período estudado. Segundo Marialva Barbosa, os jornalistas de fins do século XIX e princípios do XX, geralmente, eram oriundos das faculdades de Direito, ou seja, advindos de uma elite social bem definida<sup>58</sup>. Claro que havia suas exceções<sup>59</sup>. Mas, geralmente ingressavam

<sup>58</sup> Olavo Bilac, por exemplo, entrou para a Faculdade de Medicina, por insistência do pai, em 1880, porém pouco tempo depois a abandonou. Já em 1887, entrou como ouvinte na Faculdade de Direito de São Paulo, se afastando no ano seguinte. Ver: MENEZES, Raimundo de. *op.cit.* pp. 112-113.

no mundo jornalístico como uma forma de alcançar prestígio social, ou posições políticas, que por sua vez, poderiam garantir-lhes estabilidade financeira. Ainda de acordo com essa autora, se tornar “jornalista é, através do prestígio que o lugar confere e das relações pessoais que possibilita ‘cavar’ um cargo público ou ingressar na política e na diplomacia”<sup>60</sup>. Não é a toa que pela trajetória de alguns membros do jornal como, por exemplo, J. Brito, podemos perceber um percurso profissional que passa pelo serviço público (1º Oficial da Diretoria Geral dos Correios). Esses advogados, futuros políticos e servidores públicos também possuíam outra coisa em comum – geralmente eram jovens literatos que verificando a impossibilidade de viverem somente de seus escritos, voltavam-se à imprensa como forma de obter recursos financeiros, aproveitando a oportunidade, é claro, para divulgar suas obras e popularizá-las.

Naquela época a atividade literária não rendia o necessário para que um literato vivesse dela. A literatura não era vista como profissão e aqueles que se aventuravam fazendo-a como sua atividade principal, sofriam as consequências de tal escolha.<sup>61</sup> Segundo Leonardo Affonso de Miranda Pereira, esses jovens literatos enfrentavam imensas dificuldades financeiras no início dos anos de 1880:

Compondo a primeira geração que tentava – muitas vezes sem sucesso – viver unicamente das letras, esses autores vêem seus sonhos esbarrarem na baixa remuneração oferecida pelo seu trabalho. Recebendo de 25 mil-réis a 35 mil-réis por crônica ou conto publicado – enquanto o aluguel de um pequeno apartamento no centro custava cerca de 100 mil-réis, e uma refeição para dois, 5 mil-réis -, esses escritores viam frustradas a expectativa de firmar no país sua profissão. Mesmo a publicação de romances como Helena, do já prestigiado Machado de Assis, rendia ao seu autor, em 1876, meros 600 mil-réis, já Artur Azevedo, outro literato de renome, recebia em 1889 a quantia de 410 mil-réis pela publicação de seus Contos possíveis. Sobrevivendo de renda que podiam tirar da literatura, escritores como Coelho Netto, Guimarães Passos e Olavo Bilac passaram sua juventude no Rio de Janeiro entre cortiços e casas de cômodos, buscando em uma intensa produção cotidiana seus precários meios de sustento.<sup>62</sup>

As experiências de sobrevivência em ambientes que lhes colocavam em contato direto com o mundo dos iletrados, de certa forma, se refletiam em suas obras. Num

---

<sup>59</sup> De acordo com Cristiana Schettini havia colaboradores do jornal que eram empregados do comércio, mas que possuíam algo em comum: os mesmos locais de diversão. Ver: PEREIRA, Cristiana Schettini. *op.cit.* p. 52.

<sup>60</sup> BARBOSA, Marialva. *op.cit.* p. 141.

<sup>61</sup> PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *op.cit.* p. 36.

<sup>62</sup> *Ibidem.*

momento em que a nacionalidade e a cidadania estavam sendo discutidas e formuladas, não se podia esquecer esse grande grupo da população brasileira. No lugar de ignorar esse mundo das ruas, dos cortiços ou das casas de cômodos, era necessário transformar este mundo iletrado, para que assim ele pudesse se adequar a este novo mundo que se forjara na modernidade.<sup>63</sup> Deste modo, estes *intelectuais*, se aproveitavam da imprensa, que lhes dava sustento, para exercer seu principal papel, ou seja, exercer sua “missão pedagógica”.<sup>64</sup>

Assim, esses escritores munidos de conhecimento da vida mundana das camadas populares, até porque muitos vinham dela, se aproveitavam desse arsenal para transmitir suas posições, muitas vezes preconceituosas, e ao mesmo tempo refletir muito das percepções de “homem civilizado” que eles representavam e disseminavam em suas obras. Todavia, para que esses *protocolos de leituras* atingissem um número considerável de pessoas, o trabalho dos redatores no que diz respeito ao material gráfico do impreso foi muito importante.

A expressiva aceitação por parte do mercado consumidor se dava, além do conteúdo humorístico e cáustico, também pelo seu baixo preço, 100 réis, que era o valor de uma passagem de bonde ou a travessia da barca Rio-Niterói, por exemplo.<sup>65</sup> Este baixo valor do jornal pode ser evidenciado ainda se o compararmos com o salário mensal de um trabalhador. Alessandra El Far, ao analisar as edições baratíssimas do final do século XIX faz esta comparação.

Nessa época, um trabalhador especializado, como um ferreiro, ganhava por uma diária de serviço 3.333 réis, ao passo que um trabalhador sem nenhuma especialização recebia em torno de 1.400 réis. Os salários de serventes, contínuos e amanuenses empregados no funcionalismo municipal, eram maiores, indo de 60 mil réis a 100 mil réis por mês. Nos primeiros anos da República, as novas políticas econômicas postas em prática pelo governo provisório geraram uma significativa inflação e, por conseguinte, o aumento dos preços e salários.

Quer dizer, um trabalhador pobre tinha de gastar em média um terço do que ganhava em um dia de serviço para comprar um romance de sucesso para “o povo” ou então algumas moedas de 100 ou 200 réis para obter um enredo de menor repercussão. O profissional mais bem qualificado possuía uma margem maior de gastos, podendo adquirir ao longo do mês bem mais do que um exemplar. Apesar das

---

<sup>63</sup> *Ibidem* p. 38.

<sup>64</sup> *Ibidem* p. 48.

<sup>65</sup> BARBOSA, Marialva. *op. cit.*, p. 124.

diferenças, as publicações impressas de baixo custo já se mostravam acessíveis a setores sociais bastante distintos.<sup>66</sup>

Além do baixo preço este jornal possuía um material gráfico bem acabado, que chamava a atenção do público leitor, e um conteúdo disposto, inicialmente, em quatro páginas (isto até 1900). Após, o padrão de paginação se fixou em oito laudas, podendo algumas vezes variar a quantidade a nove e dez em exemplares do dia a dia e algo em torno de 104 páginas, nos casos de publicações especiais, tais como almanaques ilustrados<sup>67</sup>. Nestas páginas, assuntos como a vida mundana da cidade do Rio de Janeiro, escândalos envolvendo políticos famosos (que geralmente não tinham os nomes revelados, mas que através do enredo era fácil a decifração) dentre outros assuntos, eram dispostos em forma de crônicas, versos, anúncios e outros gêneros textuais. Porém, havia assuntos que mereciam mais destaque sendo assim noticiados periodicamente em forma de colunas fixas que podiam perdurar por anos. Dentre as diversas colunas que alimentaram o jornal por significativo tempo podemos destacar algumas como: *Cavação/Bolsa de Ouro/Bichinhos* (todas sobre o jogo do bicho), *Theatro d'O Rio Nu*, *Capadoçagens*, *Biblioteca do Rio Nu*, *Motte a concurso*, *Nossa advinha*, *Bastidores*, *Gambiarrras*, *Nas zonas*, *Rua do Ouvidor*, *Folhetim*, *Regras de civilidade*, dentre outros. Detemo-nos a atenção às especificidades de algumas dessas colunas apontadas.

Como tínhamos mencionado determinados assuntos eram destacados pelos redatores desse jornal. Alguns apareciam esporadicamente apontando a pouca relevância que tinha para os colaboradores e redatores, mas havia aqueles que eram atribuídos de importância, levando-os a serem narrados e comentados em colunas que permaneceram no jornal por anos. Um desses temas era o jogo do bicho.

O jogo do bicho surgiu como mais uma alternativa de divertimento, num momento em que a Capital Federal vivenciava um *boom* do mercado do entretenimento, no período encerrado entre 1890 e 1910.<sup>68</sup> Obtendo uma significativa aceitação por parte dos frequentadores do Jardim Zoológico do Barão de Drummond, que se

---

<sup>66</sup> Ver: EL FAR, Alessandra. Ao gosto do povo: as edições baratíssimas de finais do século XIX. In: BRAGANÇA, Anibal e ABREU, Márcia (orgs). *Impressos no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Editora Unesp, 2010. pp. 95-96.

<sup>67</sup> *Almanak humorístico e ilustrado do "Rio Nu" para 1903*. Rio de Janeiro: Oficinas do "Rio Nu", 1903. 104p.

<sup>68</sup> MAGALHÃES, Felipe Santos. *Ganhou leva...do vale o impresso ao vale o escrito. Uma História Social do jogo do bicho no Rio de Janeiro (1890-1960)*. 2005. 227 f. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/IFCS, UFRJ, Rio de Janeiro, 2005. p.70.

encantavam com os 25 bichos que “se sobrepunha à frieza científica dos algarismo” das outras loterias<sup>69</sup>, este jogo teve como aliado à sua popularidade, a imprensa.<sup>70</sup> De acordo com Felipe Santos Magalhães a divulgação diária dos resultados por alguns jornais além de promover um aumento no número de visitantes ao zoológico, estava em consonância com a emergência da imprensa como uma espécie de empresa capitalista.<sup>71</sup> Neste sentido, o jornal *O Rio Nu* a fim de se firmar no cenário jornalístico, lançava mão de um conteúdo que arregimentava interesse por parte do leitor, ou seja, “humor apimentado” com doses de erotismo, informações sobre a “vida noturna” e resultados e palpites do jogo do bicho.

Desde o seu início, em 1898, *O Rio Nu* dedicava uma parte significativa de suas páginas às charadas, advinhas e também aos resultados do jogo do bicho que eram representados graficamente pelos animais, permitindo que iletrados consultassem os resultados a partir dessa folha.

---

<sup>69</sup> *Ibidem.* p 70.

<sup>70</sup> *Ibidem* p. 72.

<sup>71</sup> *Ibidem.*

Figura 4

**O RIO NU** 3

---

**Nossa adivinha**  
« Honey soli qui mal y pensa »

**CHARADA SEM NUMERO**

Eu sou leitor uma racha,  
E' verdade incontestavel.  
E para todos viventes  
Sou orgão indispensavel.

Sou as vezes perfumosa  
Quando me trazem lavada,  
Mas as vezes cheiro mal  
Por não ser muito tratada.

Tenho bem perto de mim,  
Um detestavel vizinho  
Que me causa muito nojo  
Se não o vejo limpinho.

Se elle estiver doente  
Torna-se mesmo asqueroso,  
E de si constantemente  
Larga um liquido gommoso.

Os meus beijos, oh ! leitores,  
Sempre corados e bellos,  
Depois de uma certa idade  
Quasi sempre têm cabellos !

Dentro de mim tu verás  
Uma cousa natural ;  
Um grello muito comprido  
Vermelho como coral.

Pois esse grello, acreditem,  
Tem posição definida,  
Porque me transmitto o gosto  
De toda e qualquer comida.

As funções indispensaveis  
Que desempenho na vida,  
Fazem com que eu esteja  
Normalmente humedecida.

CANOPILAPILETICO.

**CHARADAS ANTIGAS**

Tu queres saber, conheço,  
Se este membro te dá gosto :  
Linda é cedo : e só te peço  
Que deixes beijar teu rosto—2

Mais tarde te mostrarei  
Que elle também molha a gente,  
E, qual rio, que direi ?  
Despeja lava ferventa.— 2.

E por isso, pequenota,  
Não queiras muito saber,  
Que a seu tempo, toma nota,  
Has de tudo conhecer.— 1

Que tu já podes tomar  
Conta da casa sem medo  
Eu bem o sei. Apesar  
D'isso não gosto de enredo.

MARTIN I.

Encontrei, foi no Rocio,  
Gentil mulata, faceira, } 2  
Só rebolando os quadris...  
N'alheta fui da breguira

Antegozando o prazer } 1  
Da cheirosa carnção,  
Estugava mais o passo  
Nas aguas do pucadão.

Pude afinal da mulata  
Ver o physico chupado :  
Era uma velha !... Que sorte !...  
Fiquei de veras gelado

PIPAROTE.

**CHARADAS NOVISSIMAS**

No rabo do magistrado vi um  
instrumento— 1-2.

K. K. Pirê.

Do Alberto leva dentro esta  
mulher— 2-2.

K. K. Cupo.

O homem está na teta da mu-  
lher— 3-1.

BARBOSINHO.

O policia agrada a lavadeira e  
a cobre— 2-1.

Ferir com instrumento uma  
mulher no claro é maldade— 2-2.

Tira rante a cousa rija do teu  
marido que é doce— 2-2.

H. V.

No quarto ella entrega uma  
parte— 2-1.

FREI N. L. & C.

O deus da França levam no  
corpo — 1-1.

Esta mulher no fim da barriga  
leva o instrumento — 2-1.

D'ARTAGNAN.

**CHARADAS A VAPOR**

A's direitas e tambem as avessas.  
Sahom por baixo, enfiam-se por cima.  
A manz enfia, mas sempre ás pressas.  
O mano quando faz é só na prima.

R. RAMAR.

**LOGOGRIPO**

Um dia Bocego apertado— 17-6-29-4-21.  
Katava de calças na mão— 27-8-19.  
R por batto de um sobrado— 18-7-20-28-14  
2-16.

Quiz fazer operação— 1-10-7-18.

Mas da janella a erlada— 22-8-7-12-20-25-29  
2-16.

Vendo tal pastifaria— 12-19-29-4-6-7-28.  
23-30-13.

Como méra caçada— 7-6-24-8-30-19.

Jogou d'agua uma bacia.  
Rile orgueu-se de repente,  
Com o banho que tomou  
Mostrou-se alegre e contente— 2-12-4-6-19  
12-5-6-20-31.

E esta quadra improvisou:— 9-15-23-7-20-18  
4-31.

Oh ! senhora do sobrado— 9-16-6-30-11-7-6-12.  
Já que tem a mão tão certa— 17-21-2-30-23.  
Venha receber a offerta— 16-8-26-31.  
Que seos do baptisado— 29-21-16-28.

Agora leitor, cuidado,  
Procura e encontrarás.  
Que isto que é bem conhecido,  
No Bocego applicarás.

K. PÃO.

**PERGUNTAS E RESPOSTAS**

O que é ? O que é ?  
Que se faz do molle duro  
Que passa de mão em mão ;  
Que fica tão bem seguro  
Que até faz habitação ?

POM-BOX.

**Só recebemos as de-  
cifrações deste nú-  
mero até quarta-feira se-  
rão inutilizadas as que  
nos chegarem depois.**

As decifrações e a lista dos  
decifreadores serão sempre publi-  
cadas com intervalo de um nú-  
mero, recebendo nós o resultado  
até o dia da publicação do numero  
antecedente.

Ao primeiro decifrador dare-  
mos, como premio, um volume á  
escolha da *Collecção moderna*, bi-  
bliotheca editada pelo livreiro  
Domingos de Magalhães.

Aceitamos collaboração que  
nos deve ser enviada em tiras es-  
criptas só de um lado.

Os pontos n'este torneio são  
contados um por questão decifra-  
da ou por trabalho publicado.

Servem taes pontos para a dis-  
tribuição dos premios que fare-  
mos aos cincoenta primeiros colla-  
boradores e decifreadores no fim  
do anno corrente.

Decifrações e decifreadores do  
n.º 36.


Propuzemos 17 questões, cujas  
decifrações são as seguintes:

1.º *Massaroca*, 2.º *Caveta, collat-*  
*te, moda, cabres no bahit, embar-*  
*raço, gozando*, 3.º *Collarinho*,  
4.º *Piparote*, 5.º *Carmesim*, 6.º  
*Chimó* 7.º *Sobre-virtude*, 8.º *Chi-*  
*cara*, 9.º *Dócos*, 10.º *Siska*, 11.º  
*Favelina*, 12.º *Porto-fim d.*, 13.º *Es-*  
*pelho*, 14.º *Luar*, 15.º *Edade*  
16.º *Heitor Quintanilha*, 17.º *Pão*


Decifram: Dr. K. Murça 16,  
Didinho 15, Piparote 14, E. E. K.  
K. Mellado 16, K. Marão 15,  
Rodavlas 16, Sara & Cura 15,  
K. C. Poré 17, Frei Barbado 11,  
Tres Obtuzos 11, E. Rabiar 15,  
Ababilo 15, E. E. Pa Vento 14,  
P. Lado e Comp. 13, Cupido  
12, Parasita 14, Sogra & Comp.  
15, A. A. Nat.co 16, Frei G.  
Dura 15, Chourico e Marisco 15,  
K. Nito 15, Atarab 15, Anfan  
13, Gados 14 K. To Rita 15, D.  
Vasco 16, Americo Agular 12,  
Jacob Ino 14 K. Cebo 13 Q. Lé  
15, Lambe & Soca 14, K. Pado  
Cio Mor, 8 K. Tita 16, Frei Lari-  
ca 15, Frei K. Olio 9, Frei N. L.  
& Comp. 14, Rompe Ferro 9, A.  
A. Mentenegro 1, Heraldio 14,  
Sá Neta 11, Bumha 16, Frei D.  
Zel 10 Arievilo 12 Chora Pitang-  
as 12, Gandoca F 15, K. H. 1  
8, Frei Gonça 16, Rostolho 13,  
Pechincha 14, K. Bludos 14,  
Antalhas 13, K. K. Cascudo 13,  
P. Penca 10.

**JOGO DOS BICHOS**

860 -- 325

352 -- 630



A		
L	M	O
E		

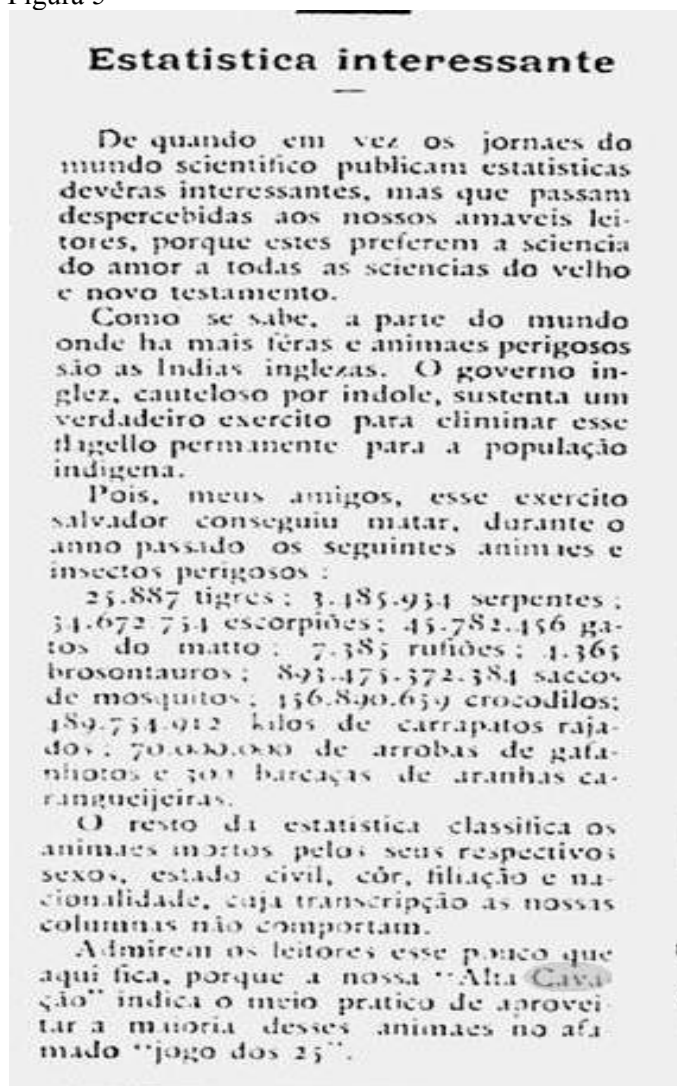


Na rua todos os dias  
Grande serviço te presto  
Procura nas companhias  
E verás p'ra quanto presto.

Fonte: *O Rio Nu*. p.3, 12 nov. 1898.

Aqueles que não possuíam problemas com as letras, podiam, além de obter os resultados, se deliciar com sugestões e estatísticas elaboradas sobre as mais diferentes noticias do mundo.

Figura 5



Fonte: *O Rio Nu*. p. 4, 01 mar. 1913.

Informações que ocorriam do outro lado do mundo, como o assassinato de milhares de animais, podiam se converter em um “meio pratico de aproveitar a maioria desses animais no afamado ‘jogo dos 25’”. Esta dedicação do jornal na divulgação de jogos e em especial ao criado pelo Barão de Drummond acompanhou *O Rio Nu* até o fim de sua existência, criando, para isso, títulos como *A Cavação*<sup>72</sup>, *Bolsa de Ouro* e *O Bichinho* (caderno complementar ao *O Rio Nu* que circulou entre os anos de 1915 e 1916). A respeito deste caderno podemos tecer informações interessantes.

<sup>72</sup> De acordo com o *Dicionário Moderno* de Bock, a palavra “cavar” significa: “verbo ativo de prontos. Arranjar dinheiro, morder. ‘Cavar a vida’ – arranjar-se”. Acreditado, desta forma, que o termo “Cavação” seria uma flexão do verbo “cavar” descrito por Bock, uma vez que o autor desse dicionário era um dos redatores do jornal. Cf. BOCK (org.). *Dicionário Moderno*. Rio de Janeiro: Typ. Rabello Braga, 1903. p. 12. *Apud*. PRETI, Dino. *op.cit.* p. 252.



Segundo Felipe Santos Magalhães, nem toda a imprensa se dedicava a estimular a prática do “jogo dos 25” como também era chamado. Em 1899, foi lançado um pequeno jornal dedicado exclusivamente a luta contra o jogo do bicho intitulado *O Bichinho*.<sup>73</sup> Coincidência ou não, *O Rio Nu* criou uma espécie de caderno suplementar destinado aos palpites e resultados dessa espécie de jogo intitulado também de *O Bichinho*. Acreditamos, que na verdade, *O Rio Nu*, no intuito de se posicionar criticamente ao seu antecessor tenha se apropriado deste título, para ao contrário dele, publicar palpites e resultados que estimulassem ainda mais seus leitores a realizarem esta prática.

---

<sup>73</sup> *Ibidem*. p. 77

Figura 6

ANNO I Rio de Janeiro, 1-7 de Outubro de 1915 NUM. 2

# O Bichinho

SEMANARIO DA BICHARIA

---

**EXPEDIENTE**

Toda a correspondencia deve ser dirigida para a Rua do Hospicio n. 218, ao Juquinha, palpiteiro mor.

---

**Chronica**

O successo da semana foi, indiscutivelmente, não só nos arredores, como na cidade, o apparecimento d' *O Bichinho*. Excedeu á nossa expectativa.

Não se fallou noutro assumpto nas *terrasses* da Avenida, nos salões de espera dos Cinemas, nos jardins dos theatros e até nos serões familiares, enquanto se baralhava as cartas para o burro em pé, ou para a bisca de parceirada, com a sogra na cabeceira da meza.

A edição voou rapidamente e tivemos de tirar outra, ás pressas, para attender á freguezia, que anciava por conhecer as indicações da Rosinha e da Corcundinha do Mattoso, na febre de ganhar e com os *nicolás* a dansar o tango argentino e a furlana no bolso do collete.

Atinal estava pago o nosso esforço e como os nossos palpites continuarão com a infallibilidade do Papa, havemos de esticar a canella certinhos de ir para o Céu e ter uma estatua de bronze immoreduro no alto do Pão de Assucar, mandada erigir pelo reconhecimento dos nossos contemporaneos.

E já não é pouco neste mundo de ingratições e de invejas.

---

— Viste o successo d' *O Bichinho* ?  
 — E' verdade !  
 — Qual, meu amigo, com aquelle pessoal até os banqueiros velhos tem que dar o preço.

---

**CHAPINHA DA ROSINHA**

 332-430	 145-648	 933-736
 375-176	 244-742	 899-197

---

Ritinha, de Maxambomba, uma faceira de arromba, que esmaga mil corações, veio aqui com uma das tias e nos deu p' os cinco dias estas recommendações :

 195-493	 749-552	 339-440
 408-507	 289-190	 480-179

---

**Na berlinda...**



**Para acertar eu me esforço, A vida agora está preta... Quem não quiser ter remorso Vá jogar na Borboleta.**

---

**Os bichos com urucubaca são estes :**

Jacaré, Carneiro, Perú, Cabra, Coelho e Agua

---

A mulher do meu patrão, quando joga é no Pavão. É o cerca de tal maneira que sempre apanha a *Cobreira*

---

**Estão para estourar:**

A Cobra, com 33,  
 o Porquinho, com 70,  
 Gato, com 56  
 e Jacaré, com 60  
 Não de dar logo depois,  
 e acertar nelle espero,  
 Camello com 32  
 e Vacca com double zero.

---

**Palpites do Chininha**

O nosso amigo Chininha, um *sarado* que a custa dos bichos anda sempre de fatiota nova e já tem dinheiro na Caixa, recommenda com especial carinho o seguinte :

 364-961	 923-224	 287-185
 210-409	 568-665	 503-802

---

— Onde vás tu, assim carregado de embrulhos?  
 — Direitinho para a casa, meu velho, levar esta lembranzinha, para a mulher e os filhas.  
 — Tiraste a sorte grande, então ?  
 — Qual! Joguei numa centena recommendado pelo *O Bichinho* e foi a belleza que está vendo.

---

Tia Carlota, a corcundinha do Mattoso, com os seus palpites infalliveis manda cercar os seguintes bichinhos durante a semana :

 560-159	 220-918	 581-783
 228-026	 553-254	 069-371

Fonte: *O Rio Nu.* p.5, 1-7 out. 1915.

Mas não era só uma parcela da imprensa que se dedicava a conter e reprimir a prática do jogo do bicho, leis e decretos foram criados para reprimir qualquer atividade que pudesse inibir o trabalho produtivo que era o alicerce para o progresso do Brasil (o jogo do bicho se insere aí). Porém apesar, de existir um discurso que associava os jogos de azares a “desgraça” do trabalhador, por outro lado, estes mesmos jogos alimentaram um discurso científico associado ao progresso.

Tabelas matemáticas, quadros comparativos e sistematização são elementos importantes para se chegar a um tipo de conhecimento científico, presente no ideal modernizador brasileiro na alvorada do século passado. A imprensa especializada no jogo do bicho além de perceber a demanda em torno da loteria, utilizou-se de códigos caros ao mundo moderno para legitimar o jogo e os palpites, através de “métodos científicos” e de invenções.<sup>74</sup>

Figura 7

## Estatística dos bichos premiados até ao dia 29 de Setembro de 1915

Dias	ANTIGO	Num. da sorte	MODERNO	Centena	RIO	Centena	SALTEADO	2º Prem.	3º Prem.	4º Prem.	5º Prem.
1	Macaco	5668	Touro	884	Touro	784	Porco	077	332	630	027
2	Tigre	59487	Cavallo	941	Carneiro	126	Elephante	041	556	223	597
3	Macaco	58265	Porco	271	Cobra	136	Jacaré	973	597	233	551
4	Tigre	10786	Jacaré	358	Cavallo	841	Cavallo	223	944	961	870
5											
6	Gallo	43852	Avestruz	702	Camello	331	Aguia	842	738	147	196
7											
8	Touro	1682	Vacca	399	Porco	171	Carneiro	643	983	300	840
9	Leão	55362	Urso	490	Touro	582	Elephante	194	296	716	228
10	Elephante	18548	Vacca	400	Macaco	066	Urso	307	187	080	345
11	Burro	33011	Cachorro	820	Macaco	867	Cavallo	461	673	778	798
12											
13	Porco	0669	Tigre	188	Aguia	105	Pavão	610	453	450	019
14	Touro	11082	Avestruz	502	Jacaré	857	Carneiro	922	578	469	668
15	Touro	6682	Vacca	597	Urso	592	Carneiro	758	842	059	368
16	Camello	34929	Peru	879	Peru	978	Borboleta	635	992	306	770
17	Urso	7892	Carneiro	325	Veado	094	Macaco	505	758	168	816
18	Cavallo	1143	Pavão	175	Touro	484	Porco	794	744	669	798
19											
20											
21	Cachorro	1517	Aguia	207	Cavallo	844	Macaco	489	653	439	976
22	Gallo	48850	Touro	181	Burro	011	Vacca	077	506	530	870
23	Tigre	54186	Veado	094	Cavallo	744	Cavallo	670	029	540	502
24	Tigre	27785	Veado	095	Veado	796	Coelho	952	516	593	573
25	Gallo	30351	Carneiro	927	Porco	770	Avestruz	956	795	402	044
26											
27	Burro	58412	Avestruz	302	Pavão	773	Elephante	843	536	974	476
28	Tigre	4586	Cavallo	844	Touro	182	Cavallo	741	959	729	076
29											
30											

**No proximo numero publicaremos esta tabella completa**

Fonte: *O Rio Nu*. p.6, 1-7 out. 1915.

O jornal *O Rio Nu* no afã de formar homens civilizados absorvia este último discurso em torno do jogo. Provavelmente seus leitores faziam suas “fêzinhas” e por isso, não seria vantajoso, economicamente falando, propalar um discurso que o criticasse, até porque muitos leitores compravam o jornal também com o intuito de ler os palpites de jogadas. Assim, era mais condizente para o jornal o discurso que associava o jogo do bicho ao científico, portanto, ao moderno.

Seguindo esta temática do moderno e do civilizado, outro tema bastante recorrente n’*O Rio Nu* era o *teatro*. Para termos uma noção, ao digitarmos o termo

<sup>74</sup> *Ibidem*. p. 85.

*theatro* na ferramenta de pesquisa disponível na plataforma *Memória BN* da Biblioteca Nacional<sup>75</sup>, obtivemos um número de 1974 aparições. Este número não nos surpreende. O teatro era um verdadeiro local de sociabilidade da boemia literária do Rio de Janeiro, mas não só dela. Na virada do século XX, o carioca frequentou muito este local de sociabilidade e lazer. Neste momento houve uma possibilidade de expansão das atividades culturais na cidade, devido à ampliação do público, isto num momento de crescimento econômico e diversificação social. Este momento da vida carioca foi bastante aproveitado pelos empresários do entretenimento, que expandiram seus negócios diversificando as apresentações e garantindo preços mais baratos para seus ingressos. Desta forma, o teatro se apresentava como um ambiente frequentado por um público heterogêneo. Havia é claro os teatros dedicados a elite, como o Teatro Municipal ou o Moulin Rouge, mas, quem não podia pagar os preços altos desses ingressos, podiam se contentar com espaços de lazer improvisados.<sup>76</sup> Todavia, uma coisa é certa, independente se era um teatro de elite ou um mais popular, era ali que os *fleurts* e as discussões políticas se davam. Mais ainda, era ali que o homem que se pretendia “civilizado” deveria circular, pois além de desfrutar de peças teatrais de grande prestígio no cenário cultural carioca, este ambiente era o mais propício para as investidas amorosas, visto que as atrizes eram representadas como mulheres fáceis, frívolas, não adequadas para o casamento, mas propícias para aventuras sexuais. Assim, tudo o que se referisse ao mundo teatral, ou melhor, seus bastidores, era atrativo ao público. Não é a toa que J. Brito ao descrever como o jornal *O Rio Nu* foi criado, deu destaque para o fato de uma briga entre atores nos bastidores do teatro *Lucinda*, ter sido o estopim para os três jornalistas: Heitor Quintanilha, Gil Moreno e Vaz Simão, terem decidido criar o jornal.<sup>77</sup>

Desta maneira, colunas como a *Theatro d’O Rio Nu, Bastidores e Gambiarras*<sup>78</sup> tinham como foco a divulgação deste meio cultural. A primeira divulgando monólogos, canções, cenas cômicas e poesias (geralmente de duplo sentido); e as duas últimas, como um dos títulos já diz, anunciando os bastidores dos principais teatros cariocas, trazendo sempre informações sobre seus atores e quem circulava por lá.

---

<sup>75</sup> O jornal *O Rio Nu* esta digitalizado e disponível na plataforma *Memória BN* da Biblioteca Nacional. Disponível em < <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>.>

<sup>76</sup> ARAÚJO, Rosa Maria Barbosa de. *A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993. pp. 343-344.

<sup>77</sup> BOCK, Como se fez o “Rio Nu”. *O Rio Nu*, p.2, 12 mai 1900.

<sup>78</sup> As colunas *Gambiarras, Bastidores e Folhetim* se faziam presentes no jornal *Cidade do Rio* (1887-1902), de José do Patrocínio, isto antes da criação d’*O Rio Nu*. Acreditamos que Heitor Quintanilha, que era colaborador da *Cidade do Rio*, tenha se inspirado neste para a criação d’*O Rio Nu*.

No que diz respeito a coluna *Theatro d'O Rio Nu*, esta foi uma das que mais tempo perdurou. De 1898 a 1909 sua publicação se deu quase que de forma ininterrupta, porém após este período há uma diminuição na aparição desta coluna, deixando de ser fixa. Entretanto, pelo sucesso que possuía, em 1916, após pressão dos leitores, os redatores do jornal se comprometeram em publicá-la novamente.

Figura 8



Fonte: *O Rio Nu* de 06 de maio de 1916, p.2.

Nesta coluna, transcreviam-se as cançonetas e monólogos de sucesso. Isto, na prática, representava uma oportunidade, para aqueles que não podiam frequentar os espetáculos teatrais, de ter contato com o que estava sendo apresentado neste cenário cultural. Além disso, ainda havia a possibilidade destes leitores obterem estas cançonetas, monólogos ou modinhas populares em suas casas bastando solicitá-las ao escritório do jornal para que fossem enviadas por Correio. No anúncio abaixo podemos verificar esta prática, além de identificar o que se ouvia no cenário musical carioca.

Figura 9

**MONOLOGOS, CANÇONETAS**  
**e Modinhas Populares**  
**A 200 REIS CADA U M**  
**pelo correio só se envia 10 por 27000**

**Monologos e Cançonetas**—A missa Campal—A vir, a rir—Assim, Assim—As alfacinhas—A viuva—A mulher e o Lond—A Caridade e Justiça—A minha Família—A Largartixa—A surpresa de um marido—As minhas Amantes—A's escondidas da mamã—A Luva—A mãe Joanna—Agua Chumbada—Bolinagem—Os Camarões—Cerração no Mar—Catrapuz—Casar, Não?—Capanga não forma—Caluda José Canção do Moleiro—Cabra, Carneiro e o Cevado—Chiado 3—Do mesmo lado—Descuidos—Descarrilar—Do outro lado—Das 8 ás 10—Durante a Tempestade—Enganos—E' tudo postigo—O espirro—Eu era assim—Eu vou contar a meu tio—Fandanguassú—Fatalista—Guarda Sól—Grello—Historia de um cosinheiro—Jogo novo—José Fortunato—Mulheres—Meu gato—Meus parentes—Mulatas—Meu casamento—Menina do serrote—No meio—Não acha minha senhora—Nem eu, nem ella—Namorado sem ventura—Nas recepções da embaixada—No bond—Namorados—Não, senhor—O pão fresco—Os phosphoros—O meu nariz—Ora toma Mariquinhas—O calado é o melhor—O defeito—O chefe da Orchesta—O Petiz—O cháos—O Terrível—O solteirão—O Tabareu—O Pendurucalho—O estudante alsassiano—O enterro da sogra—O Coisa—O Quelroz—O beberrão—O Taxada—O jogo dos bichos—Por de cima e por debaixo—Por não ter bigode—Para todo o serviço—Quem comeu do boi—Rataplum Se eu fosse rapaz—Silencio, Bebê—Sou mole; e muitos outros monólogos que temos registrados alfabeticamente, cujo registro está em nosso escriptorio a disposição do publico para escolher quando quizerem comprar.

**Modinhas populares**—Ao luar—Augmento das passagens—A Barcarolã—Morte do Marechal—Mulata—A mulher e o diabo—Partida—Princesa do Imperio Chincz—Carne fresca—Bahiana—Asiro—Acugelê Acubabá—A Briza dizia á Rosa—Camponeza—Primavera—Tarde que inspira—Bond de Santa Theresa—Bemtevi—Cateretê—Boiadeiro—Despeito—Desprezo—Desejo—Desde o dia em que te vi—Despejo—Estrela de meus sonhos—Elvira—Formosa Virgem—Flora—Gosto de ti por que gosto—Guarany—Guiomar—Houve um tempo—Helena—Isbella—Jasmin do Norte—Leonor—Lyra—Martha—Maria—Mulher brincando—Margarida—Maldição—Na hora em que se cobre—Namoro a pulso—Oh! mulher não sorrias—Olhos azues—Beber—Sello—Portugueza—Porque vejo em teus olhos—Perdão Emilia—Perdão Miloca—Que valem flores—Quando te vejo—Rosa do Sertão—Recordações—Serenata—Saudades de Maura—Sobre as ondas—Sinhá—Suzanna—Serenata ao luar—Talvez não creias—Teus olhos—Uma entrevista—Vendedora da amores—Vai-Vaidosa—Voluvel—Vi-te sorrindo—Zizinha; e muitas outras que temos registrado alfabeticamente a disposição do publico em nosso escriptorio para as pessoas que quizerem comprar.

**73, Rua da Assembléa 73, Sobrado**  
**Escriptorio d'O RIO NU'**

Fonte: *O Rio Nu* de 28 de novembro de 1900.

O que observamos, na verdade, é que este jornal promovia de certa forma uma popularização das práticas culturais, de certo modo limitadas à elite. Seja pela possibilidade de se ter em casa, por baixo preço, o que estava sendo consumido nos teatros mais luxuosos, ou, para aqueles iletrados, a possibilidade, através das leituras em voz alta, de escutar o mesmo repertório musical da elite.

Mas para o público leitor, não bastava ter acesso somente ao que estava sendo representado no ambiente teatral. Os bastidores eram o que instigavam a curiosidade dos leitores. Assim, outras colunas eram redigidas com a finalidade de divulgar as fofocas e histórias sobre atrizes, mas também sobre prostitutas, como o caso da coluna *Nas zonas*. A presença dessas personagens na mesma folha remete à própria ideia dominante na época de que as atrizes assim como as prostitutas, não eram mulheres para

casar, somente para manter intercursos sexuais a fim de que os homens que as “utilizassem” pudessem “descarregar a excitação causada pela necessidade imperiosa do prazer venéreo”<sup>79</sup>. A respeito da associação das atrizes à prostituição, Ângela de Castro Reis informa que esta vinculação permeava a sociedade brasileira desde o século XIX e avançava no século XX. Tal afirmativa pode ser ratificada através de trechos de artigos publicados em impressos como a *Revista de Theatro & Sport*, de 1918 que em uma coluna intitulada *Causas da decadência do teatro nacional* enumerava os defeitos dos artistas brasileiros:

O teatro, entre nós, não é coisa honesta, não é um trabalho onde a virtude possa procurar o pão de cada dia, muito ao contrário; para as artistas, é muito mais fácil ganhar farto dinheiro entregando o corpo ao pecado, do que conseguir sem as delícias do vício.

O teatro para a maioria das nossas atrizes não é meio de vida. O dinheiro que elas gastam e desperdiçam não provem da arte que exibem no palco; o dinheiro vem da prostituição.<sup>80</sup>

Voltando às análises das colunas, algumas que podemos destacar eram as *Rua do Ouvidor* e *Avenida Central*, ambas trazendo de forma ficcional as peripécias do narrador *Vagabundo*. Este personagem representava bem uma espécie de *malandro*, que com suas artimanhas criticava e ridicularizava figuras (reais) da política, sempre acompanhado da sua “mulata Filopancia”. Conforme Cristiana Schettini:

Tudo isso entremeadado de contos pródigos em adúlteras, lésbicas, viúvas alegres, “onanistas”, prostitutas e criadas. Era uma diversidade de mulheres que terminavam caindo nos braços de um conquistador jovem, viril e esperto e, na maioria das vezes, sem dinheiro, que ridicularizava, com suas aventuras, maridos traídos e “marchantes” impotentes [homens que sustentavam as prostitutas ou gastavam dinheiro com elas]<sup>81</sup>.

---

<sup>79</sup> SOARES, Luiz Carlos. *Rameiras, Ilhoas e Polacas...* a prostituição no Rio de Janeiro do século XIX. São Paulo: Editora Ática S. A., 1992. p. 17

<sup>80</sup> Os Artistas. In. *Causas da decadência do teatro nacional*. *Revista de Theatro & Sport*, n. 172, s/p, 09 fev. 1918. *Apud*. REIS, Ângela de Castro. Ser mulher e atriz no contexto social de meados do século XIX ao início do XX. *Plural Pluriel – revue des cultures le langue portugaise*, nº8, printemps-été 2011, [Em ligne] URL: [www.pluralpluriel.org](http://www.pluralpluriel.org/index.php?option=com_content&view=article&id=359:ser-mulher-e-atriz-no-contexto-social-de-meios-do-seculo-xix-ao-inicio-do-seculo-xx&catid=80:numero-8-les-femmes-dans-le-theatre-bresilien&Itemid=55). ISSN: 1760-5504. Disponível em: <[http://www.pluralpluriel.org/index.php?option=com\\_content&view=article&id=359:ser-mulher-e-atriz-no-contexto-social-de-meios-do-seculo-xix-ao-inicio-do-seculo-xx&catid=80:numero-8-les-femmes-dans-le-theatre-bresilien&Itemid=55](http://www.pluralpluriel.org/index.php?option=com_content&view=article&id=359:ser-mulher-e-atriz-no-contexto-social-de-meios-do-seculo-xix-ao-inicio-do-seculo-xx&catid=80:numero-8-les-femmes-dans-le-theatre-bresilien&Itemid=55)>. Acessado em: 20 fev. 2013.

<sup>81</sup> Cf. SCHETTINI, Cristiana. O que não se vê: corpos femininos nas páginas de um jornal malicioso. In. DEL PRIORE, Mary e AMANTINO, Márcia (orgs). *História do corpo no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. 322 e nota 9.



O *Vagabundo* era um dos colaboradores que mais assinavam artigos. Porém, sua identidade assim como a do *Capadocio Maluco*, que também possuía sua coluna fixa, *Capadoçagem*, ainda não foi desvendada. Problema este recorrente na pesquisa devido ao fato de todas as assinaturas serem, na verdade, pseudônimos. Tal problema não diminui a importância desses personagens para a consolidação do jornal. O próprio *Capadocio Maluco* foi uma figura muito importante para o jornal, pois além de assinar a *Capadoçagem*, que assim como as colunas assinadas por *Vagabundo*, narrava as peripécias de um personagem fictício, no caso o próprio *Capadocio Maluco*; ele também foi o autor do primeiro conto homoerótico publicado no Brasil, *O Menino do Gouveia*, que foi publicada pelo jornal em 1914.

Figura 10



Fonte: Ilustração de *O menino do Gouveia* (1914) In. GREEN, James N. *Além do carnaval : a sexualidade masculina no Brasil do século XX*. Trad. Cristina Fino e Cássio Arantes Leite. São Paulo: Editora Unesp, 1999, p.71.

As publicações de contos pelo jornal era uma prática corrente. Geralmente surgiam na coluna intitulada *Folhetim*, na qual os contos eram apresentados em forma de episódios que se desenrolavam ao longo de semanas, como foi o caso da publicação traduzida: *Trick: o espertalhão*, de Paulo de Kock. Segundo Tânia Bessone, a respeito da receptividade das obras deste autor francês no Brasil:

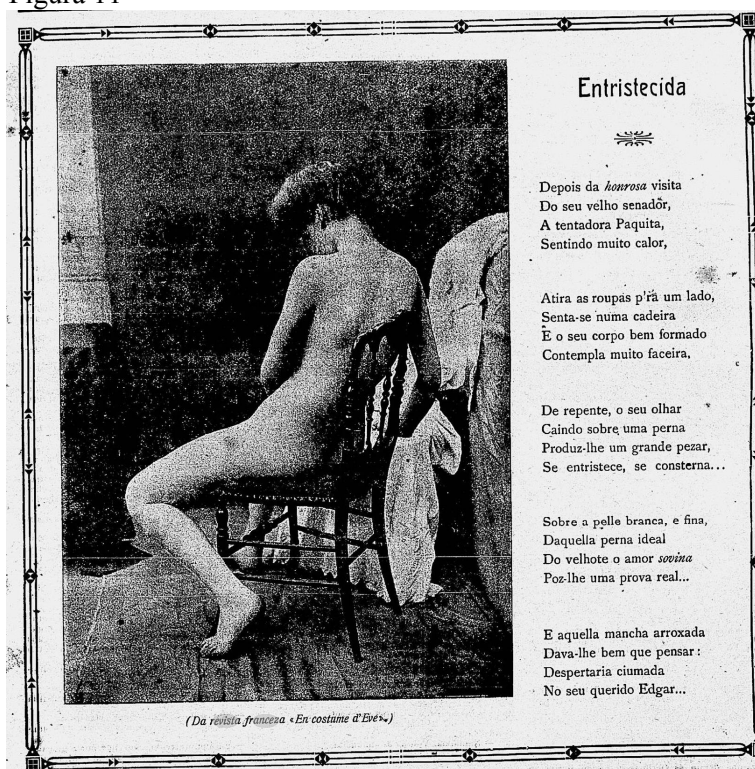
Os textos folhetinescos faziam parte de bibliotecas masculinas e muitos anúncios destacavam autores considerados como leituras



exclusivamente para homens. Dentre aqueles com mais destaque estava Paul de Kock. Muito prolífico, produziu, além de peças teatrais, textos para jornais, romances populares em fascículos. As publicações de seus textos incluíam ilustrações, com ênfase em exemplares de papel mais barato, cujo objetivo era vender a preços mais acessíveis. Escrevia copiosamente e chegou a produzir cerca de 400 textos, entre romances, vaudevilles e melodramas. Adquiriu imensa popularidade na França, seguindo-se o sucesso no Brasil. Seus textos tinham muitos diálogos e humor, e eram muito apreciados.<sup>82</sup>

A receptividade da cultura francesa pelo jornal não se limitava às traduções das obras de Paulo de Kock. Imagens de mulheres nuas retiradas de revistas francesas estampavam as capas do jornal demarcando qual deveria ser o padrão de mulher desejada pelos homens que se pretendiam “civilizados”. Abaixo podemos verificar o padrão ao qual nos referimos, ou seja, uma mulher branca.

Figura 11



Fonte: *O Rio Nu*, de 02 de novembro de 1910, p.1.<sup>83</sup>

<sup>82</sup> BESSONE, Tânia. As leitoras no Rio de Janeiro do século XIX: a difusão da literatura. *Gênero*. Niterói, v.5, n.2, p.81-93, 1. set. 2005, p. 88.

<sup>83</sup> Imagem de mulher nua retirada da revista francesa *En costume d'Éve*. Tal imagem, como diversas outras, geralmente, apareciam na capa do jornal.

A utilização de imagens por este jornal realmente era uma estratégia bastante utilizada pelos redatores. Elas chegavam a ocupar quatro das oito páginas do periódico<sup>84</sup>, favorecendo a absorção do conteúdo propalado até pelos iletrados. Esses iletrados, além de consumirem os discursos propalados através da visualização das imagens, podiam também ter acesso ao conteúdo através da prática das leituras em voz alta, apesar de o conteúdo malicioso exigir espaços mais reservados para tais leituras. Porém, ao grosso modo, a finalidade destas imagens era, além de estimular o prazer daqueles que consumiam este impresso para fins de satisfação sexual<sup>85</sup>, inculcar no leitor padrões, que na concepção dos redatores do jornal, precisavam ser incorporados por eles<sup>86</sup>. A utilização de uma imagem de origem francesa já nos mostra que a mulher ideal deveria ser aquela que se assemelhasse à estética das mulheres francesas, até porque a França era o berço da civilização e, por conseguinte, deveria ser “imitada”. Assim, para se equiparar a essa civilização era necessário, para tanto, que o Brasil enfrentasse um problema que poderia ser visto como um entrave ao progresso da nação – a mestiçagem.

Com a entrada do pensamento positivista e das teorias evolucionista e determinista no Brasil, a partir da década de 1870, o atraso nacional começou a ser

---

<sup>84</sup> A partir de 1914, verificamos uma diminuição drástica do número de imagens nas páginas do jornal *O Rio Nu*. Enquanto em anos como o de 1910, pudemos verificar cerca de 10 imagens distribuídas, sobretudo na capa e nas páginas 4 e 5, nos anos que seguem o 1914 visualizamos pouco mais de duas imagens. A resposta a essa alteração da estruturação do impresso a partir da data mencionada pode se relacionar a conjuntura vivenciada pela Europa (principal importador de imagens para *O Rio Nu*), ou seja, o início da I Guerra Mundial, que certamente limitou as remessas de materiais iconográficos para o Brasil.

<sup>85</sup> Jean-Marie Goulemont ao analisar a leitura e os leitores dos materiais pornográficos, eróticos ou licenciosos aponta para o fato deste gênero literário condicionar e mesmo determinar as condições de sua leitura fazendo com que o leitor, muitas vezes, acabe tomando o imaginário por verdadeiro, ou seja “*um objeto material, cultural e literário cujo trabalho, no essencial, visa a coagir seu leitor em busca de desejo*”. Ver: GOULEMONT, Jean-Marie. *Esses livros que se lêem com uma só mão: leitura e leitores de livros pornográficos no século XVIII*. São Paulo: Discurso Editorial, 2000, pp. 9-13.

<sup>86</sup> Ao analisarmos as imagens/charges disponíveis n’*O Rio Nu* percebemos uma característica. Ao se posicionar como um jornal cáustico e humorístico o mesmo delimitava seu humor ao desmascaramento do real, do não dito. De acordo com Elias Thomé Saliba, as representações humorísticas da *Belle Époque*, tendiam a estabelecer espaços de transgressão de rompimento de práticas clássicas do “bom” e do “mau” riso. Desta forma, entendemos que tanto os textos quanto as imagens no jornal supracitado articulavam o humor às críticas sociais, ou seja, ao realizar uma representação humorística o jornal mais do que querer, somente, fazer rir, queria, na verdade, desmascarar algum aspecto da sociedade. Desta forma, não conseguimos realizar uma distinção de imagens destinadas somente ao riso e outras destinadas à críticas sociais. Acreditamos que as representações em grosso modo articulavam essas duas características, que para ser efetivada, necessitava da percepção e significado que o leitor atribuía ao material lido. A leitura não é uma via de mão única. Muitas vezes o significado que o autor dá a sua obra não é o mesmo apreendido e dado pelo leitor. Cf. SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do riso: a representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, pp. 19-46. Sobre os modos de leitura ver CHARTIER, Roger (org). *Práticas da leitura*. Trad. Cristiane Nascimento. 5ª ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.

questionado. Mas a resposta para este atraso, não demorou muito para ser encontrada – as causas desta situação brasileira estavam na sua sociedade mista.<sup>87</sup> Assim, a intelectualidade brasileira munida da função de reeducar a população, se utilizou de diversos meios de comunicação para divulgar suas concepções e inculcá-las em seus leitores – se bem que nem sempre isto deu certo. E o jornal *O Rio Nu*, não se furtou desta tarefa. Apresentando a questão da mestiçagem de forma bem complexa, visto que estamos tratando de um material que se caracterizava pela polifonia, este jornal se por um lado não representava, de forma iconográfica, a mulher afro-brasileira como um objeto de desejo sexual pelo homem branco; por outro lado em alguns momentos, o jornal apresentava a possibilidade deste mesmo homem branco se envolver com mulheres mulatas, porém não negras ou crioulas. Talvez este dado nos aponte para o fato de que o intercurso sexual entre um homem branco e uma mulher mulata (que estaria mais próxima da mulher branca) poderia converter a miscigenação em algo positivo. Ela poderia propiciar um embranquecimento da população.<sup>88</sup> Mas, este tema será melhor explorado no capítulo em que analisaremos as representações do serviço doméstico no jornal.

Voltando a valorização da cultura europeia pelo jornal, este não se restringia somente na divulgação de imagens de mulheres francesas. A formatação do jornal, para representar a modernidade, também deveria usar técnicas que não deveriam ficar devendo às européias.

---

<sup>87</sup> SCHWARCZ, Lília M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.p. 12.

<sup>88</sup> Em fins do século XIX a questão da miscigenação racial brasileira inquietava tanto intelectuais nacionais, quanto viajantes europeus. Seus debates e relatos acerca da composição racial brasileira circulavam pela esfera pública apontando a miscigenação, ora como um “tumulto”, ora como um ponto positivo para que a sociedade, através de “uma seleção natural” se branqueasse, discurso este propalado por João Batista de Lacerda, por exemplo. A respeito de como a questão racial era discutida pelas ciências e demais instituições brasileiras de fins do século XIX e primeiras décadas do século XX, ver: SCHWARCZ, Lília M. *op. cit.*p.12.

Figura 12

**ATENÇÃO** — No proximo numero comemoramos o sexto anniversario da fundação d'O *Rio Nu*. por isso daremos uma edição especial colorida a cinco cores, como os bem feitos jornaes europeus. E' um numero de luxo e como tal muitissimo caro, no entanto o preço será o mesmo — **100 RÉIS**.

Fonte: *O Rio Nu*, p.4, 09 mai. 1903.

Esta modernidade propalada pelo jornal, seja na utilização de técnicas equiparadas às europeias, ou na utilização de fotografias importadas de revistas francesas, esbarrava com alguns problemas que eram enfrentados pelo jornal – as doenças sexualmente transmissíveis. A presença constante de anúncios referentes a remédios para sanar os efeitos da gonorreia deixa evidente que este era um problema de saúde pública comum na Capital. Tanto celibatários, quanto homens casados estavam propensos a se contaminarem com essas doenças, visto que o adultério (outro tópico bem recorrente no jornal) ou a procura de homens por prostitutas era algo visto como natural<sup>89</sup>. Desta forma, a fim de sanar os males ocasionados por estas doenças, que eram tão comuns, se anunciavam constantemente estes medicamentos pelos periódicos da cidade. No anúncio abaixo, observamos as promessas de um remédio para curar a gonorréia:

Figura 13

**GONOL** É INFALLIVEL NA CURA RAPIDA DAS GONORRHEAS AGUDAS E CHRONICAS AS MAIS REBELDES. NÃO MANCHA & BOVA REVISTA COMPLICAÇÕES.

Fonte: *O Rio Nu*, p.2, 14 mai. 1910.

Ao anunciar remédios que prometem eficácia e rapidez nos sintomas de doenças sexualmente transmissíveis, este jornal está mostrando que está ciente de práticas sexuais arraigadas na sociedade brasileira, e que possivelmente não seriam fáceis de

<sup>89</sup> Em meados do século XIX, a prostituição feminina chamou a atenção de médicos e autoridades policiais, como um fenômeno que deveria ser regulado. Influenciados por discursos higienistas propalados por médicos franceses, na primeira metade do século XIX, que viam a prostituição como um “mal necessário”. Ver: SOARES, Luiz Carlos. *op.cit.* pp. 17 e 85.

eliminá-las. Mostrando que, como tal situação não iria mudar, pelo menos esses homens deveriam ter acesso a medicamentos que os deixariam prontos para novas investidas sexuais.

O jornal, com seus anúncios e conteúdo, estava claramente querendo modelar o *smart*, ou seja, incentivar o homem esperto, galante, a ter suas aventuras sexuais, porém sem deixar que as mesmas atinjam a estabilidade de seu lar que deveria ser protegido. Pela possibilidade deste homem ter várias mulheres, contrair uma doença era inevitável. Os remédios tinham a função de ajudá-lo a ficar “pronto para outra”. Porém este mesmo homem, não podia confundir as mulheres com as quais ele podia se aventurar, das honestas. Estas, por sinal, deviam ser protegidas dos perigos das ruas. Não deveriam circular pelas ruas sozinhas, ou freqüentar teatros e bondes desacompanhadas, pois poderiam ser confundidas com mulheres desfrutáveis.<sup>90</sup> Na coluna *Capadoçagem*, Capadócio Maluco narra uma história sobre uma mulher saindo sozinha à rua e sendo atacada pelos homens que mexiam com ela. Tratava-se da sua musa, a negra Quitéria. Capadócio iniciava sua história informando que a Quitéria era um poço de virtude, porém não levava desaforo para casa. Um dia, utilizando um vestido colado ao corpo e um “colete desses que fazem encolher a pansa e esticar o ‘sim-senhor’”, decidiu levar seu cachorro para passear sozinha. Ao avistá-la pela rua trajada daquela forma e sozinha, os homens começaram a cortejá-la, até que um tentou acariciá-la. Quitéria não deixou por menos, desviando da investida do malandro, ela o surpreendeu com violência. Capadócio que observava tudo termina a narrativa informando que a “Quitéria, sim, a Quitéria póde andar sozinha Ella se garante!”.<sup>91</sup>

Após esta pequena narrativa retirada do jornal podemos nos perguntar: O que a Quitéria representava? Qual a moral desta história? Primeiro a “modernidade” deve ser usada com cautela. Na verdade, a modernidade propalada pelo jornal deve ser destinada

---

<sup>90</sup> A mulher há muito foi alvo de fiscalizações acerca de sua honra. De acordo com Martha de Abreu Esteves, analisando processos criminais de defloramento, valores sociais mais amplos da sociedade eram postos à prova, pois eles podiam ou não determinar a absolvição de uma mulher deflorada. Assim, perguntas como se a mulher saía à rua sozinha, poderia transformar a vítima em ré. A rua, ainda no início do século XX, deveria ser pouco visitada pela mulher higienizada, porém aquelas que necessitavam percorre-la sozinha, por conta do trabalho, estavam sujeitas, no momento de um julgamento, a serem alvo de estigmas e preconceitos que poderiam determinar o resultado do inquérito. Ver: ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. pp. 39-53. Esta idéia do espaço público como antro dos vícios, foi analisado também por Sueann Caulfield, que verificou como o “andar sozinhas” determinava a honra ou não da mulher. Ver: CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1919-1940)*. Trad. Elizabeth de Avelar Solano Martins. Campinas, SP: Editora da Unicamp/Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2000. pp. 118-128.

<sup>91</sup> Capadoçagens. *O Rio Nu*. p.2,05 abr. 1913.

aos homens. As mulheres honestas, ainda mais numa sociedade burguesa, devem seguir as suas obrigações: serem donas de casa, boas esposas e mães, até porque elas deviam procriar o futuro da nação<sup>92</sup>. No caso da Quitéria, ela “pode andar sozinha”, porque ela já possui a malícia das ruas. Ela é negra, e provavelmente pobre. Isso nos leva a pensar que ela deve estar acostumada com esse ambiente, talvez por ter trabalhado como doméstica “à porta fora”, lavadeira, quitandeira, ou outras profissões que eram geralmente associadas às mulheres pobres, sobretudo negras.<sup>93</sup>

Assim, o que podemos depreender do material propalado pelo jornal é que, retomando as análises dos *protocolos de leituras*, havia esforços dos redatores para popularizar e disseminar suas ideias através de estratégias editoriais que forçassem uma leitura “ideal” do consumidor do jornal. Estes intelectuais, desta maneira, foram fundamentais para a disseminação de ideias e *representações*<sup>94</sup> do quê é ser um homem “moderno” e “civilizado”, que percorreu por diversas áreas do território brasileiro.<sup>95</sup>

Como tínhamos mencionado nas primeiras páginas deste trabalho, os jornais de fins do século XIX e princípios do XX viviam a modernidade. Não é de espantar que seu conteúdo a exaltasse. No dia 03 de maio de 1904, na coluna *Folhinha do “Rio Nu”*, o jornalista que assinava sob a alcunha de *Vagabundo* informava os feriados santos do mês de maio. Havia o *S. Desfalque*, o *S. do Porre*, dentre outros, que eram encabeçados

---

<sup>92</sup> Acerca do papel da mulher na sociedade da Primeira República ver: CAULFIELD, Sueann. *op.cit*; ESTEVES, Martha de Abreu, *op. cit*; REIS, Adriana Dantas. *Cora: lições de comportamento feminino na Bahia do século XIX*. Salvador: FCJA; Centro de Estudos Baianos da UFBA, 2000; COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983; e FREIRE, Maria Martha de Luna. *Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

<sup>93</sup> O serviço doméstico carioca era uma realidade para grande parte das mulheres. Para termos uma noção, em 1870, 61% das mulheres livres do Rio de Janeiro eram criadas, assim como 90% das escravas eram empregadas em tal atividade. Desta forma, observa-se que 71% das mulheres cariocas enquadravam-se na categoria do serviço doméstico. Este quantitativo ao passar dos anos não se altera muito. Nos anos de 1872 e 1906, verificamos que a média de mulheres cariocas desenvolvendo algum tipo de serviço doméstico ainda fica entorno dos 70%. Assim, Quitéria, por ser uma mulher negra e pobre, possivelmente pode ter se enquadrado nesta categoria empregatícia e por isso ter essa desenvoltura nas ruas, pois muitas das criadas precisavam realizar atividades “portas à fora”. Ver: SOARES, Luis Carlos. *O “Povo de Cam” na Capital do Brasil: A Escravidão Urbana no Rio de Janeiro do Século XIX*. Rio de Janeiro: Faperj – 7Letras, 2007. p. 107.

<sup>94</sup> De acordo com Chartier as *representações* devem ser determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam, ou seja, elas não são espelhos do real e muito menos discursos neutros. Elas estão sempre colocadas em um “campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação”. Ver: CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1990. p. 17.

<sup>95</sup> Esta circulação foi possível pela possibilidade que o leitor possuía de realizar assinaturas, que podiam ser anuais (12\$000) e semestrais (6\$000) para a Capital e outros Estados e assinaturas anuais para o estrangeiro (25\$000). Sobre a circulação de ideias sobre vários territórios ver: COOPER-RICHET, Diana. De um hemisfério ao outro. O papel das Revoluções na circulação de ideias: as representações da América do Sul na *The Edinburg Review* e *The Quartely Review*. *Livro. Revista do Núcleo de Estudos do Livro e da Edição*. n. 1, maio, 2011. São Paulo: USP/Ateliê Editorial, pp. 99-114.

pelos dois principais santos: o *S. Rodrigues Alves* e o *S. Pereira Passos*.<sup>96</sup> Ora, em um momento em que a Capital Federal vivenciava as interferências implementadas por estes dois políticos, que tentavam dar um ar europeu para esta cidade dos trópicos, não é de se espantar que eles, representando a modernidade e a civilização, fossem exaltados à categoria de santos, e que por conta disso, deveriam ser adorados por seus leitores<sup>97</sup>. Mas não eram só estas duas personagens exaltadas pelo jornal. Santos Dumont, representando um brasileiro que conquistou Paris com seus inventos, também foi uma figura exaltada para dar legitimidade ao jornal como arauto da modernidade.<sup>98</sup> Era necessário mostrar figuras exemplares, para demonstrar aos homens brasileiros que seria possível se equiparar às culturas civilizadas.

O homem para se adequar a estes novos tempos e para se enquadrar à modernidade deveria ser disciplinado, tanto na vida social quanto na vida sexual. Não é a toa que foi criada uma coluna fixa intitulada *Regras de civilidade*, na qual escritores como Artur Azevedo davam conselhos de comportamentos aos seus leitores. Comportamentos estes ligados às conquistas amorosas, é claro.

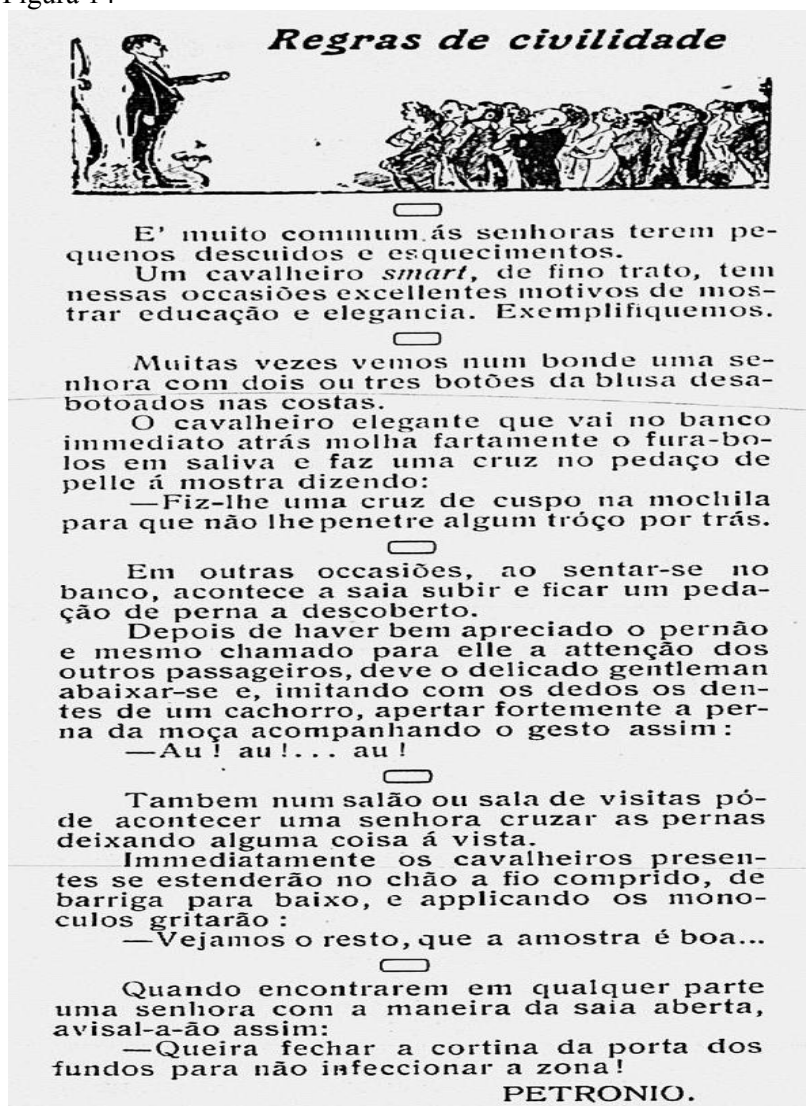
---

<sup>96</sup> VAGABUNDO. Folhinha do “Rio Nu”, *O Rio Nu*. p.2, 03 mai. 1904. Cristiana Schettini informa que *O Rio Nu* foi comentador e testemunha das mudanças implementadas no Rio de Janeiro sob o governo de Pereira Passos (1902-1906), dialogando com princípios estéticos franceses, com uma ideologia da higiene e com os diversos projetos de nação em voga. Ver: SCHETTINI, Cristiana, *op.cit*, 2011. p.319.

<sup>97</sup> Porém, isto não significa que eles pudessem ser criticados também. Em determinados momentos as ações de Pereira Passos foi criticada pela falta de respeito às “tradições” que eram colocadas à baixo por suas medidas. Ver: PEREIRA, Cristiana Schettini. *op.cit*. pp. 125-126.

<sup>98</sup> O Sr. Santos Dumont: visita ao “Rio Nu”. Importantíssimo interview. Revelações. *O Rio Nu*. p.2, 12 set. 1903.

Figura 14



Fonte: *O Rio Nu*, p. 6, 14 mar. 1914.

Foi justamente a respeito de como um “homem civilizado” deveria se portar frente à sua vida sexual, que este jornal se forjou. Ele estabelecia os padrões sexuais aceitáveis e denunciava os que deveriam ser evitados.

Assim, esses *protocolos de leituras* se faziam presentes nas entrelinhas do material impresso, ou nas palavras de Michel de Certeau, nos seus *não-ditos*.<sup>99</sup> O seu intuito era moldar uma forma interpretativa que deveria ser absorvida pelo leitor. Todavia, se a leitura é entendida como uma *prática cultural* fica evidente a impossibilidade da eficácia completa destes mecanismos. Por mais que Olavo Bilac, Artur Azevedo, dentre os outros escritores e editores do jornal quisessem, através de

<sup>99</sup> CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.



seus escritos, propalar uma modernidade idealizada, as experiências pessoais, o ambiente social, o nível de instrução e as expectativas de cada leitor, iriam contribuir para que ele agisse sobre o texto, dando-lhe um significado que lhe convinha. Desta forma, pensar o ato da leitura, é antes de mais nada, pensá-lo como uma prática criadora, inventiva e produtora, mas que está associada às maneiras de ler e aos protocolos de leituras, que são inseridos no texto conscientemente ou não.<sup>100</sup>

## 1.2 - Circulação do jornal

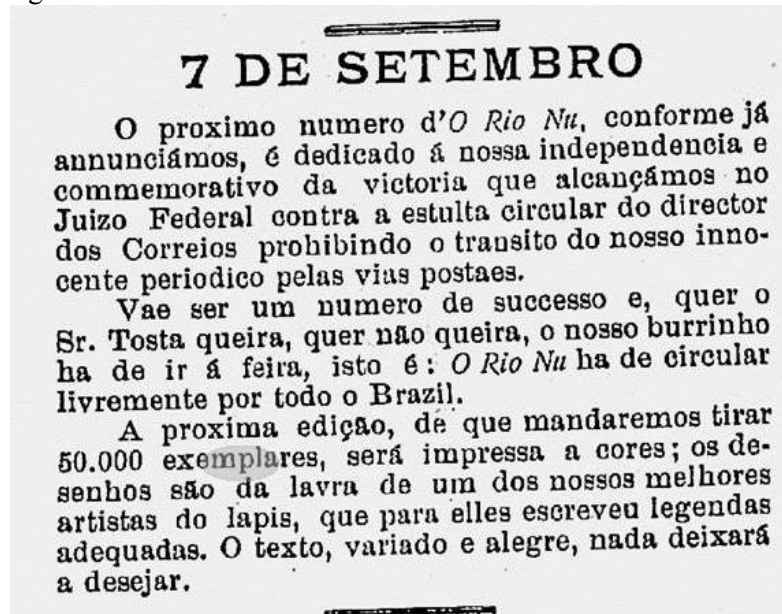
Estas estratégias da redação somadas ao conteúdo atraente do jornal, escrito por escritores renomados e acrescentando o seu baixo valor, fez com que este veículo se diferenciasse dos outros do mesmo gênero, tendo sobrevivido por 18 anos, em comparação aos outros que dificilmente passavam de dois anos. E esta trajetória, apesar de ter enfrentado problemas com alas conservadoras da sociedade<sup>101</sup>, experimentou um grande acolhimento, que talvez justifique esse longo período de existência. Para termos uma noção, em 1899, o jornal informa que foram publicados 15.000 exemplares de cada número do jornal. Já, em setembro de 1910, o jornal informa que chegou a emitir uma tiragem de 50.000 exemplares, como nos atesta um anúncio do jornal.

---

<sup>100</sup> Ver: CHARTIER, Roger. Do livro á leitura. In. CHARTIER, Roger (org). *Práticas da leitura*. Trad. Cristiane Nascimento. 5ª ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2011. pp. 77-79.

<sup>101</sup> No ano de 1910, quando o país se encontrava em pleno fervor de um período eleitoral para a escolha de seu presidente da República, os holofotes tiveram que ser divididos com outro acontecimento que mexeram com a imprensa brasileira. Tratava-se de uma circular emitida pelo diretor dos Correios, o Sr. Joaquim Ignácio Tosta, que dentre várias coisas dizia: Chamo a vossa atenção para o fiel cumprimento da circular desta Diretoria n. 39, de 28 de abril de 1903, e recomendo-vos que, nos termos do n. 5 do art. 5º do regulamento atual, não façais distribuição nem expedição das correspondências que contenham desenhos ou publicações obscenas, notadamente os periódicos “Rio Nu” e “Sans dessous”, publicados nesta capital e outros semelhantes impressos nos Estados. Apesar dos esforços do Sr. Tosta, o jornal *O Rio Nu*, conseguiu vencer esta batalha e continuou emitindo seus impressos à diversas regiões do país. Ver: Várias, *Jornal do Commercio*, [p.?]. 24 mar. 1910. *Apud*. PEREIRA, Cristiana Schettini. *op.cit.*, 1997. p. 80

Figura 15



Fonte: *O Rio Nu*, p. 2, 03 set. 1910.

Se este periódico vendia esta quantidade de exemplares, ainda não há como confirmar. A hipótese que se tem é que na verdade esta notícia é mais uma estratégia de valorização do jornal e de sua reputação. Para título de conhecimento, no período de 1900-1908 jornais de grande circulação como o *Jornal do Comércio*, *O Paiz e Correio da Manhã*, que também custavam 100\$ (venda avulsa), publicaram 20 mil, 15 mil e 30 mil exemplares respectivamente.<sup>102</sup> Por mais que o jornal *O Rio Nu*, lançasse mão de estratégias como o grande número de imagens, que poderiam ser apropriadas até pelos iletrados e pela distribuição de prêmios àqueles assinantes que pagavam em dia<sup>103</sup>, ainda assim o número de 50 mil exemplares pode ser uma quantidade que gere dúvida. De qualquer modo, o que se tem certeza é que este jornal circulava e muito, não só pelo Rio de Janeiro, mas por diversas regiões do Brasil e do mundo.

Como já tínhamos mencionado, a prática de assinaturas era algo bastante utilizado pelos jornais da época. O jornal *O Rio Nu*, não ficou de fora desta tendência. Ele vendia seus exemplares de forma avulsa e pelas assinaturas na própria redação do jornal ou através dos agentes que circulavam por diversas cidades brasileiras. As

<sup>102</sup> BARBOSA, Marialva. *op.cit.* p. 124.

<sup>103</sup> A prática de prêmios a aqueles leitores que assinavam e as pagavam em dia era uma prática comum, até mesmo para estimular esta prática das assinaturas, Além disso, o jornal também premiavam aqueles que obtivessem as melhores colocações na coluna *Motte a Concurso*, coluna esta que possibilitava a participação do público leitor com *mottes*, ou seja, espécie de paródias, realizadas a partir de uma frase dada pelo jornal. Como prêmios este leitores podiam ganhar assinaturas do jornal ou mesmo o seu valor. Ver, por exemplo: *O Rio Nu*, p.2, 21 mai. 1898.

compras avulsas custavam 100 réis, como tinha mencionado anteriormente e os exemplares atrasados 200 réis. Já as assinaturas para a Capital e os demais estados custavam 12\$000, quando anuais e 6\$000, quando semestrais. As remessas para o exterior já eram um pouco mais caras – custavam 25\$000.<sup>104</sup>

A possibilidade de adquirir um exemplar de forma cômoda em sua casa, sem se expôr nas ruas atrás de um jornaleiro que o vendesse, certamente deve ter sido bem recebido pelos leitores, ainda mais aqueles que viviam fora da Capital Federal. O anúncio abaixo irá explicitar o tamanho alcance desse jornal:

Figura 16

**AGENTES DO «RIO NU»**

Hão nossos **agentes**, encarregados da  
 venda avulsa, annuncios e assignaturas os arts

Riant & C.—Bello Horizonte  
 Magalhães & C.—Santos  
 A. Guimarães—S. Paulo  
 Mariano Guarneri—Ouro Preto  
 Gonçalves & Mattel—Campinas  
 M. Risa Teixeira—Lafayette  
 Justiniano José da Silveira—S. João Ne-  
 polesense.  
 Efraim de Almeida—Estação de Pilqueiras  
 João Gomes França—Estação de Sta.  
 He sua  
 Luiz Carauta—Estação de Socego  
 Antonio Fernandes Filho—Abbadia de Pi-  
 tangy  
 Francisco Nerva—Boa Família de Muriaé  
 Antonio José de Carvalho Amarante—  
 Sa Antonio de Aventureiro.  
 Antonio Ferreira Mendes—Maconco  
 José H. de Mello—Cidade de Oliveira  
 Francisco Elbeiro—Estação de Carlos Go-  
 mes  
 Francisco Ferreira Silva—Estação da Con-  
 oelção  
 Antonio José Teixeira—Porto Novo do  
 Cunha  
 Antonio Angelo Soares—Descalvado  
 Joaquim de S. Soares—Jardinopolis  
 José R. Carvalho—Silveiras  
 Olympio Gomes Almeida—Estação de Man-  
 tiqueira  
 Antonio Lopes de Faria—Ponte Nova  
 Fernando Tercero—Itabora de Matto Dentro  
 Manoel Soares Costa—Ubatuba  
 Euclides Ferreira Aguirra—Pedreiras.  
 Sergio Silva—Visconde de Rio Claro.  
 José Augusto Schmidt—Mogy-mirim.  
 Luiz Ferreira de Amaral—Araraquara.  
 Silva Telesphoro—Rio Branco.  
 Luiz Teixeira Junior—Itapacericca  
 T. Sequeira Junior—Magé.  
 Benedicto Gervasio Marinho—Estação de  
 Cerquilho.  
 Luiz Ernesto Mireuglio—Santo Antonio da  
 Ri ania.  
 Oscar Santos—Espírito Santo do Pinhal.  
 Elias Pacheco—Mineiros.  
 Custodio José da S. Martins—Bomfim de  
 Q. eluz.  
 José Esteves da Costa—Pirassununga.  
 Benedicto A. Ferreira—Itanhaem.  
 Antonio de Sá Carvalho—Macahé.  
 Francisco Matheus da Costa Ferreira—Uba-  
 tuba.

Fonte: *O Rio Nu*, p. 4, 26 out. 1898.

<sup>104</sup> Informações retiradas das capas do jornal *O Rio Nu*.

Neste anúncio, Estados como São Paulo e Minas Gerais tinham acesso as informações e padrões culturais emanados do Rio de Janeiro, verdadeira caixa de ressonância cultural do Brasil da *Belle Époque*, através do consumo deste jornal humorístico.

Como estamos percebendo adquirir este jornal não era uma tarefa tão difícil. Possivelmente, até mulheres tinham contato com este material. Porém aqueles que não mantinham em dia seus pagamentos, corriam o risco de terem seus nomes divulgados nas páginas do jornal, o que não deveria ser bom para a sua reputação: primeiro por ter seu nome associado à inadimplência e segundo pela divulgação do costume de ler ou vender esse tipo de literatura, que era melhor que ficassem recluso à intimidade.

Figura 17

**Aos que nos devem**

Aos nossos ex-agentes, nas localidades abaixo mencionadas, aos quaes fomos obrigados a suspender a remessa d'*O Rio Nu*, por falta de pagamento, pedimos que mandem quanto antes saldar o seu debito, sob pena de estamparmos os seus nomes na galeria que vae ser creada nas columnas deste jornal e que se intitulará *Galeria dos Caloteiros*, que será publicada emquanto existir *O Rio Nu*.

Os devedores a que nos referimos foram agentes nas seguintes localidades:

**CEARÁ.** — Cidade do Crato.  
**PARAHYBA DO NORTE.** — Capital.  
**BAHIA.** — Cidade de Castro Alves.  
**MINAS GERAES.** — Uberaba, Uberabinha, Ouro Preto, Rio Branco, Coimbra, Sete Lagôas, Viçosa, Pouso Alegre, Ouro Fino e Santa Rita do Sapucahy.  
**S. PAULO.** — Batatas e Barretos.  
**ESTADO DO RIO.** — Natividade do Carangola e Campos Elysios de Rezende.

Fonte: *O Rio Nu*, p.7, 23 mar. 1910.

Acima observamos uma ameaça feita pelos redatores do jornal aos devedores. Caso não pagassem teriam seus nomes divulgados. E o jornal não ficou somente na ameaça. Esses ex-agentes, que possivelmente não repassaram o dinheiro das assinaturas aos proprietários d'*O Rio Nu*, tiveram seus nomes divulgados pelo impresso.

Figura 18

**Os devedores do “Rio Nu”**

Convidamos a saldarem os debitos contrahidos com *O Rio Nu* os seguintes senhores, cujos nomes só deixarão de sahir publicados nesta folha quando se resolverem a dar cumprimento a este convite :

José Bento G. Corimbaba	Santa Rita de Sapucahy.
Braulio Gomes de Souza	Lafayette.
Constante Jardim	Ouro Fino.
Benedicto de Avila Pina	Uberaba.
Antonio Caldas Filho	Pouso Alegre.
Sebastião Vianna	Barretos — S. Paulo.
Bruno Menezes	Crato — Ceará.
João Esteves	Cidade de Palma.
Tyrteu Santos	Aracajú — Sergipe.
Januario Esteves Rodrigues	Sete Lagoas.
Carneiro & Nascimento	Campos Elysios de Rezende.
Serzedello Correia de Lacerda	Natividade do Carangola.

Fonte: *O Rio Nu*, p.3, 01 fev. 1911.

O que na verdade estas informações nos mostram é que este jornal vendendo 50 mil exemplares ou não, circulava muito pelo Brasil, mostrando assim seu acolhimento pelo público, mas também a insatisfação de muitos que não concordavam com a circulação de materiais que colidiam com a moral vigente. Dentre as manifestações de repúdio à proliferação desse jornal nas casas brasileiras, podemos destacar as ações implementadas, em 1910, pelo o chefe dos Correios Joaquim Ignácio Tosta que também era membro do Círculo Católico, e tinha como principal meta restringir a circulação deste imprenso.

A atitude de repúdio do Ignácio Tosta ao conteúdo e, em consequencia, a circulação do jornal, nos mostra que um mesmo texto pode ter significados diferentes para aqueles que o lê, sobretudo quando estamos falando de um texto de caráter obsceno<sup>105</sup>. Nem sempre as tentativas dos redatores e jornalistas de moldar o olhar interpretativo do leitor dão certo. De acordo com Roger Chartier: “ler não significa apenas submissão ao mecanismo textual”. Mais do que isso, “ler é uma prática criativa

<sup>105</sup> Eliane Robert Moraes e Sandra Maria Lapeiz informam que a pornografia em si é um conceito bastante relativo. Aquilo que para uma pessoa é pornográfico pode não o ser para outra. Assim, a pornografia é uma construção social e cultural, demarcada pelo seu tempo, ou seja, diferenças de tempo, étnicas, culturais e até mesmo subjetivas e individuais, podem determinar o caráter obsceno ou não de um texto. Ver: MORAES, Eliane Robert e LAPEIZ, Sandra Maria. *O que é pornografia?* São Paulo: Abril Cultura/Brasiliense, 1985, p. 10.

que inventa significados e conteúdos singulares, não redutíveis às intenções dos autores dos textos ou dos produtores dos livros”.<sup>106</sup> Desta forma, se para alguns os textos licenciosos são apenas meios de satisfazer algum desejo sexual, por exemplo. Para outros o material obsceno deve ser condenando. O censor, de acordo com Jean-Marie de Goulemont “continua convencido de que eles [os textos obscenos] podem levar os leitores à desobediência civil, no espírito de rebelião e, assim, pôr em perigo os poderes vigentes”<sup>107</sup>. A partir deste pensamento é que podemos compreender a postura de Ignácio Tosta frente à popularidade do jornal *O Rio Nu*.

Esta polêmica envolvendo *O Rio Nu* e o Joaquim Ignácio Tosta se iniciou em pleno ano eleitoral, no qual dois importantes políticos, Rui Barbosa e Hermes da Fonseca, disputavam a presidência da República. Em meio a este momento da política nacional, Ignácio Tosta publicou uma circular que chamou a atenção da imprensa brasileira devido ao seu conteúdo que dizia:

Chamo a vossa atenção para o fiel cumprimento da circular desta Diretoria n. 39, de 28 de abril de 1903, e recomendo-vos que, nos termos do n.5 do art. 5º do regulamento atual, não façais distribuição nem expedição das correspondências que contenham desenhos ou publicações obscenas, notadamente os periódicos “Rio Nu” e “Sans dessous”, publicados nesta capital e outros semelhantes impressos nos Estados.

Tais publicações, quando por descuido ou negligência dos empregados do Correio, chegarem a transitar em qualquer repartição postal devem, logo que forem apreendidas, ser imediatamente inutilizadas, de acordo com o n. 2 do art. 143 do regulamento.

O não cumprimento desta ordem por parte de qualquer empregado dará lugar à pena de suspensão estatuída no n.9 do art. 496, do regulamento vigente.<sup>108</sup>

Quando observamos uma circular deste tipo logo nos vem à mente a noção de cerceamento da liberdade de expressão. Apesar de o sexo e o riso serem da natureza humana, ainda não se pode falar de sexo ou rir em qualquer lugar, a qualquer hora ou a qualquer pessoa.<sup>109</sup> O conteúdo deste jornal, definitivamente mexia com a *opinião pública*, esta entendida não no singular, mas como “um fervilhamento de opiniões

---

<sup>106</sup> CHARTIER, Roger. Textos, Impressão, Leituras. In. HUNT, Lynn (org.). *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 214.

<sup>107</sup> GOULEMONT, Jean-Marie. *op.cit.* p. 85.

<sup>108</sup> Transcrito pelo *Jornal do Comércio*, na seção “Várias”, 24 de março de 1910. In. PEREIRA, Cristiana Schettini. *op.cit.* p. 80.

<sup>109</sup> LUSTOSA, Isabel. *Imprensa, humor e caricatura: a questão dos estereótipos culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 31.

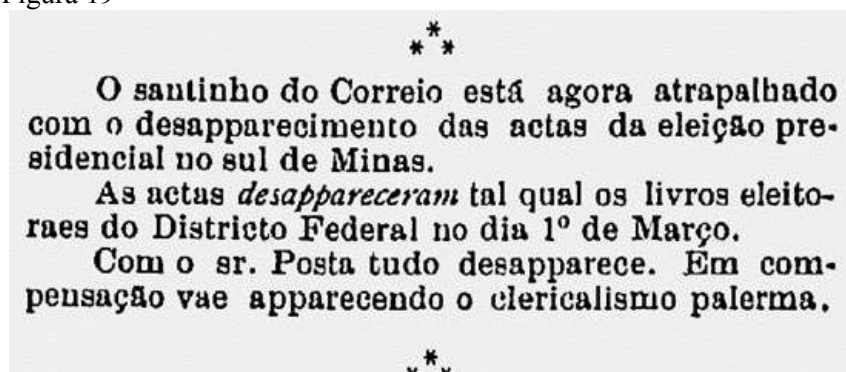
particulares”<sup>110</sup>. Se por um lado ele colidia com os interesses de uma ala mais conservadora da sociedade, por outro lado atendia os anseios de uma parcela da sociedade ávida pelo seu humor malicioso. A opinião de Ignácio Tosta não era a única na opinião pública, o que, certamente tenha dificultado a implementação eficaz de sua circular, até porque parcelas da sociedade começaram a verificar que havia outros interesses por detrás desta medida. Segundo Cristiana Schettini:

As desconfianças dos jornais diários sobre motivações escusas da medida, de qualquer modo, não eram infundadas. Joaquim Ignácio Tosta, o diretor dos correios, não era apenas um funcionário público no cumprimento de suas funções burocráticas. Na mesma época em que exercia a função de diretor dos correios, era presidente de uma organização denominada Círculo Católico, que congregava várias associações religiosas. Este acúmulo de funções não escapou à imprensa, que logo identificou na circular influência do Círculo.

Por outro lado, Tosta já fora deputado pelo estado da Bahia, não estando desvinculado das disputas políticas do período. Baseando-se em acusações de fraude nas atas eleitorais que passaram pelos correios e que teria contado com a conivência do diretor católico, muitos jornais desconfiaram de intenções bem pouco religiosas para a circular moralizante. Um articulista sugeriu que, por trás da desculpa dos motivos morais, o correio poderia censurar qualquer jornal que resolvesse publicar críticas ao governo.<sup>111</sup>

O próprio *O Rio Nu* denuncia, uma possível participação dos Correios, e, por conseguinte a conivência de Tosta, no sumiço de atas eleitorais em Minas Gerais.

Figura 19



Fonte: *O Rio Nu*, p.2,20 abr. 1910.

<sup>110</sup> Ponto de vista exposto por Jacques Ozouf Cf. BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. In. RÉMOND, René (org) *Por uma História Política*. 2ª edição. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003. p. 190.

<sup>111</sup> PEREIRA, Cristiana Schettini. *op. cit.* pp. 81-82.

Este problema enfrentado com os Correios, por mais que tenha interesses políticos motivando, trás uma outra questão. A questão do “bom riso” e do “mau riso”. O desenvolvimento dessas revistas semanais, cheias de caricaturas e fotografias que evidenciavam os corpos nus, despertavam preocupações moralizadoras. De acordo com Saliba, “pode-se dizer que, em geral, [no Brasil] o cômico era considerado negativamente quando fazia rir à custa de algum ressentimento ou conflito social”<sup>112</sup>. Por mais que este jornal se utilizasse dos temas obscenos foi justamente, a partir do momento em que os redatores deste jornal, se utilizaram do humor como ferramenta de denúncias políticas ou escárnio pessoal, que determinadas camadas sociais, se sentindo atingidas começaram a elaborar ações moralizadoras.

Desta forma, reiterando o que Roger Chartier diz, a leitura não é imposta de cima para baixo. O leitor tem um papel ativo na prática da leitura, dando novos significados e valores ao que está lendo, independente dos *protocolos de leitura* que os jornalistas e redatores tentam impor ao leitor.

Independente dos motivos reais que fizeram com que Joaquim Ignácio Tosta tentasse, sem sucesso, proibir a circulação do jornal, o que este episódio nos mostra são as diversas leituras que um mesmo jornal pode ter. Para algumas pessoas pode ser apenas uma ferramenta de obtenção de prazer sexual, mas para outras pode ser veículo de denúncias e críticas sociais bem eficazes. O humor aqui, pode ser lido como um veículo de obtenção do riso, mas também de acirramento das tensões sociais.

---

<sup>112</sup> SALIBA, Elias Thomé. *op.cit*, p. 113.




## CAPÍTULO 2

“Manual de todos os tons”<sup>113</sup>: os modelos de *smarts* criados pelo jornal *O Rio Nu* para a formação de homens civilizados.

Um *smart* não era só aquele que conquistava as mulheres, que freqüentava o melhor da vida noturna como os principais teatros da Capital<sup>114</sup> e que usava roupas em inspirações às modas européias, como imagens do jornal nos demonstram:

Figura 20



E' de todo ponto indiscutível que não ha no Rio de Janeiro casa de roupas feitas e sob medida que possa rivalizar com o celebre **34** da rua da Carioca, a popularissima **Alfaiataria Guanabara**, unica onde se encontra do bom e do melhor por um preço tentador.

Quem fôr áquelle conceituado estabelecimento ficará atrapalhado na escolha, tal a variedade do sortimento de casemiras francezas e inglezas, de brins de todas as qualidades e de aviamentos finos. Quer se agrade de um costume feito, quer o mande fazer sob medida, terá a certeza de que não leva espiga, porque a seriedade é a divisa da casa.

Enviam-se instrucções e aceitam-se pedidos do interior, dando-se agencia.

Fonte: *O Rio Nu*, p.3. 16 mai. 1914.

<sup>113</sup> “Manual de todos os tons” era uma coluna que circulou pelo jornal *O Rio Nu* durante o ano de 1913 com o objetivo de aperfeiçoar uma outra coluna, a “Manual do Bom Tom”, que se caracterizava por ser uma espécie de aula de etiqueta para aqueles homens que queriam se enquadrar à modernidade.

<sup>114</sup> SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989. p. 52

Figura 21



Observamos uma imagem em que o casal se veste à moda européia. O homem de terno, cartola e a mulher com vestidos bem cortados e chapéu. O vestuário, aqui, está exercendo um símbolo de diferenciação social. Os *smarts*, desta forma deviam se diferenciar por suas atitudes, mas também como se portam e vestem frente à sociedade.

Fonte: *O Rio Nu*, p. 4. 24 jul. 1909.

*O verdadeiro smart* era aquele que conseguia distinguir os benefícios e malefícios da modernidade, visto que ela não trazia apenas vantagens à sociedade. Alguns traços desta “modernidade” batiam de frente com ideais de família propalados aos quatro ventos por intelectuais, juristas e médicos que se reviravam em torno de debates que objetivavam a proteção desta instituição que era alçada como a base da nação. <sup>115</sup> *O Rio Nu*, portanto, verificava o papel fundamental do homem nesta sociedade, ou seja, deveriam ser espertos, bem educados, capazes de lidar com estes novos padrões sociais estabelecidos na Capital Federal, mas que fossem também

---

<sup>115</sup> As mulheres que antes deveriam ficar reclusas em casas, com a modernidade dos primeiros anos do século XX e com a intensificação da urbanização puderam ter uma maior circularidade ao exporem-se aos perigos das ruas. Além disso, uma maior utilização da mão-de-obra feminina e infantil era uma realidade que se apresentava neste período, “tornando necessária a normatização de novos parâmetros de comportamento”. MATOS, Maria Izilda de S. *Corpos numa paucicéia desvairada: mulheres, homens e médicos. São Paulo, 1890-1930. Proj. História. São Paulo, n. 25. dez 2002. pp. 383-384. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10597/7887>. Acessado em 14 abr. 2013.*

responsáveis pela proteção de sua família. Assim, este jornal demarcava uma diferenciação entre aquelas mulheres destinadas ao prazer sexual e às destinadas ao casamento, ao apresentar quais tipos de mulheres eles poderiam “bolinar” nas ruas, daquelas que se deveria respeitar<sup>116</sup>. Um *bolina*, por exemplo, tinha que ter clareza que não podia investir nas mulheres de família e estas por sua vez deveriam ser protegidas por seus pais e maridos que não poderiam deixá-las expostas sozinhas aos “perigos da rua”.<sup>117</sup> Da mesma forma, este jornal demarcava a real função da família, ou seja, a procriação. A impotência sexual e as práticas sexuais que fugiam ao fim procriativo eram alvos de escárnio e depreciações por parte dos redatores do jornal. O sexo anal, por exemplo, era algo bem condenado. Nem mesmo as mulheres que se submetiam a tal prática eram isentas das críticas – as casadas não faziam isso, somente as prostitutas.<sup>118</sup> Por fim, o homem “civilizado” além de seguir práticas sexuais bem definidas, também não poderia se render a outros vícios, como ao do alcoolismo. Este considerado uma “praga social”, que além de levar o homem à “vagabundagem” e, conseqüentemente desestruturar sua família, ainda era causadora de um dispêndio do dinheiro público.<sup>119</sup>

Para que possamos, então, verificar como este jornal estruturava *protocolos de leituras*<sup>120</sup>, que demarcavam *horizontes de expectativas*<sup>121</sup> acerca de uma sociedade “moderna”, em que os homens se portassem como verdadeiros *smarts* haverá a seguir as análises do material selecionado.

---

<sup>116</sup> A “bolinagem” era uma espécie de assédio que mulheres que andavam sozinhas em *bonds* podiam sofrer. Cf. PERERIRA, Cristiana Schettini. *Um gênero alegre: imprensa e pornografia no Rio de Janeiro (1898-1916)*. 1997. 221 f. Dissertação (Mestrado em História) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas/SP, 1997. pp. 4-5

<sup>117</sup> Havia um mito sobre “os perigos da rua”. Neste mito as mulheres que andassem sozinhas nas ruas, mesmo se fosse por necessidades do trabalho eram associadas a desonra. Cf. ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, pp. 43-54.

<sup>118</sup> SOIHET, Rachel. *op.cit.* p. 252

<sup>119</sup> MATOS, Maria Izilda Santos de. *Meu lar é o botequim: alcoolismo e masculinidade*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001. pp. 29 -37

<sup>120</sup> CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1990. p. 121 e CHARTIER, Roger. Do livro à leitura. In. CHARTIER, Roger (org). *Práticas da leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

<sup>121</sup> Ao partimos para a idéia de *horizontes de expectativas* estamos amparados nas análises desenvolvidas por Reinhart Koselleck. Este autor entende tanto o *espaço de experiência* quanto o *horizonte de expectativas* como “categorias do conhecimento capazes de fundamentar a possibilidade de uma história”, ou seja, a história para se constituir como tal necessita das experiências vividas, mas também das expectativas dos atores sociais que nela atuaram. Assim, ao analisarmos este jornal devemos verificar que as experiências de propagação de imagens de alcoólatras, ou de homossexuais, estão imbuídas de expectativas de conscientização de seus leitores, por exemplo. Ver KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. In. \_\_\_\_\_, *Futuro Passado: contribuição á semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006. pp. 305-327.

## 2.1 - “O Gouveia”: a homossexualidade nas páginas do jornal O Rio Nu

Seguindo a ideia de formação de homens que se adequassem à sociedade moderna e civilizada baseada aos moldes burgueses, o jornal *O Rio Nu* apresentava aos seus leitores uma prática comum, porém não tão bem vista, e que, pelo seu caráter não procriativo, deveria ser, se não extirpada, pelo menos limitada: o sexo anal, sobretudo, quando realizado entre pessoas do mesmo sexo. Assim, para que seja possível compreender a razão pela qual esta temática chamava a atenção dos redatores deste impresso, será realizada uma pequena explanação do ambiente sócio-político pelo qual a cidade do Rio de Janeiro passava entre os fins do século XIX e princípios do XX.

A partir dos anos de 1870 observou-se, na cidade do Rio de Janeiro, uma ampliação substancial de sua população. O fim da escravidão em fins da década de 1880 e sua conseqüente enxurrada de negros libertos que não foram inseridos a sociedade, somada a uma grande onda imigratória, contribuíram para a efervescência populacional em que o centro do Rio de Janeiro se encontrava. Nesse momento, verificava-se um número muito maior de homens em relação ao de mulheres, conforme apresentação do censo de 1890, que registrou 238.667 homens e 184.089 mulheres, no Distrito Federal<sup>122</sup>.

Esses novos arranjos sociais e as doenças que solapavam o centro urbano da cidade do Rio de Janeiro levaram as autoridades públicas a redobram suas atenções àqueles que subvertiam a moral que se pretendia instalar, ou seja, as ditas “classes perigosas”<sup>123</sup>: aqui podemos destacar, por exemplo, as prostitutas e também os homossexuais, que indiretamente eram afetados por leis criadas para inibir suas relações em ambientes públicos<sup>124</sup>. Para isto, sucessivos governos implementaram uma política de Estado, durante as primeiras décadas republicanas, no afã de alcançar o progresso a partir da formação de “cidadãos exemplares” através de aparatos institucionais como a política higienista, as ações de repressão policiais e judiciais, além das reformas urbanas dos primeiros anos dos 1900.<sup>125</sup> Porém, esse ambiente de reformas sociais e revitalização do próprio Centro da cidade “não eliminou por

---

<sup>122</sup> GREEN, James N. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Editora Unesp, 200-. pp. 52

<sup>123</sup> Sobre o conceito e as empreitadas de diversas instituições a fim de conter as ditas “classes perigosas” ver: CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

<sup>124</sup> GREEN, James N. *op.cit.* pp. 56-57.

<sup>125</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987 e CHALHOUB, Sidney. *op.cit.*

completo as evidências de caos, pobreza e deteriorização urbana consideradas impróprias pela alta sociedade carioca”<sup>126</sup>. Lugares, como a Praça Tiradentes, que até o Império era chamada de Largo do Rocio, ainda era palco de diversos encontros amorosos ou, simplesmente, *fleurts* de homossexuais que circulavam pela cidade do Rio de Janeiro.<sup>127</sup>

O tema da homossexualidade, desde o período colonial, era visto com bastante preocupação pelo governo. As leis portuguesas criminalizavam o sexo anal definido-o, quando realizadas em homens e em mulheres, como *sodomia*. Mesmo aqueles considerados ativos nas relações podiam ser acusados de sodomitas e serem julgados pela Inquisição.<sup>128</sup> Somente em 1830, com a promulgação do Código Penal Imperial foi que as referências explícitas a esta prática foram eliminadas do âmbito legal. Porém, alguns artigos, como o 280, permitiam a repressão àqueles que cometessem atos públicos de indecência podiam receber sanções como a prisão e o pagamento de multa.<sup>129</sup> Já no governo republicano esta tentativa de conter tal prática se intensificou.<sup>130</sup> Por mais que as punições não fossem direcionadas explicitamente a sodomia ficava claro uma tentativa, por parte do Estado, de conter esta prática no Brasil. Para termos uma noção, de acordo com James Green, o Artigo 379, do Código Penal republicano “tomou o travestismo ilegal ao proibir ‘disfarçar o sexo, tomando trajos impróprios de o seu e trazê-lo publicamente para enganar’”.<sup>131</sup> Ainda segundo James Green:

A sodomia havia sido descriminada no início do século XIX. Contudo, códigos penais com noções vagamente definidas de moralidade e decência pública, assim como provisões que limitavam o travestismo e controlavam rigidamente a vadiagem forneciam uma rede jurídica pronta para capturar aqueles que transgredissem as normas sexuais aprovadas socialmente. Embora a homossexualidade

---

<sup>126</sup> GREEN, James N. *op. cit.* pp. 53

<sup>127</sup> *Ibidem*, pp. 53-54.

<sup>128</sup> *Ibidem*. pp. 55-56.

<sup>129</sup> Esta lei dava ensejo as repressões aos encontros homoafetivos realizados em ambientes públicos como, por exemplo, o Largo do Rocio. *Ibidem*. pp. 56-57.

<sup>130</sup> A repressão à homossexualidade não era facultada apenas as esferas legislativas, alguns ambientes como a Marinha, por exemplo, possuíam punições exemplares aqueles pegos em “atos imorais”. De acordo com Álvaro Pereira do Nascimento a “libidinagem” era uma das cinco faltas disciplinares que poderiam ser punidas pela Companhia Correccional, porém desde que houvesse reincidência. Como castigo o indivíduo podia receber chibatadas, ser preso em solitária, além de ter que cumprir pena na Companhia Correccional. Antonio Ferreira da Silva, que o diga, por ter se envolvido mais de uma vez em práticas imorais teve que cumprir cinco meses de Correccional no Rio de Janeiro (ele era do Amazonas). As punições à essas práticas, na verdade, podem ser interpretadas como formas de correção, uma vez que os oficiais “acreditavam que a homossexualidade era uma doença ou um problema moral”. Ver: NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *Cidadania, cor e disciplina: na revolta dos marinheiros de 1910*. Rio de Janeiro: Mauad X/FAPERJ, 2008. pp. 177-180.

<sup>131</sup> GREEN, James N. *op. cit.* p. 57

em si não fosse tecnicamente ilegal, a polícia brasileira e os tribunais dispunham de múltiplos mecanismos para conter e controlar esse comportamento.<sup>132</sup>

Por romper com o princípio fundamental dos moldes burgueses que se instalava, ou seja, o casamento baseado na família nuclear<sup>133</sup> com base na reprodução, as relações homoeróticas e as práticas sexuais com fins, somente, na satisfação sexual foram alvos fáceis de estigmatizações e depreciações<sup>134</sup>. O jornal *O Rio Nu*, neste sentido, foi um importante veículo de disseminação de críticas ao sexo anal. Porém, mais do que simplesmente condenar tal prática ele, ao entender que este ato não seria abolido da sociedade, estipulava com quem se podia praticar. Em um trecho da cançoneta *O Gouveia*, publicada em 25 de julho de 1906, na coluna *Theatro d'o Rio Nu*, já podemos observar uma possibilidade de sexo anal

(...)

Uma senhora eu conheço  
Que tem dezenas de amantes,  
Que lhe pagam por bom preço  
Os seus carinhos constantes...  
Tem jóias de alto valor  
De dinheiro ela anda cheia,  
E ganhando fazendo amor...  
Amor à moda Gouveia!...

O *smart*, como mencionado deveria ter em mente uma distinção bem definida do que podia ou não fazer com mulheres honestas, que não é o caso da mulher representada na cançoneta. Esta preocupação no que diz respeito ao sexo estava ancorada em princípios disseminados pela Igreja, que criava regras que deviam ser

---

<sup>132</sup> *Ibidem*. p. 58

<sup>133</sup> Estamos, aqui, falando de uma família de elite, onde o casamento era a única via aceitável de união entre homens e mulheres. Entretanto, na prática o número de pessoas casadas era pequeno. Conforme o recenseamento de 1890, 65.526 homens e 50.076 mulheres eram casados, enquanto que o número de solteiros era de 216.520 homens e 158.409 mulheres. Este número reduzido de casamentos pode ser explicado dentre outras coisas, pelos entraves burocráticos para a realização do mesmo, bem como a dificuldade do homem pobre manter uma família aos moldes burgueses, onde sua mulher não poderia trabalhar, nem mesmo sair às ruas sozinhas para não desonrar suas famílias. Ver: SOIHET, Rachel. p. 247-248.

<sup>134</sup> Os homossexuais eram alvos de diversos estigmas. Na *belle époque* brasileira esses homossexuais eram associados de forma pejorativa à prostituição, além de serem chamados de *frescos*, termo bastante popular no fim do século XIX. Cf. GREEN, James. *op.cit.* pp. 62-63.

seguidas até mesmo pelas pessoas casadas. Para ela, as pessoas que contraiam matrimônio só para obter prazer eram considerados pecadores.<sup>135</sup> Segundo Rachel Soihet,

(...) o homem era considerado o elemento ativo, superior à mulher que deveria submeter-se aos seus assaltos com passividade. Nesse sentido, a posição adequada para o ato sexual era aquela chamada de “natural”, com a mulher deitada de costas e o homem sobre ela. Todas as demais posições eram consideradas escandalosas e “contra a natureza”.<sup>136</sup>

Não é à toa que o jornal apresenta o repúdio de tal prática realizada pelo marido sobre sua esposa.

Figura 22



Fonte: *O Rio Nu*. p.5. 3 fev. 1909

A esposa ao ter que se submeter ao sexo anal praticado pelo marido, se queixa à mãe que prontamente tira satisfação com o genro, que justifica seu ato ao fato de se chamar *André Gouveia*.

O sexo à moda *Gouveia*, portanto, poderia até ser praticado, desde que fosse com as prostitutas, ou seja, as mulheres desonestas.

<sup>135</sup> SOIHET, Rachel. *op.cit.* p. 252

<sup>136</sup> *Ibidem.* p. 253.

Figura 23



Fonte: *O Rio Nu*. p. 1. 13 jan. 1909.

Este amor caracterizado como *moderno* é apresentado como um ato sexual destinado apenas ao prazer, por isso muitas vezes o homem não o resiste. Porém, tal prática deveria ser realizada somente com “mulheres da vida”, ou seja, as prostitutas<sup>137</sup>. Para termos uma noção da importância da prostituição no Brasil, o Código Penal de 1890, introduzia penalidades ao lenocínio, isto é, “o ato de induzir alguém a exercer a prostituição ou de se beneficiar da prostituição de alguém”.<sup>138</sup> Porém, este código nada dispunha sobre o exercício da prostituição. Durante os primeiros anos republicanos o que se discutiu foram projetos para regulamentação da prostituição e uma lei para

<sup>137</sup> SÁ, Miguel Antônio Heredita de. Algumas reflexões sobre a copula, o onanismo e a prostituição, em especial na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1845. Tese apresentada à Faculdade de Medicina, p. 31. *Apud.* SOARES, Luiz Carlos. *Rameiras, Ilhoas, Polacas...* a prostituição no Rio de Janeiro do século XIX. São Paulo: Editora Ática, 1992. p.17. Ver também: CAULFIELD, Sueann. *op.cit.* p.79

<sup>138</sup> PEREIRA, Cristiana Schettini. “*Que tenhas teu corpo*”: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas. 2002. 335f. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Unicamp. Campinas/ São Paulo, 2002. p. 1.



afastar os prostíbulos de algumas ruas do Centro do Rio de Janeiro, e não um meio de eliminá-la da sociedade.<sup>139</sup>

Voltando as discussões a respeito do sexo à moda *Gouveia*, este termo era muito utilizado nesta época para se referir às práticas sexuais realizadas por homossexuais masculinos. James Green em *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*, aponta para a utilização desse termo, uma gíria da época, significando “um homem velho que deseja garotos jovens”<sup>140</sup>. Tal assertiva acerca do termo *Gouveia*, mostra-se um tanto reduzida, visto que pelos discursos analisados, o significado do mesmo é mais amplo. Na cançoneta *O Gouveia*, publicada em 25 de julho de 1906, na coluna *Theatro d’o Rio Nu* identificamos o uso de tal termo para se referir àquele que se converte em passivo no ato do sexo anal.

(...)

Uma noite no Rocio,  
Ia passando um rapaz  
Desses que têm pouco brilho,  
Com a calça rota por traz...  
Eis que o aborda um sujeito  
E o convida p’ra uma ceia.  
O convite foi aceito...  
Foram brincar de Gouveia!...

A minha prima Luzia  
Casada com um tripeiro,  
A quem a sorte sorria  
Dando-lhe muito dinheiro...  
Um ano após o consorcio  
- Vejam só que cousa feia! –  
Foi requerer o divórcio  
Porque ele se fez Gouveia!...<sup>141</sup>

---

<sup>139</sup> *Ibidem*. pp. 1-3. Ver também, BRETAS, Marcos L. *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. pp. 77-78.

<sup>140</sup> *Ibidem*. pp. 69.

<sup>141</sup> *O Gouveia. O Rio Nu*. p. 7, 25 jul. 1906.

Esta cançoneta nos possibilita primeiro, identificar como um dos usos do termo Gouveia a questão da passividade em relação ao sexo anal, além de associação do Largo do Rocio diretamente à homossexualidade, visto que este era o principal lugar de encontros homoeróticos da cidade do Rio de Janeiro.<sup>142</sup> Porém, Gouveia, em outras representações pode ser o ativo na relação.

Figura 24



Fonte: *O Rio Nu*. p. 5. 21 abr. 1909.

É interessante notar, que ao contrário das representações das empregadas domésticas, vista como sedutoras e maliciosas podendo se converter em um instrumento de satisfação sexual, as imagens das relações sexuais homoeróticas geralmente utilizam-se de um tom satírico e humorístico apresentando um cunho moralizante e ridicularizante, do que propriamente de satisfação sexual. De acordo com Randolph Trimbach, enquanto as obras pornográficas apresentam um tom sério ao representar o corpo e o ato sexual a fim de intensificar a excitação sexual, as obras humorísticas e satíricas tendem, pelo contrário, enfraquecê-la.<sup>143</sup> A tendência destas representações, sobretudo, quando os envolvidos na prática sexual são dois homens, mais do que causar ao leitor um desejo sexual, o que se vê é uma tendência à ridicularização dessas personagens.

<sup>142</sup> GREEN, James. *op.cit.* pp. 62-63.

<sup>143</sup> TRIMBACH, Randolph. Fantasia erótica e libertinagem masculina no Iluminismo inglês. In. HUNT, Lynn. *A invenção da pornografia: obscenidade e as origens da modernidade, 1500-1800*. 1ª edição. São Paulo: Hedra, 1999. pp.281-282.

O que se vê nesse jornal é, na verdade, a reafirmação de uma masculinidade bem definida que se opusesse e se diferenciava ao máximo do modelo feminino.<sup>144</sup> O homem que assumisse qualquer comportamento que pudesse ser associado a práticas definidas como femininas era chamado de efeminado e, conseqüentemente, era ridicularizado.

Figura 25



Fonte: Trabalhos femininos. *O Rio Nu*. p.4. 21 fev. 1903.

Tais representações vistas como uma *violência simbólica*<sup>145</sup> representavam na verdade, uma *dominação masculina*<sup>146</sup> que tendia a exercer sua violência àqueles que

<sup>144</sup> A respeito de como era definido rigidamente o binômio masculino X feminino na sociedade brasileira dos princípios do século XX ver: MATOS, Maria Izilda de S. *op. cit.* p. 384

<sup>145</sup> Seria, para Pierre Bourdieu, uma espécie de “violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância,

contrariassem os padrões aceitáveis de masculinidade <sup>147</sup>. Para termos uma noção de como esses instrumentos criavam uma imagem pejorativa dos homossexuais, passemos a análise da comédia *A “senhora” do patrão*<sup>148</sup>.

(...)

Eu não disse, patrão, que esse negocio  
De dormir toda a noite no meu seio,  
Co’a promessa de ser breve seu sócio,  
Havia de deixar-me o ventre cheio?...

Doutor

!!!

(Cai o pano, de vergonha)

Esta estória narra uma visita médica ao empregado que encontrava-se doente. Próximo ao seu leito havia uma bacia com a urina da empregada, deixada sem querer por ela. O médico pensando que se tratava da urina do paciente faz o exame e acaba diagnosticando gravidez. Logo o paciente pensando que se tratava dele acusa seu patrão pelo seu estado. Aqui, observamos dois pontos básicos: o criado, por se sujeitar a uma posição passiva em uma relação sexual é representado de forma efeminada, como se ele fosse a mulher do patrão, já a representação do patrão é mais emblemática. Ele, um chefe de família, acaba sendo submetido à vergonha, mesmo sendo o ativo na relação sexual. Além disso, este jornal mostra uma prática paternalista advinda do período escravocrata, bem arraigada na sociedade. Era comum, por exemplo, no período colonial, relatos de documentos da Inquisição que mostravam algumas relações homossexuais em que o homem branco, muitas vezes, exercia seu poder sobre o escravizado.<sup>149</sup>

Essa prática de poder exercida pelo senhor ao escravizado se estendia não só aos homens adultos, mas também às crianças e adolescentes, trazendo à tona a questão da

---

do sentimento. Cf. BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 2ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. pp.2-3.

<sup>146</sup> Por *dominação masculina* podemos entender uma naturalização de uma pretensa dominação masculina sobre a feminina, justificando as diferenças sociais. Cf. *Ibidem*.

<sup>147</sup> Ser um bom pai, provedor, chefe autoritário, fundador da família, temido, dentre outras prerrogativas. Cf. MATOS, Maria Izilda Santos de. *op.cit.* p.44.

<sup>148</sup> A “Senhora” do patrão. In. *O Rio Nu* de 17 de agosto de 1912. p. 2.

<sup>149</sup> MOURA, Clóvis. *Dicionário da escravidão negra no Brasil* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. [Homossexualismo].pp. 190-192.

pedofilia e da pederastia. Porém, a pedofilia, a partir da segunda metade do século XIX, começou a ser criminalizada<sup>150</sup>. Segundo Luiz Mott, esta postura acerca da pederastia

(...) pode ser interpretada sob dois ângulos: de um lado a instauração de uma moralidade ultra-repressora - a vitoriana- que sob o pretexto de proteger a inocência infanto-juvenil, reprime e dessexualiza completamente os meninos e adolescentes; de outro, o início dos direitos humanos dos jovens e crianças, não mais tratados como tábula rasa - como ainda postulava o pai da sociologia, Émile Durkheim em 1925 na obra *L'Education Morale* – nem como reles objetos sexuais dos mais velhos, mas criaturas merecedoras de respeito, capazes da livre orientação sexual e dos prazeres eróticos, e donas de sua privacidade individual.<sup>151</sup>

Portanto, o que podemos depreender dessas análises é que *O Rio Nu* estabelecia padrões que os homens deveriam seguir para se enquadrarem nessa sociedade burguesa que se desenhava no Brasil. Para se enquadrarem era necessário romper, ou pelo menos limitar, algumas práticas que já estavam cristalizadas há muito tempo na sociedade. A questão da pedofilia era uma destas. As crianças que, antes do fim do século XIX, eram tratadas como “pequenos adultos”, a partir da Proclamação da República deveriam ser pensadas no sentido da inocência infantil difundida na Europa iluminista do século XVIII, visto que pelo ideário burguês, que se difundia no Brasil, elas eram consideradas o futuro da nação, ou seja, defender as crianças seria defender a pátria.<sup>152</sup>

O Rio Nu, desta forma, traçava os limites morais de uma classe média burguesa em formação na cidade do Rio de Janeiro. Ao expor tais situações que envolviam homossexuais, esse jornal – que pelo seu conteúdo, pode ser considerado como subversor da moral – convertia-se, na verdade, numa ferramenta a serviço das políticas públicas que tentavam minar essas práticas, através de um cunho altamente moralizante em que esse personagem era sempre vinculado à vergonha e à degeneração. Assim como os médicos que se voltavam para a normatização da sexualidade infantil criando vários discursos propalados em princípios do século XX<sup>153</sup>, *O Rio Nu* se atribuiu desta responsabilidade ao associar os perigos das práticas homossexuais também quando realizadas em crianças.

---

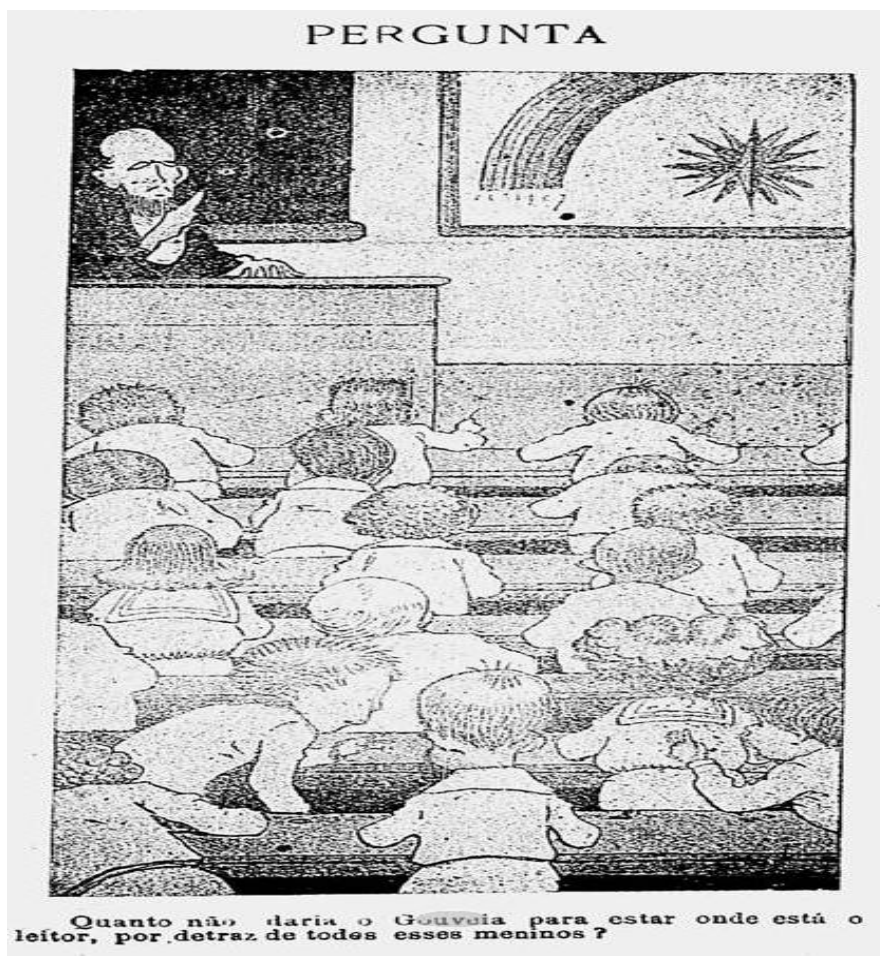
<sup>150</sup> *Ibidem*. p.30.

<sup>151</sup> *Ibidem*.

<sup>152</sup> BARREIRO, Alex. A construção criminal da pedofilia no Brasil: entre as práticas institucionais e o discurso patológico. *Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH-RIO*. Rio de Janeiro, 2012. p. 5. Disponível em: [http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1337302264\\_ARQUIVO\\_AConstrucaoCrimin%20aldaPedofilianoBrasil.pdf](http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1337302264_ARQUIVO_AConstrucaoCrimin%20aldaPedofilianoBrasil.pdf). Acessado em 15 abr. 2013.

<sup>153</sup> *Ibidem*. p. 7

Figura 26



Fonte: Pergunta. *O Rio Nu.* p.5, 31 out. 1906.

Figura 27



Fonte: *O Rio Nu*. p.4. 06 nov. 1907.

Aqui, estão representadas duas imagens em que a prática da pedofilia está claramente evidenciada.<sup>154</sup> Ao analisar estas, como outras imagens, acreditamos que o jornal se utiliza do humor e do obsceno como ferramentas para falar o impensável, o não dito.<sup>155</sup> Partindo desta percepção, que poderia ser compreendida ou não pelo leitor

<sup>154</sup> A violência sexual acometida em menores de idade era uma prática, de certa forma, rotineira no Brasil do período estudado. Para termos uma noção, até nas Escolas de Aprendizes aconteciam esses casos como relatava o médico José Ricardo Pires de Almeida. Segundo Pires de Almeida, um Provedor da Santa Casa de Misericórdia, ao se deparar com um grande número de menores que eram aprendizes nos arsenais, eram encaminhados à Santa Casa para se tratarem de moléstias “venéreas e deformações, lançou o alerta a estas práticas perpetradas nas Escolas de Aprendizes.” Ver: NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *op.cit.* p. 180.

<sup>155</sup> A imprensa humorística da *belle époque* brasileira, quase toda ela, está ligada ao sentimento de desilusão republicana. A inauguração do regime republicano alimentava vários sonhos e expectativas sociais por parte da intelligentsia brasileira, porém eles viram emergir alguns dilemas como: “o que significava *ser* brasileiro naquela realidade cada vez mais paradoxal, infinitamente variada, regionalmente diversificada e, sobretudo depois daqueles eventos cruciais, uma realidade indefinida em termos de futuro?”. De acordo com Elias T. Saliba a “República criou uma cidadania precária, porque calcada na manutenção da iniquidade das estruturas sociais. (...) A condição agrária retrógrada e subalterna do país, no contexto internacional de uma segunda revolução industrial e tecnológica, também voltou a ser posta em relevo com as expectativas criadas pela abolição e pela República.”. Assim, a República representava o rompimento com os costumes ditos arcaicos advindos do período escravista, que eram contrários ao progresso que se pretendia alcançar, ou seja, aquele ao modo europeu. Foi justamente nesse impasse que representava a transição de regime político, que a imprensa humorística brasileira ganhou fôlego. É a característica central desse gênero não era apenas fazer rir. Esses humoristas possuíam uma espécie de “missão” civilizadora, mas também denunciadora de conflitos sociais. Muitas vezes atacavam figuras políticas ou intelectuais (no caso *d’O Rio Nu* podemos destacar os ataques ao João do Rio), bem como o humor agressivo que acirrava os preconceitos raciais (*O Rio Nu* quando apresentava charges de pessoas negras, as representavam quase como animais). Deste modo, ao analisar *O Rio Nu*, estamos partindo do pressuposto que o material produzido por seus intelectuais não tinham a função estrita de satisfação sexual ou apenas de promover o riso (se bem que muitos leitores pudessem depreender do material lido somente essas funções). Acreditamos que o humor realizado pelo *O Rio Nu* tinha a função de desmascarar a realidade e denunciar tradições sociais que deveriam ser ultrapassadas a fim de se enquadrarem em uma

da época, visto que o contexto social, cultural e desejos pessoais é que auxiliam na determinação do significado que o leitor dá a uma obra, é que compreendemos as imagens selecionadas como uma espécie de alerta aos leitores.<sup>156</sup> Neste sentido, ao analisarmos as imagens acima acreditamos que talvez ele esteja alertando ao seu leitor, homem honesto, pai de família, da necessidade de proteger seus filhos desse problema social representado pelos *Gouveias*<sup>157</sup>. Ora, se o futuro da nação estava nessas crianças que se tornariam futuros pais de família era necessário que, antes, elas fossem protegidas dessas influências que poderiam corrompê-las, tornando-as inúteis aos interesses do Estado.

O interessante nesses casos é que os *horizontes de expectativas* de grande parte dos redatores nem sempre condiz com as *experiências* vividas por eles<sup>158</sup>. Colaboradores como Olavo Bilac, por exemplo, que possivelmente fosse homossexual, na interpretação de James Green, participavam ativamente do periódico publicando suas crônicas que eram ovacionados pelos próprios diretores do jornal por trazerem prestígio ao impresso. Assim, por mais que o discurso propalado viesse ao encontro dos discursos médicos e jurídicos que penalizavam a homossexualidade, na prática a convivência com homossexuais que tinham papéis proeminentes no jornal era algo real.

---

“nova realidade” que a República “tentava” instalar, SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do riso: a representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, pp. 66-153.

<sup>156</sup> CHARTIER, Roger (org). *Práticas da leitura*. Trad. Cristiane Nascimento. 5ª ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2011. pp. 77-79.

<sup>157</sup> GREEN, James. *op.cit.* p.78.

<sup>158</sup> KOSELLECK, Reinhart. *op.cit.*



## 2.2 – “Pobre velho impotente”: uma análise de como o jornal tratava a impotência sexual masculina.

(...)

- Bellinha dá-me um copo dagua, rosnou a voz cava e morosa do Marreco.

Ella então, vendo-o impotente, fraco, pusillamine, levantou-se nervosa e mirou-o de alto a baixo com um gesto de desdém afastando-se vagorosamente e murmurando – Burro!!! Brocha!!!!...

- E esta... e esta, dizia o Ernesto, afastando-se vagorosamente com um riso de idiota.

\*\*\*

O Marreco ganhou três entradas nessa noite, mas nunca... nunca mais deixou de ter dor de cabeça!

Pery.<sup>159</sup>

“Burro”, “Brocha”, são alguns dos diversos adjetivos facultados aqueles homens que não cumprem bem seu “papel”. Além de serem ridicularizados e humilhados por suas mulheres esses homens ainda sofriam com a “dor de cabeça” (adulterio da esposa) que podiam os acompanhar pelo resto da vida. Assim, era apresentado um dos piores problemas que podiam acometer um homem – a impotência sexual. Da mesma forma que a mulher tinha seu papel bem definido nessa sociedade, ou seja, boa esposa e mãe de família<sup>160</sup>, o homem, por sua vez também tinha sua responsabilidade bem definida de mostrar, através das múltiplas gestações de sua esposa, sua virilidade.<sup>161</sup>

Durante o século XIX o tema da reprodução foi amplamente discutido por médicos e intelectuais.<sup>162</sup> Mas, esta discussão se fortaleceu, sobretudo, na passagem do século XIX para o XX quando o tema da infecundidade se atrelou “aos debates sobre o povoamento da pátria e a sobrevivência da espécie”<sup>163</sup>, ou seja, uma questão do foro íntimo passava a ser um problema social de grande relevância. Assim, não é de se espantar que *O Rio Nu* se aproveitasse dessa temática para preencher suas páginas com estereótipos acerca das práticas homossexuais que demarcavam, implicitamente, a impossibilidade desses homens se transformarem em *smart*.

<sup>159</sup> PERY. Burro!..., *O Rio Nu*, p. 7, 19 mar. 1904.

<sup>160</sup> SOIHET, Rachel. *op.cit.* pp. 111-113.

<sup>161</sup> DEL PRIORI, Mary. O corpo vazio: o imaginário sobre a esterilidade entre a Colônia e o Império. In: DEL PRIORI, Mary e AMANTINO, Márcia (orgs.). *História do Corpo no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p.108. Acerca da noção de virilidade, Bourdieu informa que esta, em seu aspecto moral de “questão de honra”, “princípio da conservação e do aumento da honra, mantém-se indissociável, pelo menos tacitamente, da virilidade física, através, sobretudo, das provas de potência sexual” Cf. BOURDIEU, Pierre. *op.cit.* p. 12.

<sup>162</sup> *Ibidem.* p.125

<sup>163</sup> *Ibidem.*

A masculinidade propalada está associada diretamente à virilidade, ou seja, homem para ser homem, além de não ter posturas efeminadas, deveria ser viril. De acordo com Maria José Somerlate Barbosa a associação entre masculinidade e virilidade

(...) está calcad[a] em valores físicos que foram transformados em valores morais também. A sexualização da masculinidade encontra tanto respaldo que até os dicionários de língua portuguesa apresentam os termos “virilidade” e “masculinidade” como sinônimos. Considerando-se que, para uma grande maioria dos homens, virilidade é uma questão de perpendicularidade, a geometria do órgão sexual masculino, em todos os seus ângulos, constitui a medida da sua virilidade e a representação da sua masculinidade. Ao englobar os dois termos como categorias equivalentes e universais, os dicionários e os pronunciamentos culturais essencializam a medida da masculinidade (considerando-a apenas como virilidade) e definem a masculinidade de uma forma abrangente (“masculinidade hegemônica”), como se as mesmas normas e padrões de comportamento constituíssem elementos válidos para todos os homens, em todos os tempos e lugares.

Divisões geográficas e as suas influências na estruturação dos conceitos de “masculinidade” e “virilidade” são aqui discutidos de uma maneira generalizada. Pois mesmo que haja, em diferentes áreas sócio-geográficas, certas variações nos graus e nas medidas da conceitualização dos termos “masculinidade” e “virilidade”, alguns conceitos pré-estabelecidos e latentes independem de regiões geográficas, classes sociais e níveis intelectuais. Em alguns contextos, a virilidade e a masculinidade se definem pela posse do corpo da mulher, tratado como objeto de dominação, controle e uso dos homens.<sup>164</sup>

E era justamente a possibilidade de um homem não dominar o corpo de uma mulher que fazia o jornal *O Rio Nu* se debruçar sobre esta temática. Note-se que estamos falando de um material impresso que tinha como característica principal o domínio do corpo da mulher; corpo este que era exposto ao deleite dos homens que consumiam esse material. A impossibilidade de um homem exercer esse domínio era visto com preocupação pelos redatores do jornal, que se inquietavam com as possíveis reações dessas mulheres. Para que possamos entender como o jornal *O Rio Nu* apresentava esta temática passemos às análises das representações.

---

<sup>164</sup> BARBOSA, Maria José Somerlate. Chorar, verbo transitivo. *Cadernos Pagu*, v. 11, pp. 321-343, 1998. pp.323-324

Figura 28



Fonte: Intimidades. *O Rio Nu*. p.1, 24 mar. 1900.

Na imagem acima temos o Fidelis, homem aparentemente mais velho, que mesmo depois de tomar o licor nada sentiu frente à D. Elvira, que brava pela situação em que se encontrava, esbravejava com o pobre do homem, mandando-o sair de seus aposentos. Ao analisarmos detidamente esta charge podemos perceber algumas características importantes da representação da impotência sexual feita pelo jornal. Primeiro, assim como em outras imagens, o homem se apresenta cabisbaixo, geralmente olhando para o chão, com um ar humilhado frente à mulher que o menospreza.

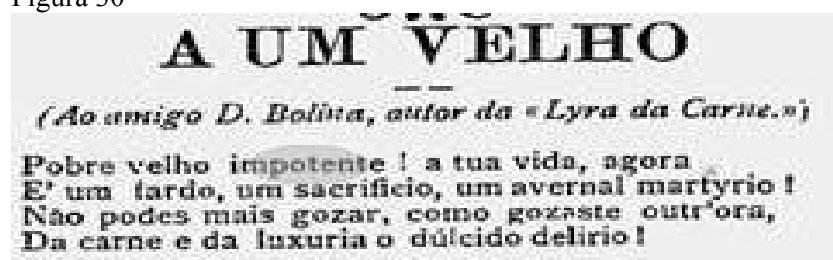
Figura 29



Fonte: Cyclista cansado. *O Rio Nu.* p.5, 04 fev. 1905.

Esta imagem é bem emblemática, pois mostra o preconceito que homens com este problema tinham que enfrentar, além da associação direta da impotência sexual à velhice.

Figura 30



Fonte: Hercules Bravo. A um velho. *O Rio Nu.* p.2, 08 abr. 1908

A identificação da velhice como um período distinto da vida e o entendimento que os idosos eram uma parcela da população identificável socialmente para a qual deveria ter ações de intervenção, começou a ser propalada na passagem do século XIX para o XX.<sup>165</sup> De acordo com Andréa Moraes, a “instituição da aposentadoria e os asilos de idosos marcam simbolicamente a identificação entre incapacidade e velhice e inauguram o entendimento dessa como um ‘problema social’”. A velhice, portanto, passava a ser associada à improdutividade, visto que é neste momento que o homem sai do mercado de trabalho, ou seja, deixa de produzir.<sup>166</sup> Logo, essa improdutividade é refletida para o âmbito sexual. E o jornal *O Rio Nu* se vale muito deste discurso, sobretudo, ao realizar uma espécie de crítica a esses “velhos” que se casam com mulheres jovens<sup>167</sup>, mas que não conseguem mais acompanhar a vitalidade juvenil de suas esposas.

A impotência sexual masculina traz um outro problema, ainda mais grave à honra desse homem – o adultério de suas esposas.

---

<sup>165</sup> MORAES, Andréa. O Corpo no Tempo: velhos e envelhecimento. DEL PRIORE, Mary e AMANTINO, MÁRCIA (orgs). *op.cit.* p. 430.

<sup>166</sup> *Ibidem.* p. 431.

<sup>167</sup> Segundo Rachel Soihet havia, e ainda hoje há, uma valorização da mulher jovem e de seu corpo. O homem sentia-se “estimulado a buscar outras experiências, a trocar um objeto do qual já está saciado por um outro mais jovem que se lhe constituía em fonte de novos prazeres. Ver: SOIHET, Rachel. *op.cit.* p. 287. Associado a esta preferência, ainda havia um costume de que a iniciação sexual feminina fosse realizada por um homem experiente, na maior parte da vezes, muito mais velho do que a mulher. Ver: DEL PRIOI, Mary. *op.cit.* p. 125.

Figura 31



Fonte: Pierrot. Marchando... *O Rio Nu.* p.2, 05 set. 1900.

Na imagem destacada observamos uma mulher, que não satisfeita sexualmente por seu marido – brocha – passa *ficha* a um rapaz, sem que seu marido visse, pois como a maioria das representações dos impotentes ele está olhando para baixo, envergonhado com sua situação. Esta imagem, desta forma, rompe com a representação propalada de família patriarcal, assentada no casamento legítimo (principalmente pela parte da mulher) e na divisão dos papéis para ambos os sexos<sup>168</sup>. Os “brochas” não cumprem seu papel e por isso ficam submetidos à desonra. De acordo com os costumes da época

<sup>168</sup> SAMARA, Eni de Mesquita. Mistérios da “fragilidade humana”: o adultério feminino no Brasil, séculos XVIII e XIX. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 15, n.29, 1995. p. 65. Disponível em: << [www.anpuh.org/arquivo/download?ID\\_ARQUIVO=3773](http://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3773). Acessado em 04 abr. 2013.

o adultério da mulher era culpa do marido; “ele deveria ter tomado providenciais para que a situação não chegasse a tal ponto”<sup>169</sup>, neste caso a providência era a sua virilidade.

Desta forma, o jornal apresentava tentativas de soluções para, ao menos, esses homens se recuperarem de tal enfermidade a partir de soluções médicas que lhes eram apresentadas.

Figura 32



**VERMUTHINA**  
**FORTIFICANTE**

**Cura a fraqueza dos velhos e dos moços**

O maravilhoso regenerador que produz rápida, radical e infallível cura em todos os casos de **debilidade nervosa, impotencia, perdas de memoria e seminaes.** A VERMUTHINA tem a enorme vantagem de ser um agradabilissimo licor de mesa e que se póde usar a vontade como qualquer bebida, das quaes é superior e cura positivamente em todos os casos quer de moços, quer de velhos, restitue **força, energia e vitalidade** aos órgãos genitales, fortifica o systema nervoso e **cardiaco**, facilitando a circulação e levando-a aos órgãos sexuaes. A VERMUTHINA é uma **bebida medicamentosa** preparada scientificamente pelo Dr. Eduardo França, com todo esmero e cuidado, de accordo com as experiencias feitas pelos **Drs. Rebourgeon professor Goll** e do illustre **Dr. Keetzel** em plantas da rica flora amazonense, entre ellas a **acanthén virilis**. Em razão de seu preço barato a VERMUTHINA está ao alcance de todos e seu uso diario que ao contrario de todas as bebidas **revigora, remoça e fortifica o corpo humano.**

*O Rio Nu.* p.4, 04 out. 1899.

<sup>169</sup> De acordo com Marcos L. Bretas, “a proteção de esposas e filhas ou a emissão de atestados de seu bom comportamento eram atribuições transferidas para a polícia”, todavia, era mais comum o marido desonrado se atribuir das prerrogativas dos policiais e fazer justiça com suas próprias mãos. Nesses casos, esse homem receberia um tratamento mais compreensivo, no julgamento, do que aqueles que apresentavam queixas do adultério na polícia. Ver: BRETAS, Marcos L. *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. pp. 181-182.

Figura 33



Fonte: *O Rio Nu.* p.4, 10 jul.1907

Para que esses homens voltassem a se tornar *smarts* eles deveriam se valer do que a medicina estava produzindo para sanar esse mal.<sup>170</sup> Nada melhor do que um Peitoral de Angico Pelotense ou um Vermuthina, por exemplo, para “fortalecer o peito”.

Esse jornal, desta forma, invadia o âmbito mais íntimo da privacidade do casal para demarcar, além dos padrões sexuais aceitáveis ou não, o que era entendido, pelos seus redatores, por masculinidade e virilidade. Eles, assim, demarcavam e ratificavam papéis bem definidos para esses homens. Aqueles que não se enquadravam aos modelos propalados não podiam ser considerados *smarts*, ou seja, “civilizados”.

<sup>170</sup> Mary Del Priori informa que os homens se valiam da medicina, mas quando a mesma não dava conta de sanar os problemas esses se voltavam a rituais e mandigas como o marido “trazer consigo o coração da galha macho, e à mulher, o da galha fêmea” ou a utilização de defumadores à base de “pós de rasuras dos sinos raspados onde dá o badalo”. Ver: DEL PRIORI, Mary. *op.cit.* pp.119-120.



### 2.3 – O olhar d’*O Rio Nu* sobre as consequências do alcoolismo.

Além de determinar modelos sexuais que os homens “civilizados” precisavam seguir, *O Rio Nu* estabelecia, também, padrões comportamentais. Esses homens deveriam freqüentar ambientes propícios às suas posições sociais, como os cafés ou os importantes teatros, ambientes esses em que aspirantes a *smarts* poderiam consumir elegantes bebidas como “o vermouth, o cocktail, o gin fizz, o whisky, o Pick me up, o Sherry –Cobble”, introduzidos no Rio de Janeiro por influência de negociantes estrangeiros e brasileiros regressos da Europa.<sup>171</sup> Porém, o consumo das bebidas alcoólicas não se restringira ao mundo da elite. No início do século XX, o Rio de Janeiro via a proliferação dos quiosques:

(...) armações de madeira erguidas em plena calçada – [que não] pagavam impostos e reuniam uma freguesia numerosa e de poucos recursos que consumia café, bacalhau, fumo, broas de milho e muita cachaça. Uma freguesia turbulenta, pouco higiênica e fora dos padrões de modernidade aos quais as grandes cidades – principalmente o Rio de Janeiro – buscavam adequar-se. Por isso, foram suprimidos.<sup>172</sup>

Esse ambiente pouco higiênico e antro das camadas mais populares da sociedade foi substituído pelos botequins, locais limitados por quatro paredes que facilitavam o controle da freguesia pelos proprietários que se convertiam em espécies de defensores da ordem pública<sup>173</sup>. E, essa idéia de ordem pública e da necessidade de pessoas a protegê-la era algo que se fortalecia com a implementação do regime republicano<sup>174</sup>. Neste contexto, o jornal *O Rio Nu*, talvez influenciado pelos discursos médicos<sup>175</sup> e

---

<sup>171</sup> SOUZA, Ricardo Luiz de. Cachaça, vinho, cerveja: da Colônia ao século XX. 33. *Estudos Históricos*. 2004. p. 64. Disponível em: <<  
<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewArticle/2211>>>. Acessado em 12 abr. 2013.

<sup>172</sup> *Ibidem*. p. 65.

<sup>173</sup> *Ibidem*.

<sup>174</sup> Segundo Maria Izilda Santos de Matos, a “intensa urbanização, o processo de imigração, o final da escravidão e do Império e a industrialização exigiam novas formas de comportamento ditas ‘civilizadas’. Os comportamentos feminino e masculino deveriam passar por retificações que dotassem cada qual de um perfil mais homogêneo, adequando-os a uma perspectiva sacramental e ao novo regime. Assim, as ações da Igreja, do Estado e particularmente da medicina foram convergentes e decisivas para disciplinar mulheres e homens”. Neste sentido, detentora de um “monopólio do ‘conhecimento racional e científico’” a classe médica foi importante no combate ao alcoolismo., Cf. MATOS, Maria Izilda Santos de. *Meu lar é o botequim: alcoolismo e masculinidade*. 2 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001. p.25 e 27

<sup>175</sup> Centrando o combate do alcoolismo masculino, o “discurso médico apresentava aspectos de normatização que explicitavam um imaginário social urbano em transformação, no qual estava presente e em formação o perfil ideal masculino., construído diretamente em relação ao feminino. Assim, o discurso médico destacava as responsabilidades femininas no processo de reeducação do ‘homem moderno’,

jurídicos que circulavam no momento em foco, incorporava para si o papel de defensor de uma ordem pública. Assim, ele apresentava os comportamentos que seus leitores deveriam seguir para se transformarem em homens “civilizados”, ou melhor, homens que pudessem formar famílias higiênicas que exercessem seu papel na sociedade, ou seja, a procriação do futuro da nação. E, para se formar essa família ideal um mal deveria ser extirpado da sociedade, principalmente da camada popular que era mais afeita a este mal <sup>176</sup> – o alcoolismo – que causava, além de gastos públicos, a degeneração física e intelectual da humanidade e a ociosidade. <sup>177</sup>

Partindo para as análises das representações propaladas pelo jornal *O Rio Nu*, podemos verificar algumas características básicas atreladas aos homens alcoólatras.

Figura 34



Fonte: Razão Forte. *O Rio Nu*. p.4, 15 ago. 1906.

---

acentuando a necessidade de que a mulher atuasse como agente da campanha antialcoólica”. Cf. *Ibidem*. p. 27-28.

<sup>176</sup> MATOS, Maria Izilda Santos de. *op.cit.* nota 20, p. 31.

<sup>177</sup> *Ibidem*. p. 29

Figura 35



Fonte: O Rio Nu, p.1, 17 abr. 1912.

Aqui, observamos duas imagens bem significativas. Na primeira imagem vemos um homem entregue ao álcool. Mal vestido, com uma aparência desleixada e abatida. Na segunda imagem, todavia, verificamos a representação do *smart* – um homem elegante, com um traje bem apanhado e as feições do rosto bem desenhadas, ao contrário do rosto do alcoólatra que se caracteriza pelas formas rústicas e quase disformes<sup>178</sup>. O alcoólatra, portanto, é aquele que se opõe ao verdadeiro *smart* e em

<sup>178</sup> De acordo com Luiz Felipe de Alencastro, a partir do momento em que a Corte se instalava no Rio de Janeiro, o comércio marítimo e a grande circulação de viajantes que cruzavam o Atlântico-Sul, engendraram na cidade um mercado de hábitos de consumo europeizados. A partir do Segundo Reinado estes hábitos se direcionam mais especificamente aos moldes e costumes franceses. Cf. ALENCASTRO,

consequência se distancia cada vez mais da civilidade esperada pela sociedade que se modernizava.<sup>179</sup>

Mas não era só por conta da aparência física, que os redatores do jornal *O Rio Nu* se debruçavam contra o alcoolismo. Este mal gerava um problema que causava muita preocupação – a ociosidade. De acordo com Sidney Chalhoub, em 1888 começou a circular na Câmara de Deputados um projeto de repressão à ociosidade elaborado pelo ministro Ferreira Vianna. A preocupação em torno deste problema estava no pensamento dominante de que a Abolição da escravidão trazia consigo a desordem e uma massa de pessoas que uma vez vivendo “subjugados” ao trabalho compulsório, quando livres poderiam não querer trabalhar e ficar, portanto, “vagabundeando” pela cidade, cometendo pequenos crimes.<sup>180</sup> Além disso, aqueles que exerciam alguma atividade remunerada uma vez se entregando ao vício da bebida podiam sofrer com

(...) cansaço intelectual, estafa, irritação, desatenção, perturbação da memória, distúrbios na motricidade, perda do raciocínio e da razão, levando à falta de vontade, queda na produção e no trabalho, tornando os alcoólatras pouco produtivos e aumentando os riscos de acidentes de trabalho.<sup>181</sup>

O jornal *O Rio Nu* propalava, através do personagem *Vagabundo* alguns dos efeitos do alcoolismo sobre o homem.

---

Luiz Felipe. Vida privada e ordem privada no Império. In. NOVAIS, Fernando A. (coord.) e ALENCASTRO, Luiz Felipe (org.). *História da vida privada no Brasil*. Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. vol. 2. pp. 35-51.

<sup>179</sup> O alcoolismo se distanciava da modernidade, também, pelo fato dele ter sido associado, pela psiquiatria, à loucura. Lima Barreto que o diga. Devido a problemas com o álcool foi internado duas vezes no Hospício Nacional de Alienados. Ver: SANTOS, Fernando Sergio Dumas dos e VERANI, Ana Carolina. Alcoolismo e medicina psiquiátrica no Brasil do século XX. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.17, supl. 2, dez. 2010, p.402. Disponível em: << <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v17s2/08.pdf>>>. Acessado em 15 mai. 2013.


<sup>180</sup> CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 2ª ed. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2001. pp. 66-67.

<sup>181</sup> Esses são alguns dos muitos problemas associados ao alcoolismo pelo discurso médico. Cf. MATOS, Maria Izilda Santos de. *op.cit.* p.40.

Figura 36

# Rua do Ouvidor

---



**S**ri! que gosto de cabo de chapéu de sol !... Tenho os olhos pequeninos e uma dor de cabeça maluca! Aguenta firme a ressaca, Vagabundo!


Que porre doido! O diabo da festança cá em casa deixou-me em um estado commatoso.

Fonte: Rua do Ouvidor. *O Rio Nu.* p.6, 17 mai. 1905.

Figura 37

# Rua do Ouvidor

---



**S**ENHORES!

O Vagabundo, aquelle incorrigivel que vive agarrado ás pernas das mulatas e que anda aos pontapés pelos telhados, tomou um porre tão taludo que ia morrendo inchado com barriga d'agua... ardente.

Estão não poudé ir para a rua do Ouvidor desta vez.

Mas o patrão cá da casa não quiz saber de historias e mandou-me em sua vez.

Fonte: Rua do Ouvidor. *O Rio Nu.* p. 6, 08 mar. 1905.

No primeiro trecho observamos como o *Vagabundo* sofre com a ressaca advinda do excesso de álcool que ingeriu. Já no segundo trecho o mesmo personagem deixa de ir ao trabalho por conta de um “porre” que lhe deixou com a “barriga d’água... ardente”.

Ambos os relatos possuem uma característica em comum – aparentemente o personagem *Vagabundo* faz parte da camada popular. Segundo Maria Izilda Santos de Matos, os discursos de campanha contra o alcoolismo propalados pela classe médica afirmavam veementemente que este mal atingia, sobretudo, as camadas populares. Estes trabalhadores urbanos que viviam em cortiços imersos na miséria social eram predispostos a se renderem a este vício que desorganizava a sociedade.<sup>182</sup> Ora, em uma sociedade que se pretendia “modernizada” o papel do trabalhador disciplinado era muito importante, pois o trabalho era considerado o elemento característico da vida “civilizada”.<sup>183</sup>

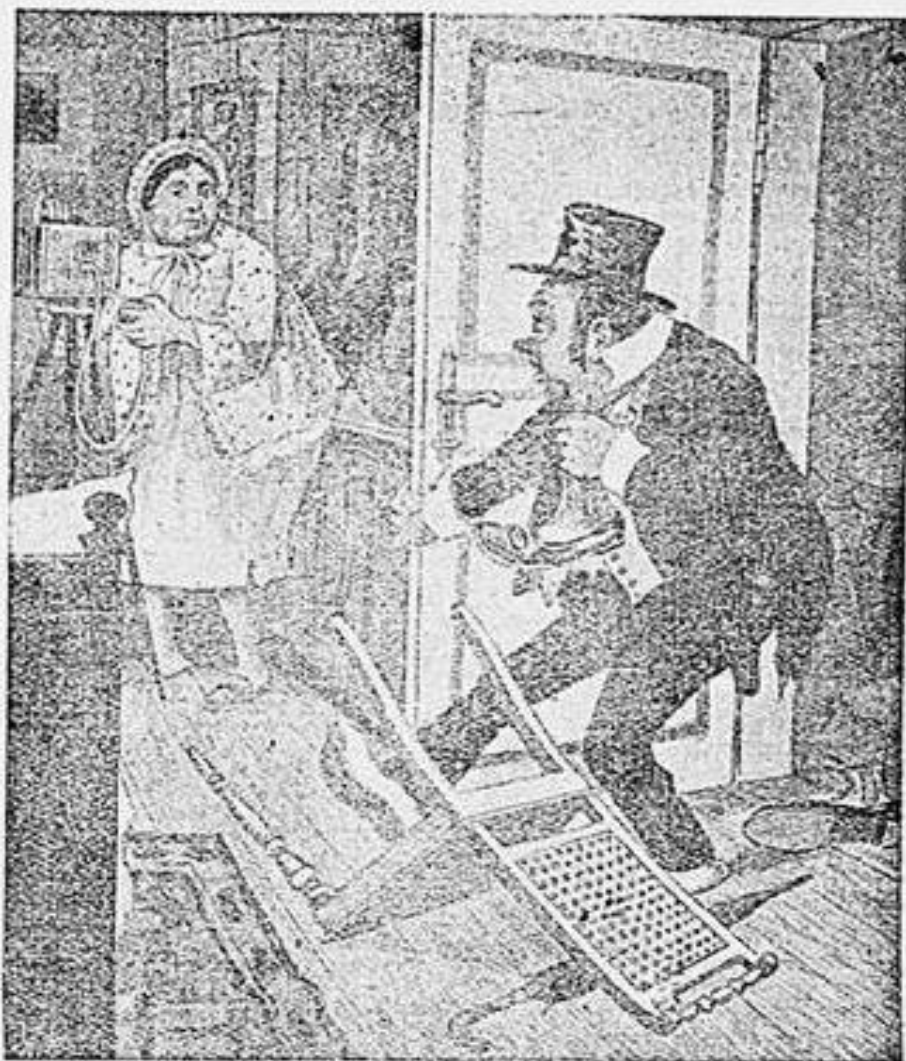
Assim como os médicos que propalavam diversos discursos acerca do mal que o álcool representava ao homem, a família e a sociedade de maneira geral, *O Rio Nu* também apontava os perigos que este vício causava quando adentravam ao lar.

---

<sup>182</sup> MATOS, Maria Izilda Santos de. *op. cit.* p. 40.

<sup>183</sup> CHALHOUB, Sidney. *op.cit.* p. 69.

Figura 38



— Que é isso, mulher? Queres photographar me?  
— De certo! Vou tirar uma instantanea para juntar ao meu requerimento de divorcio. Quero provar que voltas alta noite para casa e, além disso, embriagado!...

Fonte: *O Rio Nu*. p.5, 14 jun. 1905.

Num momento em que a família era identificada como a célula da sociedade, no qual os seus membros deveriam seguir suas funções<sup>184</sup>. O álcool, neste sentido, podia corromper este homem, retirando-o de seu caminho em busca de seu papel de bom marido, pai e chefe de família.<sup>185</sup> Na imagem acima, por exemplo, vemos uma mulher

<sup>184</sup> MATOS, Maria Izilda Santos de. *op.cit.* p. 41.

<sup>185</sup> Além de o alcoolismo desviar o homem de seu caminho de provedor do lar, a preocupação que muitos médicos tinham, influenciados pelas teorias de Auguste Morel, era que as degenerescências poderiam ser transmitidas hereditariamente “e uma vez instalada a doença ‘ela segue seu curso e se transmite aos descendentes até a extinção da linhagem’”. Cf. SANTOS, Fernando Sergio Dumas dos e VERANI, Ana Carolina. *op.cit.* p. 403.

que pede seu divórcio por não agüentar mais o marido chegar todas as noites embriagado em casa.

O alcoolismo como um problema social era tão preocupante para as camadas mais elevadas da sociedade que em 1922, este ainda era tema de teses defendidas por médicos, tais como o Eurico de Figueiredo Sampaio que afirmava que

Com o alcoolismo (...) observa-se a perda total da dignidade de seu chefe, abdicando todo o sentimento de honestidade e decoro, e tratando com brutalidade a esposa, companheira infeliz de sua decadência, e aos filhos, cujo exemplo e herança lhes marcam o extenso caminho da desgraça. Uma das causas, além de tantas outras, que corta fundo a harmonia da família (...), Quantas vezes, ao chegar a casa, na encantadora paz do lar, a delicada esposa, que logo sente as evaporações alcoólicas de seu marido, observa-lhe em voz suave: - Tu já bebeste pelos botequins? (...)<sup>186</sup>

O jornal *O Rio Nu*, anos antes ao discurso propalado pelo médico Eurico Sampaio, já alertava para a degeneração familiar que o álcool podia provocar, todavia, diferente do texto acadêmico, a mulher não esperava submissa seu marido. Ela, pelo contrário, invertia seu papel assumindo uma postura ativa, humilhando seu marido – que uma vez alcoólatra estava fadado à vergonha.<sup>187</sup>

Desta forma, o que observamos é que o jornal analisado estava intrinsecamente articulado aos debates realizados nas esferas médicas e jurídicas em torno de uma disciplinarização e higienização da família, no qual o homem era alçado ao papel de protetor da honra desta. Uma vez corrompendo este papel, *O Rio Nu*, ridicularizava e criticava esses homens que não poderiam, em sua concepção, chegar a ser um verdadeiro *smart*.

---

<sup>186</sup> SAMPAIO, Eurico. A influência do tipo social. Rio de Janeiro: Typ. América, 1922, p. 46. *Apud*. MATOS, Maria Izilda Santos de. *op.cit.* p. 43.

<sup>187</sup> MATOS, Maria Izilda Santos de. *op.cit.* p. 46.



### CAPÍTULO 3

#### “Para todo o serviço”: as representações das criadas nas páginas do jornal *O Rio Nu*.

##### DIÁRIO DE UMA CRIADA

SEGUNDA-FEIRA – Há oito dias que entrei de serviço em casa do Sr. Liborio, um velhote feio como a necessidade e casado com uma mulher moça e lindíssima.

Desde anteontem que andam atrás de mim (salvo seja!) o patrão, o Sr. Ambrosio, irmão da patroa, e um velho sem vergonha, o pai do Sr. Liborio.

Procuro descobrir com qual é dos três sujeitos que lhe fazem a corte que a patroa se entretém.

TERÇA-FEIRA – O Sr. Liborio entrou ontem, à noite, no meu quarto e disse-me: <<Não repare que entre no seu quarto a esta hora, pois tomei-a para todo o serviço.>>

Como é ele quem manda, calei a boca; Esteve comigo uma hora, fez-me caricias e terminou dizendo: <<Toma cuidado com Ambrosio!>>

QUARTA-FEIRA – Hoje, ia eu com as mão [sic] carregadas de louça, quando o tal velho sem vergonha, pai do patrão, agarrou-me por detrás e deu-me um beijo na nuca. Para evitar um escândalo, sujeitei-me a tudo o que ele quis, e pude verificar que o velhote é forte em línguas...

QUINTA-FEIRA – Nada de novo, a não ser que já descobri o segredo da patroa: não é com um dos três sujeitos que lhe fazem a corte que ela engana o marido – é com os três juntos...

SEXTA-FEIRA – A patroa fez-me certas propostas pouco dignas...

Gosto de relações íntimas somente com os homens, mas, para não ofendê-la, fiz-lhe a vontade, fiz-lhe a vontade.

SABBADO – O Sr. Ambrosio é um sujeito medonho. Apanhou-me hoje a jeito e atirou-se a mim como um homem que está *jejuando* há três meses... Francamente, não desgostei desse moço, que é de uma robustez a toda a prova...

DOMINGO – A patroa acaba de chegar da rua e de me apanhar em *colóquio íntimo*, no meu quarto, com um dos seus três amantes, o qual, tendo vindo procurá-la, pediu-me que o *entretivesse* enquanto ela não vinha... E eu não me neguei... Estou aqui, estou no olho da rua...<sup>188</sup>

PANCHITA.

Fonte: *O Rio Nu*, 11 de maio de 1904, p. 03.

---

<sup>188</sup> Para facilitar o entendimento dos leitores preferimos converter a ortografia de época para a forma atual.

“Para todo o serviço” era como muitos anúncios ofertavam ou demandavam criadas. Esta prerrogativa podia relacionar-se aos diversos afazeres de uma casa, tais como: lavar, passar a ferro, cozinhar (mesmo que seja o trivial) e os demais arranjos. Mas, também não era incomum a associação de tal pré-requisito à ideia de que as criadas deveriam, além de realizar os afazeres domésticos, prestar alguns serviços sexuais aos seus patrões. A criada anônima que relata em seu diário sua semana na casa de uma família, que o diga.

Nos primeiros dias de serviço na casa do senhor Liborio, a criada já teve que enfrentar as investidas do patrão, do pai de seu patrão e do irmão de sua patroa, o Sr. Ambrosio. Para não provocar um escândalo a criada achou melhor se sujeitar a essas investidas, pois, como o senhor Liborio já disse, ele a tinha contratado “para todo o serviço”. Mas não parava por aí, além de compartilhar da intimidade da patroa que era adúltera, a criada ainda teve que aceitar, para não ofendê-la, uma “proposta pouca digna”. Em outras palavras ela teve que manter uma relação homoerótica com sua patroa. Porém tal relação de cumplicidade não agüentou ao flagra que a patroa deu nela com um de seus três amantes. Pobre da criada foi parar no “olho da rua”.

Estes dados da vida cotidiana por muito tempo ficaram relegados às descrições literárias. O dia-a-dia de uma criada em seus afazeres domésticos e em suas relações com seus patrões, por exemplo, só passaram a ser alvo de investigação histórica, mais precisamente a partir da década de 1960, quando na procura de “outras histórias”, foi possível redescobrir o cotidiano, ou melhor, descobrir o político no cotidiano.<sup>189</sup> Esta mudança no cenário historiográfico permitiu deslumbrarmos novos sujeitos e experiências históricas. Não só os costumes de vida de uma elite da passagem para o século XX, por exemplo, mereceriam ser elevados à categoria de objetos históricos. Ao ampliarmos o foco de análise para o que está à margem dessas experiências podemos desvelar um mundo de possibilidades e de sujeitos que por muito tempo ficaram “sem histórias”.<sup>190</sup>

Foi buscando a história dos “sem histórias”, que chegamos ao serviço doméstico. Mas, não a história do serviço em si. O que pretendemos é associar uma história social de tal atividade às representações forjadas ao serviço doméstico e aos seus servidores.

---

<sup>189</sup> MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e Cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru, SP: EDUSC, 2002. p. 21-23.

<sup>190</sup> Podemos citar alguns trabalhos que deram visibilidade à personagens que há muito ficaram negligenciados pelos trabalhos históricos: THOMPSON, E.P. *op.cit.*; CHALHOUB, Sidney, *op.cit.*; SOIHET, Rachel. *op.cit.*, dentre outros.

Assim, estigmas que associavam, sobretudo as criadas, ao adultério ou a uma espécie de *voyeur* que compartilhava a intimidade do patrão, serão questionadas e colocadas em seu contexto.

### 3.1 - O tema do serviço doméstico nas páginas do jornal *O Rio Nu*

O jornal *O Rio Nu* era um periódico que se caracterizava pelo linguajar malicioso e seu caráter humorístico que articulava assuntos cotidianos com os ficcionais.<sup>191</sup> Dentre os assuntos da vida cotidiana que podemos destacar como um dos que mais se sobressaíam no jornal apontamos o serviço doméstico. Para termos uma noção ao inserirmos as palavras chaves *criadas* e *criados*, na plataforma Memória BN da Biblioteca Nacional, obtivemos um total de 1401 referências<sup>192</sup>. E esta significativa quantidade de menções ao serviço doméstico pode ser explicada pelo próprio contexto em que esta atividade e o jornal se inseriam.

Com o processo de abolição da escravidão o tema do emprego doméstico, que antes vinha nas pautas de discussões higiênicas, começou a ser pensado como um problema social<sup>193</sup>. Ora, ser uma criada<sup>194</sup> durante o século XIX e princípios do XX era mais do que realizar simplesmente serviços de casa, na verdade consistia em manter relações de convívio com os membros de um determinado lar reafirmando os laços de familiaridade e intimidade em que se pautava as relações existentes entre esses serviços e seus patrões. E é justamente esta relação de familiaridade e intimidade que preocupava

---

<sup>191</sup> SCHETTINI, Cristiana. O que não se vê: corpos femininos nas páginas de um jornal malicioso. In: DEL PRIORE, Mary e AMANTINO, Márcia (orgs). *História do Corpo no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. 316.

<sup>192</sup> Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Data de acesso: 06 de março de 2013.

<sup>193</sup> SOUZA, Flávia Fernandes de. *op. cit.* pp. 155-156

<sup>194</sup> Ao pensarmos o serviço doméstico do recorte histórico selecionado, ou seja, meados do século XIX e princípios do XX, estamos pensando em seus trabalhadores como uma *classe*. Neste sentido estamos em consonância com pesquisas que vêm avançando na história social e que muito dialogam com a noção de *classe* que rompe com a ortodoxia de muitas interpretações marxistas de tal fenômeno. Assim ao pensarmos em *classe* nos ancoramos no que Marcel Van der Linden discute ao relativizar o conceito clássico que a define como o conjunto de trabalhadores assalariados livres, que possuem a sua força de trabalho e a vendem. Ao analisar as diversas experiências ligadas ao trabalho que remontam o século XIX, Linden identifica que a mercantilização da força de trabalho pode assumir várias formas. As formas intermediárias entre o trabalho assalariado e o compulsório – *os trabalhadores subalternos*, que vendiam ou tinham sua força de trabalho vendida por outra pessoa, com compulsão econômica ou não, vão nos permitir identificar a complexidade presente no mundo do trabalho carioca do século XIX, sobretudo o serviço doméstico. Ver: LINDEN, Marcel van der. Rumo a uma nova conceituação histórica da classe trabalhadora mundial. *História*, São Paulo, v.24, N.2, 2005, pp. 28-31. Disponível em: << [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-90742005000200002&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-90742005000200002&script=sci_abstract&tlng=pt)>>. Acessado em 04 de jun. 2011.

diversas camadas da sociedade. Não se podia mais permitir a entrada, nos lares que deveriam ser protegidos dos perigos das ruas<sup>195</sup>, de diferentes criados a cada dia por conta da rotatividade<sup>196</sup>. Os pobres, e, sobretudo negros, que compunham grande parcela do serviço doméstico carioca<sup>197</sup> representavam, além de eminentes problemas para a organização do trabalho e manutenção da ordem pública, um perigo de contágio físico e moral.<sup>198</sup>

Assim, antenado com as principais discussões públicas, o jornal *O Rio Nu* imbuído de seu papel de formador de homens “civilizados” disseminavam representações do serviço doméstico, mais precisamente das criadas, como forma de

---

<sup>195</sup> De acordo com Sueann Caulfield amparada pelas análises de Roberto da Matta, em relação às metáforas da “casa” e da “rua”: “(a) casa é o espaço privado da ordem e hierarquia social natural baseada em sexo e idade; a rua, o espaço desprotegido e público da desordem, anonimato e perigos morais e físicos. A função crucial dos homens da casa é a de não permitir sua invasão por homens da rua”. Ver: CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp/Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2000. p.33.

<sup>196</sup> A preocupação que começou a existir a partir do desenrolar do processo de abolição foi com o aumento da rotatividade das criadas nos lares cariocas. De acordo com Sandra Graham, a idéia que se tinha é que “as mulheres livres podiam simplesmente ir embora se assim o quisessem. E, segundo os patrões, elas o faziam com regularidade. Alguns diziam que as criadas não ficavam mais do que “oito ou dez dias”. Não é à toa que um dos negociantes de agências, Jeronymo de Assis Pinto Freitas, A fim de diminuir a rotatividade de serviçais nas casas contratantes Jeronymo também propõe prêmios anuais de 100\$000, aqueles criados (ambos os sexos) que permanecerem por mais tempo em uma casa, e prêmios trienais de 300\$000 seguindo os mesmos critérios do primeiro. Propostas essas, com o intuito de romper a imagem de que os agentes das casas de negócios induziam os criados a saírem rapidamente das casas dos patrões. Ver: GRAHAM, Sandra L. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. tradução de Viviana Bosi. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.p. 121. e Proposta de regulamentação do serviço doméstico apresentado por Jeronymo de Assis Pinto Freitas e Cia ao presidente e vereadores da Câmara Municipal da Corte. Nº 321 de 29 de agosto de 1887. Códice (2923) 50-1-44: requerimento de Jeronymo de Assis Pinto Freitas e Cia. AGCRJ

<sup>197</sup> A composição social do serviço doméstico está, no momento estudado, diretamente associada à escravidão. Para termos uma noção, em 1870, 61% das mulheres livres (acreditamos que este dado engloba também as libertas) do Rio de Janeiro eram criadas, enquanto 90% das escravas trabalhavam em tal atividade. Esses dois grupos representavam os 71% das mulheres enquadradas na categoria serviço doméstico empregadas nos lares cariocas, quadro este que não se altera muito no passar dos anos. Nos anos de 1872 e 1906, verificamos que a média de mulheres no Rio de Janeiro desenvolvendo algum tipo de serviço doméstico ainda fica em torno dos 70%. Esta quantidade expressiva de mulheres desempenhando esta atividade pode ser explicada pelo fato de: 1º) ser um serviço desempenhado por maior parte do contingente da população cativa do Rio de Janeiro, sobretudo pelas mulheres escravas<sup>197</sup>; 2º) a preferência por trabalhos domiciliares poderia proporcionar às mulheres, vantagens como a compatibilização destes afazeres com os que já vinham desempenhando em seus lares<sup>197</sup>; 3º) muitos lares da elite carioca, funcionavam a partir dos serviços desempenhados por estas serviçais. Atividades como transporte de água às casas, saneamento básico, venda de produtos produzidos nos lares, dentre outros afazeres, foram por muito tempo relegados aos escravos domésticos; e por fim o 4º) com a onda imigracional, muitas mulheres pobres, vindas de países como Portugal, Alemanha ou Inglaterra, ao aportarem no Brasil se viam na necessidade de desempenhar alguma atividade que lhes propiciasse ao menos um teto, comida, vestimentas e proteção - neste caso, o serviço doméstico. Estas informações estão presentes nos textos: GRAHAM, Sandra L. *op.cit.* Tabela 2. p. 208 e SOARES, Luis Carlos, *O “Povo de Cam” na Capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX*. Rio de Janeiro: Faperj – 7Letras, 2007. p. 107.

<sup>198</sup> CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 29.

alertar aos seus leitores (neste caso os homens da elite) como deveriam lidar com essas serviçais. Para isto publicava imagens das criadas de forma que representassem o alerta que a família deveria ter com o compartilhamento de sua intimidade com uma pessoa que poderia rapidamente sair de seu lar e influenciar negativamente os membros da casa. Além disso, apresentava o cuidado que o homem deveria ter ao manter relações sexuais com elas. Uma vez apontadas as principais representações que o jornal fazia sobre estas personagens, passemos, então, às análises propriamente ditas.

### 3.2 - A criadagem como uma espécie de *voyeur* das intimidades dos patrões

Voltando ao caso da criada anônima que relata seu cotidiano na casa do Sr. Liborio, percebemos como ela compartilha as intimidades de sua patroa. Ao estar em contato direto com ela, a criada presencia suas intimidades mais secretas. E é justamente este convívio com os membros da casa em que trabalha que faz da criada alvo de preocupações constantes de seus patrões e de diversas instituições como a jurídica, por exemplo. Esta preocupação pode ser explicada pelo fato de estarmos falando de uma profissão que, por manter laços estreitos de familiaridade e intimidade, permitia a prática, desde o período da escravidão, de se criar desde a mais tenra idade as pessoas que seriam suas “criadas”<sup>199</sup> com o estabelecimento de uma forte relação paternalista<sup>200</sup>

---

<sup>199</sup> Ver: GRAHAM, Sandra L. *op. cit.*, pp. 35-36.

<sup>200</sup> Quando pensamos nestas relações de convívio entre os patrões e os criados, estamos entendendo-as como relações paternalistas, ou seja, “o mundo idealizado pelos senhores, a sociedade imaginária que eles sonhavam realizar no cotidiano”. Uma relação que está menos pautada na simples deferência do criado, no nosso caso, em relação ao patrão, do que na autoimagem que esses senhores faziam de seu poder. Ao pensarmos desta forma damos margens para as ações de contestação e insubordinações perpetradas cotidianamente por tais personagens. Para Thompson, neste sentido, relatando a relação entre os plebeus e as *gentry*, o fato de haver nesta relação um *teatro da hegemonia cultural*, no sentido de haver uma hegemonia da *gentry* sobre a vida política da nação ao ponto de que manifestações não suplantavam seu domínio. Todavia, essas próprias manifestações nos permitiam identificar que essa hegemonia não acarretava que os pobres aceitassem o paternalismo das *gentry* assim como ela queria, como sua autoimagem consagrava. Desta forma, ao pensarmos as representações das relações entre criados e patrões, sobretudo, na que envolve as criadas de sexo feminino, pretendemos identificá-las como uma autoimagem que a sociedade patriarcal criava em relação a estas personagens, mesmo que na vida prática, pudesse haver manifestações de repúdio e descontentamento a determinadas ações dos patrões, por parte dessas serviçais. James Scott, seguindo esta linha de raciocínio, ao analisar as lutas camponesas, identificou o que ele chama de *resistências cotidianas*, ou seja, reações perpetradas por estes grupos de forma corriqueira, *mas sem qualquer confrontação simbólica com a autoridade ou as normas da elite*, ou seja, reações estavam ocorrendo muitas vezes sem que o “senhor” a percebesse, sem que sua autoimagem fosse afetada. Ver: CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 61. e THOMPSON, E. P. Patricios e plebeus. In. THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 78. Sobre o conceito de *resistências cotidianas* ver: SCOTT, James C. Exploração normal, resistência normal. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, nº 5, janeiro-julho de 2011. p. 219.

pautada na proteção oferecida pelo patrão e na obediência dos seus serviçais<sup>201</sup>. Essa característica demarcava a natureza do serviço doméstico, até pelo menos o fim do século XIX. Conforme o *Diccionario Contemporâneo da Língua Portuguesa*, de Francisco Júlio Caldas Aulete, publicado em 1881, no significado dado a palavra *serviço*, o serviço doméstico é caracterizado como,

(...) o que é prestado temporariamente a qualquer indivíduo por outro que com ele convive, mediante certa retribuição (Cód. Civ., art. 1.270º)./ [...] Pessoa do *serviço* de alguém, o criado ou criada de servir, serviçal./ Estar de *serviço*, fazer o serviço que lhe compete, estar de piquete./ Estar ao *serviço* de alguém. (...)<sup>202</sup>

Baseado no artigo 1.270 do Código Civil português, a noção de serviço doméstico estava associada à relação existente entre duas pessoas ligadas por um laço empregatício, mediante a retribuição. Mais do que o local em que tal atividade era exercida, o serviço doméstico era nesses moldes, definido pela relação de convivência entre os patrões e os criados<sup>203</sup>. Para termos uma noção, através de análise feita em anúncios do *Jornal do Commercio* verificamos uma demanda significativa por menores de idade de ambos os sexos. (Tabela 1 e 2 em Anexo)

Esta característica pode ser explicada pelo baixo valor de tal contratação, sendo que as “crianças” de 10 a 12 anos poderiam ser pagas com educação, vestimenta, alimentos e um teto, em lugar de um salário.<sup>204</sup> Além disso, essas crianças, ao serem “criadas” na casa dos patrões, lhes poderiam assegurar um domínio paternal pautado na obediência. A escolha do termo *criado(a)* para aquele que desempenha tal atividade, portanto, nos remete todo este caráter paternal na relação que envolvia o patrão a este “funcionário”. Em dicionários pesquisados identificamos o significado deste termo associado também ao de ser criado por alguém, ou seja, aquele que recebe cuidados e educação de outrem.

---

<sup>201</sup> Sobre a relação de proteção e obediência entre criados e patrões ver: GRAHAM, Sandra L. *op.cit.*

<sup>202</sup> AULETE, Francisco Júlio Caldas. *Diccionario Contemporâneo da Língua Portuguesa*, feito sobre um plano inteiramente novo. Portugal, Lisboa: Imprensa Nacional, 1881. p. 1.641.

<sup>203</sup> SOUZA, Flávia Fernandes de. *op.cit.* e CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Criadas para servir: domesticidade, intimidade e retribuição. In. (orgs.) CUNHA, O. M G da e GOMES, Flávio dos Santos. *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

<sup>204</sup> Estas informações encontram-se presentes em alguns anúncios do *Jornal do Commercio*.

Criado, *sm.* o que recebeu criação e educação de alguém; moço, servo -,a, *adj.* Produzido; nutrido; educado.<sup>205</sup>

Criado, *part* de criar; bem ~, bem educado; delicado; médico; gordo; mal ~, indelicado, grosseiro; m. homem assoldado para serviço doméstico. [ilegível] pressão cortês de quem se põe à disposição de alguém (Lat *creatutus*, de *creare*).<sup>206</sup>

Nos significados citados, o termo *criado* nos sugere uma idéia de familiaridade, relação essa que dependia da função em que o criado realizava no exercício doméstico<sup>207</sup> e da condição financeira da família em que o criado estava empregado. Quanto melhor a situação financeira dos patrões mais o trato aos criados\escravos eram paternais<sup>208</sup>. Francisca Perpétua Bernardina de Azevedo, que o diga. Era criada\ amasia do falecido Valentim José dos Santos, quando do julgamento do processo de soldada movido por ela. Conforme o sobrinho de Valentim, Damazio da Costa Pacheco, que o representava, em gratidão aos serviços prestados seu tio a tinha libertado juntamente com seus irmãos e sobrinhos e ainda lhe havia dado 812\$000<sup>209</sup>.

Porém, o serviço doméstico não permanecerá estático ao longo dos anos, no que diz respeito as relações entre os patrões e criados. A partir de fins do século XIX, já começamos a observar mudanças estruturais em tal atividade que perpassava até mesmo sua nomenclatura. A passagem da utilização do termo “criada” com toda a sua carga paternal para o termo “empregada” trazendo consigo uma lógica muito mais contratual

---

<sup>205</sup> FONSECA, José da. *Diccionario da Língua Portuguesa e Diccionario de Synonymos seguido do Diccionario poético e de epithetos*. Paris-Lisboa: Livrarias Aillaud e Bertrand. Typ. Aillaud, Alves & Cia. 1878. p. 320, CRE-CRI.

<sup>206</sup> FIGUEIREDO, Candido de. *Novo dictionário da língua portuguesa*. Lisboa: Livraria Editôra Tavares Cardoso & irmão 5 – Largo do Camões – 6 vol I, 1899. p.362 CRIADA-CRISPAÇÃO.

<sup>207</sup> Os serviços de “portas à dentro” eram, geralmente, os mais valorizados. As criadas de quarto, amas-de-leite, amas secas e costureiras eram muito valorizadas, pois realizavam tarefas que as aproximavam muito das intimidades de seus patrões, e por conta disso, eram hierarquicamente superiores em relação as de “portas à fora”. Os cozinheiros também eram muito valorizados, sobretudo, aqueles que eram especializados em forno e fogão, por exemplo. Outros criados de posição superior, além dos já mencionados, são os mordomos, governantas e, as mucamas que geralmente eram jovens escravas “crias da casa”. Numa posição inferior vinham os trabalhadores de “portas à fora”, carregadores d’água, lavadeiras, os “tigres”, dentre outros. Porém, nem sempre era mais fácil ter uma relação muito próxima com o patrão. A vigilância sobre aqueles criados mais próximos à intimidade da família poderia, em muitos casos, representar um transtorno maior ao criado, que muitas vezes tinham que conviver com a violência perpetrada pelos patrões. Ver SOARES, Luis Carlos, *op. cit.* cap. IV – A escravidão doméstica e GRAHAM, Sandra L. *op. cit.* cap. 2 – O trabalho.

<sup>208</sup> Como tratos pessoais, podemos relacionar a proteção aos criados, melhores alimentos, algumas retribuições, mas também uma maior vigilância, castigos físicos e muitas vezes sexuais. SOARES, Luis Carlos. *op.cit.* p.110.

<sup>209</sup> Arquivo Nacional - nº 2899, Col. M 218, Galeria C. Processo de Soldada de Francisca Perpétua Bernardina de Azevedo, réu Damazio da Costa Pacheco. Rio de Janeiro, 1835.

(embora a carga paternal ainda se mantivesse com força) condiz como as mudanças que atingiram as relações de trabalho a partir da segunda metade do século XIX.

Precisa-se de uma empregada que cozinhe e lave alguma roupa; na travessa Murat[ileg] n. 26. [grifo meu] <sup>210</sup>

Precisa-se de uma criada para todo o serviço de um casal sem filhos; ordenado de 30\$; na rua Assis Bueno n. 42. Botafogo. [grifo meu] <sup>211</sup>

Para explicar estas mudanças nas relações entre criados e patrões a partir das últimas décadas do século XIX podemos destacar dentre outras coisas: ao crescimento demográfico (fruto do intenso fluxo de imigrantes chegados ao porto do Rio de Janeiro) e o processo de abolição da escravidão, que disponibilizava ao mercado de trabalho livre uma quantidade de mão de obra que engrossava as fileiras dos subempregos e dos desempregados<sup>212</sup>. Essas mudanças, ocorridas a partir da segunda metade do século XIX, deixavam claro aos senhores “que ao menos alguns esteios da autoridade estavam afrouxando”. <sup>213</sup> De acordo com Sandra Graham:

Ironicamente, à medida que as mulheres livres, tão solicitadas nas décadas anteriores [anterior a abolição da escravidão], se tornavam mais disponíveis, os patrões se faziam mais inquietos. As criadas não eram mais membros do lar, mas estranhas cuja presença era perturbadora e nas quais não se podia confiar. Tão logo eram contratadas, iam embora, “alegando contrariedades” ou buscando salários mais altos em outros lugares. [grifo meu]<sup>214</sup>

Estes problemas eram constantemente insuflados pela imprensa carioca que disseminava informações sobre essa “crise dos criados” e como as Câmaras Municipais estavam tentando conter esta crise através de processos de regulamentação do serviço doméstico<sup>215</sup>. O jornal *O Rio Nu*, dentre os diversos periódicos da época, era mais um

---

<sup>210</sup> Seção de Anúncios. *Jornal do Commercio*. p. 12, 04 nov. 1912.

<sup>211</sup> *Ibidem*.

<sup>212</sup> CARVALHO, José Murilo. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. pp.16-17.

<sup>213</sup> GRAHAM, Sandra L. *op cit.* p. 130.

<sup>214</sup> *Ibidem*. p. 134.

<sup>215</sup> A partir da década de 1870 o serviço doméstico começa a ser encarado como um problema público que merecia a atenção política. Na verdade, o mundo do trabalho deveria ser reorganizado e disciplinado às novas conjunturas, sobretudo após a promulgação da Lei do Ventre Livre (1871). Segundo Luciana de Araújo Pinheiro, a lei de 1871 tinha uma forte ligação a um “projeto legal de força de trabalho livre”, com o intuito de “regulamentar longos contratos de trabalhos e severas punições à vadiagem”. Desta maneira, os processos de regulamentação do serviço doméstico estão inseridos nesse projeto maior. Não à toa, outros estados brasileiros vão, neste mesmo momento, implementar resoluções para regulamentar tal atividade. Só no Rio de Janeiro a pesquisadora Flávia Fernandes de Souza detectou 19 projetos, que



que percebia bem este problema ao representar os perigos do compartilhamento da intimidade familiar com pessoas que podiam rapidamente sair desse lar ou que simplesmente barganhavam melhores salários impondo suas insatisfações.

Fala-me logo... á saída  
(Cançoneta)

(...)

## II

Lá em casa a mulherzinha  
Se a criada é reinadia,  
Não a atura nem um dia,  
Pois é logo despedida, mas se ela com ar zangado,  
Vai o salário pedindo,  
Então a patroa rindo...

Ora, filha. Isso de dinheiro por um pequeno serviço é uma figa mortal.  
Más para que não vás por aí dizer cobras e lagartos da casa...

Fala-me logo, á saída!(...)<sup>216</sup>

A partir desta cançoneta publicada no jornal podemos perceber, primeiramente, uma criada que exige maior salário às atividades feitas, ficando a patroa a mercê de suas exigências, pois ela podia sair relatando ou simplesmente inventando coisas da intimidade do lar dos patrões. Assim, o que se vê é uma constante preocupação acerca das pessoas que eram colocadas dentro de casa, pessoas essas que poderiam ser adquiridas, muitas vezes, através de agências de locação que anunciavam seus serviços nas principais páginas dos jornais brasileiros. Nos anúncios abaixo podemos verificar como o serviço doméstico era demandado ou ofertado.

Vende-se ou aluga-se, para portas a dentro, sendo casa de família, uma rapariga de 16 anos, a qual sabe fazer todo o serviço, e afiança-se ser de muito boa conduta; na rua do Rosario n. 144.<sup>217</sup>

---

dentre outras medidas solicitava a criação da matrícula geral deste serviço. Ver: SOUZA, Flávia Fernandes de. *op. cit.* Sobre os processos de regulamentação do serviço doméstico em outros estados brasileiros ver MATOS, Maria Izilda Santos de. Porta adentro: criados de servir em São Paulo de 1890 a 1930. In: BRUSCHINI, Maria Cristina e SORJ, Bila (Org.). *Novos olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil*. São Paulo: Marco Zero, 1994. p. 193- 212; CARVALHO, Marcus J. M de. De portas adentro e de portas afora: trabalho doméstico e escravidão no Recife, 1822-1850. *Afro-Ásia*, 29/30, 2003. p. 41-78. e BAKOS, Margaret Marchiori. Regulamentos sobre o serviço dos criados: um estudo sobre o relacionamento Estado e Sociedade no Rio Grande do Sul (1887-1889). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 4, n. 7, p. 94-104, mar. 1984.

<sup>216</sup> S.C, Fala-me logo... á saída. *O Rio Nu*, Rio de Janeiro, p.3, 03 jun .1903.

<sup>217</sup> *Jornal do Commercio*, p. 4, 07 nov. 1842.

Precisa-se de um moço ou pequeno, branco ou de cor até 25\$ e roupa, para servicinhos leves de família; na praça da Constituição n. 67.<sup>218</sup>

O costume de se direcionar as agências de locação de escravos ou de servidores domésticos era comum durante o século XIX. No entanto, Luis Carlos Soares adverte que

Embora tenham proliferado em meados do século XIX, os escritórios ou casas de compra, venda e aluguel de escravos não conseguiram substituir as transações diretas entre os proprietários de escravos e os indivíduos interessados em adquiri-los. Estas transações para serem mais efetivas, eram anunciadas diariamente nos jornais do Rio de Janeiro, desde 1808 – quando o então Príncipe Regente D. João autorizou o funcionamento da imprensa no país -, até as vésperas da abolição da escravatura. Os senhores interessados por algum motivo qualquer, em vender os seus cativos a outras pessoas, mediante a um módico pagamento aos periódicos, anunciavam as qualidades de suas “peças”, suas habilidades, as condições do negócio e os locais para serem efetuadas as transações (...)<sup>219</sup>

Contudo, as agências de locação não eram tão bem vistas pela população, e a desconfiança em torno da reputação e índole de seus negociantes e servidores pairava no imaginário da época. Isto pode ser explicado pelo fato de muitos senhores, quando não satisfeitos com seus escravos, seja por rebeldia, ou por histórico de fugas, recorrerem a essas agências para vender seus escravos, a fim de recuperar pelo menos uma parcela dos gastos que tiveram com o tratamento deles. Além disso, era comum atribuir ao agente a tarefa de induzir o serviçal a fugir do domicílio contratado imediatamente após receber a taxa de locação para ser contratado novamente por outra família necessitada de serviços domésticos<sup>220</sup>.

A reputação de tais agências era tão negativa que para amenizar tal imagem muitas tinham o trabalho de publicar, juntamente com os anúncios de aluguéis ou vendas de criados, notas de esclarecimento ao consumidor exaltando a honestidade e a credibilidade de tal agência.

Precisa-se - Quem quer ser bem servido sem engano, pagando a comissão uma semana depois da colocação, dirija-se [sic] à rua do Ouvidor n. 39, onde há sempre cozinheiras, lavadeiras, engomadeiras, mucamas, amas secas, etc., pessoal de boas [sic] costumes; procura-se também empregos sérios para cozinheiros, copeiros, caixeiros,

---

<sup>218</sup> *Jornal do Commercio* – 1887 – seção de anúncios.

<sup>219</sup> SOARES, Luis Carlos, *O “Povo de Cam” na Capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX*. Rio de Janeiro: Faperj – 7Letras, 2007. p. 46.

<sup>220</sup> GRAHAM, Sandra L. *op.cit.* p. 33.

jardineiros, enfermeiros, parteiros, roupeiros, serventes, etc. [grifo meu]<sup>221</sup>

Alugam-se bons criados de 10 a 50 anos, nacionais e estrangeiros; na rua de Sete de Setembro n. 118, agência séria e fundada em 18[ileg]3.[grifo meu]<sup>222</sup>

Apesar destas notas, a desconfiança acerca dessa forma de contratação pairava na mentalidade da época, os redatores do jornal *O Rio Nu* que o digam. Compartilhando dessa desconfiança acerca do aluguel de criados via anúncios de jornal ele publicava sátiras de anúncios que eram recolhidos dos principais jornais do país.

Costureira – Especialista em ceroulas; vai á casa do freguês tomar... medida e corta na perfeição. E' limpa no serviço e garante o trabalho. Atende a chamados mesmo na rua, onde é sempre encontrada á procura de freguesia.<sup>223</sup>

<<Uma senhora de 46 anos de toda a confiança deseja empregar-se em casa de família para arrumadeira e concertar roupa, com pequeno ordenado, porém quer ser tratada como pessoa de família; cartas a Luiza, etc.>>

(Do Jornal do

Brasil)

Apesar de sua idade,  
Faz muito por baixo preço,  
A sua intenção conheço  
E me causa hilaridade,  
Quer fazer arrumação  
E coser roupa (de cama)  
Mas não concerta a da ama,  
Só pega na do patrão!  
E embora haja quisilia,  
O patrão lhe arrasta a aza,  
Ficando a Luiza em casa,  
Como gente de família!

Elmano II<sup>224</sup>

Aqui percebemos como *O Rio Nu* põe à prova a moral de tais serviços contratadas via anúncios<sup>225</sup>. Estas mulheres são representadas como sedutoras ou

---

<sup>221</sup> *Jornal do Commercio*, p.8, 06 nov. 1882.

<sup>222</sup> *Jornal do Commercio*, p.6, 06 nov. 1902.

<sup>223</sup> *Annuncios Especiaes. O Rio Nu*, p. 3, 07 fev. 1914.

<sup>224</sup> *Annuncios Especiaes. O Rio Nu*, p.5, 31 jan. 1914.

<sup>225</sup> A honra feminina propalada nos primeiros anos republicanos demarcava claramente preconceitos raciais e de classes. A desconfiança acerca da moral destas criadas pode ser explicada pelo fato de serem mulheres pobres, muitas vezes negras, que, por conta de sua situação financeira, tinham que andar sozinhas nas ruas e morarem em locais como o cortiço, considerado uma espécie de casa “imoral”. Ver:

simplesmente como suscetíveis às investidas dos patrões, o que até certo ponto não é tão mal visto pelos redatores do jornal. Todavia, esta visão não é compartilhada por outros literatos da época. Júlia Lopes de Almeida no livro *A Intrusa* demonstra muito bem a preocupação em torno de tal atitude ao mostrar o diálogo entre o padre Assunção e Argemiro:

“Nossa Maria” era como o padre chamava a filha de Argemiro, a quem batizara e adorava.

- Nada... eu irei vê-la no domingo. Quero ver se para a semana ela vem passar uns dois dias comigo.

- Aqui?!

- De que te espantas?!

- Ora essa! Com quem a deixarás, quanto tiveres de sair?

- Vais-te rir... Botei hoje um anúncio no jornal, pedindo uma moça para tratar da casa de um viúvo só.

- Estás doido! Não caias nessa asneira... Olha que chamas o perigo para a casa.

- Não posso mais aturar o Feliciano; preciso de alguém que me ajude a suportá-lo. Mas a razão vocês sabem. Quero que a minha filha não se crie completamente alheia à sua casa, preciso mesmo da sua companhia, ao menos uma vez por mês.

- E confiarás a nossa Maria a qualquer mulher desconhecida?!

- Glória não deixará os avós senão por um dia... É uma consolação fugitiva, a que eu procuro. Estou velho...

Caldas preveniu:

- Olha que essas madamas trazem anzóis nas saias... Quando menos pensares... estás fígado... E tu que és bom peixe! É uma raça abominável, a das governantas... Verás amanhã que afluência de francesas velhas à tua porta! Feia ou bonita, a mulher é sempre perigosa. Eu deixar-me-ia ficar sossegadinho nos braços do Feliciano!

- Que lembrança, pôr anúncio! – repetia o padre. – Ainda se não tivesses tua filha...<sup>226</sup>

A autora, aqui, ao contrário dos redatores do jornal *O Rio Nu*, não escreve para homens, na verdade ela escreve para as mulheres da elite carioca que muitas vezes são “vítimas” dessas serviçais que desempenham mal os seus serviços e que, para completar, seduzem seus maridos. Porém, embora os criados fossem vistos como riscos

---

CAULFIELD, Sueann. *op.cit.* pp. 88-89. Esta relação com a moral ou honra da criada era tão importante que os anúncios de jornal transpareciam esta preocupação. Ser fiel e não ter vícios era um ponto importante para os contratantes. Num momento em que a camada popular era associada ao perigo, a degeneração, daí ser chamada de “classe perigosa”, a principal virtude de um bom cidadão seria o gosto pelo trabalho. O bom cidadão poupava e, por conseguinte, conseguia viver com certo conforto, assim os pobres que viviam na penúria logo eram suspeitos de não serem bons trabalhadores, ou pior serem “vagabundos”. Neste contexto de adoção do conceito de “classes perigosas”, os negros eram considerados os suspeitos preferenciais das autoridades, como por exemplo a polícia. Ver. CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 22-24.

<sup>226</sup> ALMEIDA, Júlia Lopes de. *A Intrusa*. Introdução e estabelecimento do texto por Elódia Xavier, da UFRJ. Rio de Janeiro: Edições do Departamento Nacional do Livro. Fundação Biblioteca Nacional, 1994. p.10.

de contágio físico e moral, não se abria mão deles, pois era comum uma aversão entre a população livre, sobretudo mais abastada, aos trabalhos manuais. Nem mesmo as mulheres realizavam os afazeres domésticos.<sup>227</sup> Segundo Debret, as mulheres livres com certa condição financeira, se dedicavam a recitar, a realizar cálculos de memória e alguns trabalhos de agulha. Porém, toda espécie de serviços relativos ao interior da casa era confiada às escravas.<sup>228</sup> Ter uma quantidade significativa de escravos domésticos, representava não só a repulsa dos senhores a essas atividades, como também uma questão de *status* social. Quanto maior o número destes serviçais, mais se poderia ostentar a posição social elevada de uma família.<sup>229</sup> Assim, em uma casa de elite podia-se manter vários criados sob constante suspeição, ainda mais se fosse uma criada, pois geralmente eram elas e não os criados que desempenhavam os papéis mais pessoais do serviço doméstico.<sup>230</sup> Na imagem abaixo, selecionada do jornal *O Rio Nu* percebemos como este periódico alerta aos seus leitores sobre como as criadas podiam ter conhecimento das intimidades mais secretas de seus patrões ao representá-las como uma espécie de *voyeur* que fica as espreitas escutando as suas conversas.

---

<sup>227</sup> SOARES, Luis Carlos. *op.cit.* p.107

<sup>228</sup> DEBRET, Jan-Baptiste. *Voyage pittoresque et historique au Brésil*. Paris: Firmin Didot Frères, imprimeurs de l'Institut de France. 1839. Tomo III. p.10

<sup>229</sup> Esta relação se estende para o período após a abolição da escravidão. Quanto maior era a quantidade de criados em uma casa, maior era o prestígio de seu patrão. SOARES, Luis Carlos, *op.cit.* p. 107

<sup>230</sup> GRAHAM, Sandra L. *op. cit.* p. 17

Figura 39



Fonte: Noite de Nupcias. *O Rio Nu*. p. 1, 08 dez. 1900.

A criada, aqui, presencia uma das piores coisas que podem ocorrer com um homem, ou seja, a impotência sexual. Este tema, por sinal, era bastante discutido no Brasil. Na América portuguesa, por exemplo, as *constituições primeiras do arcebispo da Bahia*, impressas em 1720, determinava que “(...)a impotência era causa de anulação matrimonial, quando algum contraente já antes do matrimônio, ‘não era capaz de geração por falta ou desproporção dos instrumentos da cópula ou a falta provenha da

natureza, arte ou enfermidade, contanto seja perpétua”<sup>231</sup> Aqui o que está em jogo é a procriação, conforme dizia a Bíblia – “crescei e multiplicai-vos”<sup>232</sup>

No momento estudado, ou seja, a passagem do século XIX para o XX, a questão da impotência sexual também tem a ver com a questão da procriação, mas antes corresponde mais aos princípios burgueses daquela sociedade. De acordo com Del Priori, “a questão da infecundidade se atrelou ao debate sobre o povoamento da pátria e a sobrevivência da espécie. Médicos martelavam a ideia de que a esterilidade era um problema grave que tinha conseqüências para a ordem social e para a nação.”<sup>233</sup> Note-se que estamos falando de um momento em que a família é elevada à base da nação que deveria ser exaltada com o novo regime. Assim, os membros dessa família deveriam exercer suas funções eficazmente, ou seja, o homem ser viril, procriador e um bom chefe de família e a mulher procriar os filhos que serão o futuro da nação.<sup>234</sup> Aquele homem ou mulher que fugisse esse padrão era alvo de escárnio da sociedade (no caso da charge – escárnio da criada) pois não desempenha bem suas obrigações. Desta forma, parece-nos que o jornal *O Rio Nu* se colocava como meio de divulgação desses problemas que podiam afligir tantos homens, principalmente os idosos, que, para piorar sua situação, tinham sua condição compartilhada pelos mexericos das criadas.

Esta associação da criada com a fofoca pode ser apresentada em mais uma imagem selecionada do jornal *O Rio Nu*.

---

<sup>231</sup> DEL PRIORI, Mary. O corpo vazio: o imaginário sobre a esterilidade entre a Colônia e o Império. In: DEL PRIORI, Mary e AMANTINO, Márcia (orgs). *op.cit.* p. 110.

<sup>232</sup> *Ibidem.* p. 110.

<sup>233</sup> *Ibidem.* p. 125.

<sup>234</sup> Ver: REIS, Adriana Dantas. *Cora: lições de comportamento feminino na Bahia do século XIX*. Salvador: FCJA/Centro de Estudos Baianos da UFBA, 2000; FREIRE, Maria Martha de Luna. *Mulheres, Mães e Médicos: discurso maternalista em revistas femininas (Rio de Janeiro e São Paulo, década de 1920)*. 2006. 336f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz, Rio de Janeiro, 2006; dentre outros.

Figura 40



Fonte: Um convencido. *O Rio Nu*, p.1, 31 out. 1900.

Nesta charge o que observamos é uma criada que prestava serviços para a família do Sr. Liborio e que neste caso, presenciou uma cena em que o seu patrão flagra o adultério de sua esposa, mas nada faz para limpar sua honra.<sup>235</sup> Ele se mostra complacente e isto é percebido pela criada, que de canto verifica que a atitude do patrão não é digna de santidade, mas sim de “covardia”.

<sup>235</sup> Esta idéia do homem “limpar sua honra” quando descobria o adultério de sua esposa é uma discussão muito antiga no Brasil. Conforme Sueann Caulfield, somente com os códigos penais de 1830 e 1890 é que o direito do homem assassinar a esposa adúltera para defender a honra da família vai ser negado. Todavia, implicitamente aqueles que recorriam a este ato desesperado, na maioria das vezes, eram inocentados. Somente durante as três [primeiras?] décadas do século XX é que a opinião pública vai se mobilizar contra esses julgamentos que inocentavam estes maridos assassinos verificando que estes julgamentos, na verdade, representavam uma “sobrevivência de tradições patriarcais segundo os quais a honra masculina era determinada pela fidelidade sexual da mulher”. Ver: CAULFIELD, Sueann. *op.cit.* pp. 83-85



Esta associação entre “mexerico” e “fofoca” com o serviço doméstico é algo muito disseminado, tanto que ao apresentar as “diretoras e colaboradoras” do “Grillo, órgão da mulher” (alusão clara ao órgão sexual feminino), a responsável pela coluna “Vida alheia” é a criada, que além de “excelente jornalista, toca rabeça admiravelmente”.<sup>236</sup>

Figura 41



Fonte: Directoras e collaboradoras do “Grillo”, órgão da mulher que aparecerá brevemente. *O Rio Nu*, pp.4-5, 15 set. 1900.



Além deste problema do compartilhamento das intimidades do lar dos patrões outros dois pontos eram bastante destacados pelo jornal, que na verdade compartilhava de um consenso acerca dos perigos que os criados representavam. Estes dois problemas

<sup>236</sup> Directoras e collaboradoras do “Grillo”, órgão da mulher que aparecerá brevemente. *O Rio Nu*, pp.4-5, 15 set. 1900.

destacados eram: o mau desempenho, pelas criadas, das funções contratadas e o problema que estas serviçais representavam ao introduzir os perigos das ruas em um lar que deveria ser protegido.

O tema do mau desempenho dos serviços prestados pelas criadas era algo corrente. A intelectualidade brasileira se debruçava constantemente sobre este tema que tanto incomodava as donas de casa brasileira. Júlia Lopes de Almeida, por exemplo, fazia desta temática, algo rotineiro em suas obras. Na citação abaixo, do *Livro das Donas e Donzelas*, ela apresenta um ato extremo de uma patroa frente aos desleixos e desmandos de sua criada.

"No lugar denominado — Areal — do município de Itaguaí, suicidou-se D. Amanda Augusta Fernandes, esposa do cidadão Júlio Augusto Fernandes. A arma de que se serviu a inditosa senhora foi uma garrucha de dois canos e a bala atravessou o pulmão, saindo pelas costas.

"A autoridade policial tomou conhecimento do fato, encontrando próximo do cadáver um bilhete concebido nos seguintes termos:

"Morro porque não posso suportar empregados. (...)

Que o exemplo não tenha imitadoras. Este triste desfecho, ai de nós! faz rir. E o ridículo na morte é a coisa mais lúgubre e mais terrível que até aqui tenho visto.

Ah, no Brasil as criadas fariam tremer de raiva as próprias santas de cera, se com elas tivessem de lidar; mas nem assim se compreende o desatino dessa infeliz criatura, cuja paciência arreventou, à força de esticada. Mas arreventou por mau lado, a sua cólera deveria explodir por outro modo menos ruinoso...

Não seria de mulheres este livro, donas e donzelas, se não houvesse nele um cantinho para falar das criadas... (...)

A dona de casa no Brasil é a mártir mais digna de comiseração entre todas as citadas pela história. Viver embaixo das mesmas telhas com uma inimiga que faz tudo o que pode para atormentar as nossas horas, pagar-lhe os serviços e ainda fazê-los de parceria, assumindo a responsabilidade dos maus jantares que ela faz e da maneira desleixada por que arrasta a vassoura pela casa; ordenar e ser desobedecida; pedir e obter más respostas; falar com doçura e ouvir resmungar com aspereza; advertir com justiça e ouvir responder com agressão e brutalidade; recomendar limpeza, economia, ordem e calma, e ver só desperdícios, porcaria, desordem e violência, confesso que é coisa de fazer abalar em vibrações dolorosas os nervos os mais modestos, mais tranqüilos e mais saudavelmente pacatos do mundo!

Na Europa não é preciso que uma família tenha fortuna para receber em sua casa meia dúzia de amigos sem receio de que os copos venham pouco cristalinos à sala ou que a sopa esteja desenxabida, caso dona do ménage não vá à copa ver os cristais ou à cozinha cheirar as panelas...

Aqui, a coisa chega a ser cômica, mas de um cômico que obriga à careta em que não entra a simpatia do riso. Dirás: mas hoje as nossas criadas vêm de lá!

Parece-me que sim; mas julgo que só emigram das aldeias esfomeadas e de povoações do interior, bandos de criaturas só habituadas ao plantio das vinhas ou à colheita do trigo.

As das cidades, já desbastadas da crosta nativa e mais ou menos educadas essas deixam se ficar gozando nos poucos intervalos da sua vida trabalhosa, os gozos das capitais. Porque lá dá-se esta anomalia: Quem trabalha não é a dona da casa, é a criada!<sup>237</sup>

Pobre da D. Amanda, mulher honesta, casada, mãe de uma menina e tendo um bom relacionamento com seu marido, foi achada morta com um tiro de garrucha no peito. Muitas indagações foram levantadas para o motivo dessa estúpida morte: possível adultério do marido, loucura, miséria... Nada disso. D. Amanda foi encontrada morta com um bilhete ao lado de seu corpo, escrito por ela mesma, e que denunciava o verdadeiro motivo de seu ato desesperado – “*Morro porque não posso suportar empregados*”.

A morte de D. Amanda pode ser facilmente justificável. Ao contrário das criadas europeias (elas eram as criadas preferenciais da elite)<sup>238</sup>, as brasileiras são apresentadas como desleixadas, verdadeiras inimigas das patroas. Seleccionamos uma representação retirada do jornal *O Rio Nu* que demonstra isso.

---

<sup>237</sup> ALMEIDA, Julia Lopes. *Livro das donas e donzelas*. pp. 18-19. Disponível em [www.nead.unama.br](http://www.nead.unama.br). Acesso em: 10 ago. 2011.

<sup>238</sup> Ao analisarmos os anúncios do *Jornal do Commercio*, verificamos uma demanda significativa por estrangeiros, sobretudo advindos da Europa. Isto pode ser explicado pelo fato de haver um estímulo migracional europeu, por parte do Brasil a partir da segunda metade do século XIX. Este estímulo respondia a dois interesses básicos, sobretudo após 1850: proletários para serem canalizados para as fazendas a fim de substituir a mão-de-obra escrava e “reforçar o alicerce europeu de uma sociedade ‘africanizada’ pelo escravismo”<sup>238</sup> A *intelligentsia* brasileira, a burocracia imperial e camadas da população branca carioca, ao contrário dos interesses dos fazendeiros que queriam mão-de-obra independente da cor, estavam preocupados com o progresso brasileiro rumo a “civilização” e para que este objetivo fosse alcançado o Brasil deveria estimular um “embranquecimento”. Ora, como o país poderia ser civilizado em meio a uma população em grande parte negra? A resposta vinha da Europa, e, por conseguinte, “da negação da herança africana e de traços culturais da classe trabalhadora”. A partir da década de 1850, a chegada de proletários europeus começou a estimular a progressiva substituição do emprego de cativos nas áreas urbanas pelos imigrantes. Referente as mulheres, Alencastro informa que a concorrência entre as portuguesas e as cativas foi mais limitada, enquanto o número de cativas cai 46,5%, o número de imigrantes portuguesas cresce 92,3%. Além do número de imigrantes disponível outro fator para a preferência por criadas européias era o fato de que, ao contrário do que ocorria no início do século XIX, em que a quantidade elevada de escravos domésticos significava um *status* social elevado, em finais do século XIX, o que determinava o elevado *status* social de uma família era a quantidade de serviços brancos, e por que não estrangeiros, eles possuíam em casa. Ver: SOARES, Luis Carlos. *op. cit.* p 122; ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Proletários e escravos: imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872. *Novos Estudos CEBRAP*. Julho de 1988, n. 21, p. 21, 31 e 41; POPINIGIS, Fabiane. *Proletários de casaca: trabalhadores do comércio carioca (1850-1911)*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007. p.68. e RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Tese de doutorado, vol.1. Campinas, São Paulo: Departamento de História/ Instituto de filosofia e Ciências Humanas, 1997. p. 184

Figura 42



A Patroa – Este vaso japonês já está rachado e eu tenho a certeza de que ele não veio da loja assim; veio perfeito.

A Criada – E a senhora está tão perfeita como quando veio da casa de seu pai para a do seu marido?...

Fonte: As boas criadas. *O Rio Nu*, p.4, 24 jan. 1903.

De acordo com Sandra Graham, muitas vezes esse mau desempenho nas atividades domésticas feitas pelas criadas, nada mais era do que “resistências passivas” que elas realizavam quando consideravam estar sendo excessivamente exigidas por funções que não eram de sua alçada, ou quando, por exemplo, eram vítimas da ira de suas patroas.<sup>239</sup> Assim, essas patroas tinham que lidar com essas reações de contrariedade das criadas, além de vícios, que muitas criadas traziam da rua para dentro de casa, e que por sinal podiam piorar ainda mais o desempenho de suas funções. Na imagem abaixo verificamos uma criada alcoólatra, que por conta de seu problema acaba desempenhando mal suas funções.

<sup>239</sup> GRAHAM, Sandra. *op. cit.* p. 68.

Figura 43



Fonte: O engano da cozinha. *O Rio Nu*, p.4. 26 abr. 1913.

Aqui vemos a dona Gertrudes que cozinhando uma receita que levava como ingrediente o vinho, não resiste e toma a maior parte deste. Tendo uma “cabeça fraca” ela logo fica embriagada e comete um equívoco. Ao deixar cair a comida no chão, confunde a linguça com sua trança postiça. A confusão já estava formada. Ela serviu a trança e pôs a linguça quente na cabeça, para espanto dos Nobregas.

Ao representar de forma cômica este caso o jornal *O Rio Nu* apresenta não só o problema do mau desempenho dos serviços feitos por grande parte das criadas brasileiras, mas também outro problema muito sério e que preocupava médicos e políticos de fins do século XIX e princípios do XX – o alcoolismo.

Assim que o novo regime político se instalou, sob a influência da doutrina positivista, o programa político republicano se fixou no binômio família-cidade, no qual

o conceito de pátria se baseava na família.<sup>240</sup> Daí esta preocupação acerca de quem se colocava dentro do lar e o perigo destes serviçais corromperem a família que deveria ser protegida. De acordo Maria Izilda Santos de Matos:

A intensa urbanização, o processo de imigração, o final da escravidão e do Império e a industrialização exigiam novas formas de comportamento ditas “civilizadas”. Os comportamentos feminino e masculino deveriam passar por retificações que dotassem cada qual de um perfil mais homogêneo, adequando-os a uma perspectiva sacramental e ao novo regime. Assim, as ações da Igreja, do Estado e particularmente da medicina foram convergentes e decisivas para disciplinar mulheres e homens.

(...) A classe médica [neste contexto] assumia função decisiva na configuração das pautas culturais e normativas que definiam a feminilidade e a masculinidade. Como discurso leigo e científico, a medicina viria ocupar o espaço de uma argumentação fundamentalmente religiosa, ampliando sua ação regulando os espaços, os hábitos e os corpos, procurando discipliná-los e vinculá-los a um projeto social mais amplo.<sup>241</sup>

Uma das preocupações dessa classe médica foi justamente o alcoolismo que deveria ser eliminado do seio familiar por representar um “flagelo”, uma “praga social”, um “demônio da humanidade”<sup>242</sup>. E o alvo desses discursos médicos era os homens, visto que as campanhas antialcoólicas apontavam este como um mal que atingia sobretudo eles. Todavia, por mais que fossem raros, o alcoolismo atingia também as mulheres e a justificativa para isto estava associada “aos perigos da vida moderna”.<sup>243</sup>

Desta maneira, o jornal *O Rio Nu* se colocando como um arauto da “civilização” alertava aos chefes de família os perigos de uma criada, sobretudo alcoólatra, dentro de sua casa, pois o alcoolismo feminino se colocava como mais incompreensível do que o masculino. Tal vício era incompatível à maternidade, principal função das mulheres, devido ao fato de além de trazer problemas ao feto, poderia contaminar também as crianças através da amamentação. No caso das criadas as suas funções poderiam ser afetadas, como mostra a imagem, provocando o “desmazelo dos arranjos domésticos”

<sup>244</sup>

Mas estes desmazelos dos arranjos domésticos também podiam ter outras causas, além do alcoolismo – a vida amorosa da criada que muitas vezes adentrava o lar dos

---

<sup>240</sup> MATOS, Maria Izilda Santos de. *Meu lar é o botequim: alcoolismo e masculinidade*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001. p. 25.

<sup>241</sup> *Ibidem*. p. 25-24.

<sup>242</sup> *Ibidem*. p. 29.

<sup>243</sup> *Ibidem*. p. 50.

<sup>244</sup> *Ibidem*. p.51.

patrões era outro alvo de preocupações. Abaixo verificamos dois casos em que a criada coloca para dentro da casa dos patrões um estranho. No primeiro caso ela é pega pela patroa e no segundo a criada esquece o que estava fazendo, ao receber o namorado e por conta disso acaba danificando o lençol da patroa.

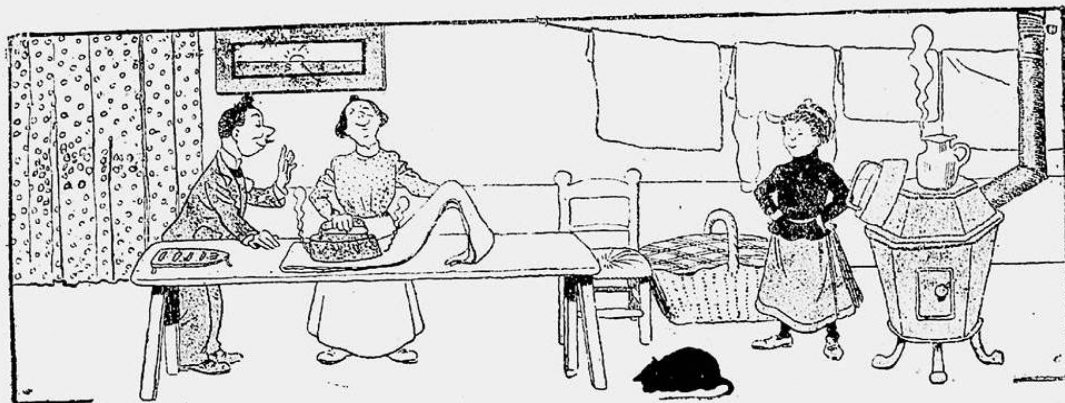
Figura 44



Fonte: *O Rio Nu*, p. 5, 25 fev. 1903.



## A ENGOMMADEIRA AMOROSA



1) Estava a Sra. Gervasia a engommar um lençol da cama da patrão, quando entrou o seu namorado. Ficou toda derretida e entregou-se a um escandaloso idyllo, mesmo na cara da pequena Maria, a outra criada.



2) A PEQUENA MARIA.—Sim, senhora, Dona Gervasia! Está direito! E o lençol da patrão a arder que nem um candieiro!.. Mas a Sra. Gervasia estava surda e cega, nada via nem ouvia... Pudéra! Aquillo era tão gostoso!...



3) No dia seguinte, a patrão chamou a Sra. Gervasia para ver o estado em que se achava o lençol, com as marcas do ferro, e a lavadeira ficou muito espantada sem saber explicar a razão daquelle desastre.  
A PEQUENA MARIA.—Pois si a Sra. Gervasia, em vez de cuidar do ferro de engommar, cuidava só do outro... quero dizer só do namorado!...



Mais do que danificar uma peça da casa, ou dar da comida dos patrões ao seu namorado, estas imagens estão alertando para o perigo que estas serviçais podem representar, sobretudo, quando colocam um estranho dentro da casa dos patrões.

As famílias, neste momento, se empenhavam muito em proteger a casa do que consideravam perigoso, ou seja, influências das ruas como doenças, contaminações morais e físicas, dentre outros. Assim, o que se via era uma tentativa de estipular fronteiras entre os binômios *casa X rua*, onde a casa representava o espaço privado e protegido e a rua, os lugares públicos, perigosos, desordenados.<sup>245</sup> Todavia, por mais que os patrões se esforçassem em estabelecer ao máximo a distinção entre esses dois ambientes, o que este jornal está mostrando é que, pelo fato das criadas, que não são mais “crias da casa”, circularem pelas ruas, elas deixavam as casas vulneráveis aos seus perigos<sup>246</sup>. Desta forma, os patrões deveriam redobrar suas atenções.

Por fim estas criadas podiam ainda trazer outro perigo ao lar, sobretudo às patroas, ou seja, a influência de sua “honra”, ou melhor, de sua “desonra”. Desde a primeira metade do século XIX as criadas, mais precisamente as escravas domésticas já eram vistas como uma “influência maléfica” as filhas e esposas do dono da casa.<sup>247</sup> Discursos médicos da época não cansavam de informar que estas serviçais instalavam sobre as filhas dos senhores “*o gérmen da corrupção, que, sempre debaixo do influxo do exemplo, mais tarde [frutificaria], se uma educação cuidadosa não [conseguisse] extirpá-lo*”<sup>248</sup> e sobre as patroas, as quais eram suas confidentes, “*as corrompiam com suas palavras e maus exemplos*”<sup>249</sup>.

---

<sup>245</sup> GRAHAM, Sandra. *op.cit.* p. 28

<sup>246</sup> *Ibidem* . p. 41

<sup>247</sup> SOARES, Luis Carlos. *Rameiras, Ilhoas, Polacas... a prostituição no Rio de Janeiro do século XIX* São Paulo: Editora Ática, 1992. p. 20

<sup>248</sup> LASSANCE CUNHA, Herculano. *Dissertação sobre a prostituição, em particular na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typografia Imparcial de Paula Brito, 1845. p.17. *Apud.* SOARES, Luis Carlos. *op.cit.*. p. 20

<sup>249</sup> SOARES, Luis Carlos. *op.cit.* p. 20

Figura 46



Fonte: Bello estratagemas. *O Rio Nu*. p. 8, 02 mai. 1903.

A criada, neste caso, acoberta o adultério da patroa ajudando-a a esconder do marido, seu amante. Por isso, a criada é representada pelo *O Rio Nu*, não como uma amiga e companheira da patroa, mais uma pessoa que pode influenciá-la aos maus hábitos. Daí a importância de seus leitores saberem desta prática a fim de proteger suas mulheres e a honra de sua família, das influências negativas de uma mulher “desonrada” como a criada.

Esta ideia que a mulher trabalhadora era propensa à desonestidade, sobretudo, quando era negra, vai ser alimentada pelos debates jurídicos e médicos de fins do século XIX, que tentavam higienizar a cidade, a família e, sobretudo, o trabalhador.<sup>250</sup> O fim da escravidão determinava esta nova disciplina social com o intuito de instaurar uma ordem capitalista burguesa<sup>251</sup>, impondo também normas “civilizadas” nas relações de

<sup>250</sup> ESTEVES, Martha Abreu de. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 26.

<sup>251</sup> CAULFIELD, Sueann. *op.cit.* p. 35.

gêneros” a fim de “conter a sexualidade dentro das famílias”, vistas como a base da nação<sup>252</sup>. Em torno desta preocupação com a família, as mulheres (da elite) precisavam ser protegidas e terem sua “honra” bem definida. Aspectos como andar sozinhas às ruas ou frequentar ambientes como bares ou cortiços contrariavam a imagem de mulher higienizada que o Estado queria impor.<sup>253</sup> Assim, o que percebemos é que juristas, médicos e a própria imprensa determinavam um padrão honrado às mulheres da elite e estendiam esta noção às mulheres pobres e trabalhadores, que ao contrário das elitizadas, necessitavam deste contato com a rua.<sup>254</sup>

---

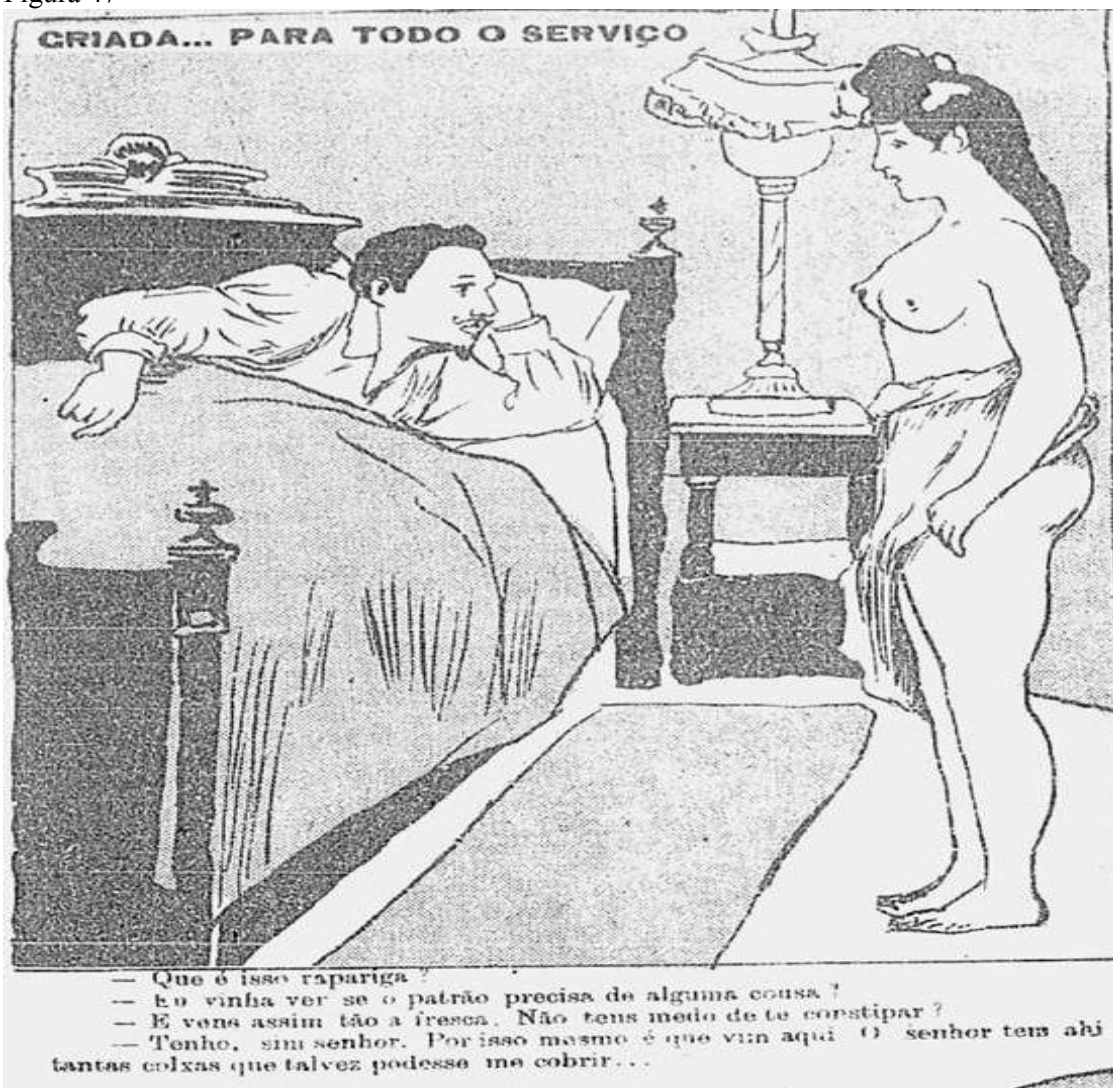
<sup>252</sup> *Ibidem.* p. 54.

<sup>253</sup> ESTEVES, Martha de Abreu. *op.cit.* p. 43.

<sup>254</sup> *Ibidem.* p. 45 e CAULFIELD, Sueann. *op.cit.* pp. 88-89.

### 3.3 - A criada prestando “todo o serviço” para o patrão.

Figura 47



Fonte: Criada... para todo o serviço. *O Rio Nu*. p. 5, 05 jan. 1910.

Criada “para todo o serviço” do patrão, sobretudo se esses serviços eram sexuais. Assim, era como muitas criadas eram representadas pela imprensa carioca da *Belle Époque*. O jornal *O Rio Nu* não fugia à regra. Se debruçando no fetiche: criada e patrão, este jornal revelava estigmas e preconceitos que abrangiam desde os de gênero, de classe e também o racial. Partimos, então, às análises dessas representações.

\*\*\*

O Rio de Janeiro durante o século XIX vivia diversas transformações, tornando-se um centro político, administrativo, econômico e cultural, e que por essas razões, arregimentava um grande número de pessoas, desde as da elite até “vagabundos” e

desordeiros que enchiam as ruas da capital federal.<sup>255</sup> Neste momento, esta cidade vivenciava o processo de abolição da escravidão e de reformulações no mundo do trabalho que passavam a uma tentativa de submissão do trabalho à ordem capitalista<sup>256</sup>. Aqueles que não se adaptavam, ou simplesmente, não se submetiam a ela eram vistos como degenerados e vadios. Decorrente desse preconceito, estas pessoas eram acusadas de serem uma ameaça e os responsáveis pela desordem física, moral e social da cidade<sup>257</sup>, daí essa classe ser concebida como uma “classe perigosa” e, portanto, alvo de tentativas de controle. Agregado a essa condição, o Rio de Janeiro ainda sofria com as epidemias, atreladas diretamente aos pobres que viviam, sobretudo, em cortiços. Assim, como civilizar esta cidade que se afogava na desordem?

A partir da segunda metade do século XIX, esses problemas que impediam que o Rio de Janeiro, e o Brasil numa análise macro, evoluíssem a uma civilização aos moldes europeus, começaram a mobilizar diversas instituições, desde a jurídica, a policial, a médica e a dos literatos. Os membros destas instituições durante esse período não cansaram de propalar e divulgar suas teorias acerca dos motivos da degeneração, principalmente, da camada popular, da mesma forma como a conter e a higienizar<sup>258</sup>. Todavia, essas preocupações esbarravam em outra questão muito mais relevante. Quem seriam os cidadãos que iriam compor essa República recém proclamada?<sup>259</sup>

A Constituição de 1891 garantia a igualdade e liberdade a todos os “cidadãos” perante a lei, porém não definia quem seriam esses cidadãos, muito menos que “igualdade” e “liberdade” seriam essas. Segundo Sueann Caulfield, mais “que

---

<sup>255</sup> ENGEL, Magali Gouveia. *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro, 1840-1890*. São Paulo: Brasiliense, 1989 p.38.

<sup>256</sup> As tentativas de regulamentações do serviço doméstico podem ser vistas como um exemplo, visto que impunha ao trabalhador o exclusivismo a um patrão adotando uma caderneta no qual o patrão poderia anotar as causas da demissão de seu criado, bem como estipulava todos os deveres que esse serviçal tinha que ter durante o tempo de trabalho, para que não precisasse pagar multas por faltas cometidas.. Todavia, não queremos dizer que essa imposição foi efetivada e vivenciada à risca por esses trabalhadores. *Resistências cotidianas* foram perpetradas de forma efetiva, e quando dizemos *resistências cotidianas* estamos nos referindo àquelas resistências que tentam negociar de forma implícita seus objetivos. Referente a essa discussão ver: Proposta de Jeronymo d’Assis Pinto Freitas. 1886. Códice 48.4.56. AGCRJ e SCOTT, James C. *Exploração normal, resistência normal*. *Revista Brasileira de Ciência Política*. Nº5. Brasília, janeiro-julho de 2011. pp. 217-243.

<sup>257</sup> ENGEL, Magali Gouveia. *op. cit.* p. 38

<sup>258</sup> A respeito da preocupação que diversas instituições tinham com as camadas populares do Rio de Janeiro do século XIX e princípios do XX ver: ESTEVES, Martha de Abreu. *op.cit.*; BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997; CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996; CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 2 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001; dentre outros.

<sup>259</sup> Sobre essa temática ver: CARVALHO, José Murilo.*op.cit.*

simplesmente seguir as regras formais da língua, os governos republicanos interpretavam essa redação de modo que excluísse as mulheres”<sup>260</sup>. Elas continuariam cidadãs “inativas”, ou seja, sem o direito à participação política. Entretanto, a importância delas para a conformação da sociedade que se queria formar era algo percebido pelos juristas brasileiros como essencial. A família continuaria, na República, sendo a instituição civil mais importante. Para se manter a “harmonia” dela, era necessário que se limitasse a liberdade da mulher. Ela e seus filhos deveriam ficar subjugados ao poder do pai, do marido<sup>261</sup> e alvo de fiscalizações e cuidados, não só por parte dos códigos civis, mas também pela ordem médica, que colaborou muito para a definição de sua honra. Para Martha de Abreu,

(...) organizadas, dentro dos padrões médicos, [as famílias] seriam fundamentais para a formação do trabalhador, pois incentivariam valores como assiduidade e responsabilidade. O trabalhador ideal seria aquele que já saísse de casa com os hábitos da rotina doméstica, com as responsabilidades do lar sem vícios sexuais, pelo menos para evitar o nascimento de crianças ilegítimas. Um trabalhador livre das obrigações domésticas não se adaptaria facilmente à disciplina do trabalho.<sup>262</sup>

Nesta perspectiva, atrelada ao perigo que a miscigenação representava para o futuro da nação<sup>263</sup>, as criadas que, em sua maioria eram negras ou mestiças<sup>264</sup>, começaram a serem vistas com desconfiança. Ora, não se queria que o patrão tivesse filhos ilegítimos com estas mulheres, sobretudo se nascessem mestiços. O jornal *O Rio Nu* no seu anseio por “civilizar” os homens cariocas os alertavam popularizando representações estigmatizadas dessas criadas. Porém, se não desse para evitar as relações sexuais com essas mulheres, ao menos que estas fossem com criadas brancas. E

---

<sup>260</sup> CAULFIEULD, Sueann. *op.cit.*, p. 63.

<sup>261</sup> A respeito do conceito de paternalismo que regia muitas relações do século XIX e princípios do XX ver nota 13.

<sup>262</sup> ESTEVES, Martha de Abreu. *op. cit.* p. 27.

<sup>263</sup> Lilia Moritz Schwarcz faz um interessante trabalho em que analisa como os discursos de doutrinas raciais circularam e se desenvolveram no Brasil. Em *O Espetáculo das Raças* ela verifica como a questão da miscigenação, termo utilizado pelos intelectuais da época, foi pensada, até os anos de 1930, como algo negativo, que justificava o atraso do Brasil frente aos países evoluídos como a França, por exemplo. Desta forma, por ser um termo que circulava na época utilizaremos ele no desenvolver de nossas análises. Ver. SCHWARCZ, Lilia M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. Companhia das Letras, 1993.

<sup>264</sup> De acordo com o censo de 1890, 21.900 pessoas brancas trabalhavam no serviço doméstico, enquanto que o número de mestiços e negros somados dava 34.453 pessoas. Ver: HAHNER, June Edith. *Pobreza e política: os pobres urbanos no Brasil (1870-1920)*. Brasília: UNB, 1993. 428 p. p. 117 (Tabela 16). Apud SOUZA, Flávia Fernandes de. *Para casa de família e mais serviço: o trabalho doméstico na cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX*. Dissertação de mestrado. Orientadora: Profª. Drª. Magali Gouveia Engel. São Gonçalo/RJ: UERJ-FFP/PPGHS, 2010. Tabela 6, p. 64.

assim, o jornal criava uma imagem do serviço doméstico carioca composto por mulheres brancas com ares europeus, como podemos perceber na imagem abaixo.

Figura 48



O PATRÃO – Minha mulher teve uma bela ideia indo passar uns dias em Petrópolis e deixando-nos aqui sozinhos. Que bela pândega, heim, Margarida? Bebemos, fumamos, brincamos á vontade!

A CRIADA – E? exato... Mas si a patroa soubesse disso, punha-me logo no andar da rua e eu ficava desempregada.

O PATRÃO – Si isso sucedesse, eu te ampararia, pois continuaria a gostar de ti e a pôr-me... á tua disposição.

Fonte: Na ausência da patrãoa. *O Rio Nu*. p.8, 12 abr. 1913

Ao analisarmos esta e outras imagens devemos, antes de mais nada, pensar que estamos fazendo um ato de leitura, ou seja, reconhecendo uma estrutura de *signifiance*, de significação do desenho que deve ser entendido como um signo que representa alguma coisa. De acordo com Louis Marin um artista ao pintar um quadro ou realizar um desenho como uma charge baseia-se em leituras não só textuais, mas de experiências que devem ser representadas em sua arte para que o leitor consiga captá-las,<sup>265</sup> se bem que isto pode ou não ocorrer. Assim, ao analisar as charges que serão selecionadas devemos, antes de pensar nos traços ou nas técnicas utilizadas, verificar que ela está representando leituras que estes artistas fazem do contexto histórico em que vivem. E desta maneira, quando estas leituras do mundo do artista são compartilhadas com os redatores do jornal, sua arte é colocada nessas páginas com uma função que é servir como *protocolos de leituras*, ou seja, tentativas de induzir ao leitor uma leitura esperada pelo chargista ou pelos redatores do jornal.

Partindo desta ideia ao analisarmos esta imagem primeiramente devemos levar em consideração o fato de um jornal brasileiro estar importando charges estrangeiras. Esta, como muitas charges, são assinadas por empresas ou chargistas que definitivamente não são brasileiros.

Figura 49



Fonte: assinatura da empresa responsável pela charge. “Na ausência da patrão”. *op.cit.*

Esta observação nos revela que na verdade o jornal esta baseado em padrões estrangeiros para representar uma realidade idealizada do Brasil. Ao apresentar as criadas como mulheres brancas com ares europeus o jornal revela, pelos seus *não-ditos*<sup>266</sup>, o que ele espera de uma sociedade civilizada. Apesar de o jornal ter publicado

---

<sup>265</sup> MARIN, Louis. Ler um quadro- uma carta de Poussin em 1639. In. CHARTIER, Roger (org). *Práticas da Leitura*. 5 ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2011. pp. 118-119.

<sup>266</sup> CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Revisão Técnica: Arno Vogel. Rio de Janeiro: Forense-Universitária. 1982 pp. 67-69



seu primeiro número no dia 13 de maio de 1898<sup>267</sup> e ter se vangloriado de ser favorável a abolição e de, assim como os abolicionistas, ter trazido a “liberdade”, esta não determinava igualdade de direitos para os negros. Os seus discursos de felicitações à abolição da escravidão não determinavam o rompimento com certas heranças escravistas, sobretudo, quando elas referiam-se às mulheres negras.

Voltando ao caso das relações entre patrões e criadas, percebemos uma característica muito interessante da própria estruturação do jornal. Devido à utilização de uma grande gama de imagens o mesmo era consumido até mesmo por iletrados. Assim, as representações imagéticas das criadas não eram as mesmas contidas nos textos, que de certa forma, salvo o caso das leituras em voz alta, eram vedadas aos iletrados.

Essas imagens representavam geralmente as criadas como mulheres brancas, até porque, possivelmente a maioria das charges era importada de revistas europeias ou norte-americanas, assim como as fotografias de mulheres nuas que eram importadas de revistas francesas. Mais do que impor um padrão estético ao apresentar o serviço doméstico sendo composto, sobretudo por brancas, este jornal, na verdade, está se mostrando dissonante com a composição social desta atividade no Rio de Janeiro da passagem do século XIX para o XX. Para termos uma noção, após realizarmos uma amostragem de anúncios coligidos do *Jornal do Commercio*<sup>268</sup> pudemos observar que a oferta e a demanda por criadas “pretas” era mais alta do que em relação à de “brancas”, mesmo após a abolição. (Tabela 3 em Apêndice)

Como podemos perceber no gráfico acima, após a categoria *não identificada*, a preferência era por criadas pretas. De acordo com Sandra Graham, esta preferência em relação a essas criadas se dava também por uma herança escravista.

Sob a superfície de uma preferência declarada por mulheres livres, maduras e brancas – especialmente europeias –, repontava uma

---

<sup>267</sup> A escolha da data da primeira edição desse jornal, não foi por acaso. A tentativa de ratificação de uma imagem de jornal subversivo e aquém as desigualdades sociais fez com que a data da libertação dos escravos fosse utilizada por esses redatores com um caráter simbólico, ou seja, a “liberdade” moral. Todavia, esse discurso é muito mais teórico do que prático, visto que de forma paradoxal esse jornal ora rompia com a moral vigente, ora ratificava hierarquias sociais e, sobretudo, raciais e de gênero.

<sup>268</sup> Foram selecionados anúncios presentes em todas as primeiras segundas-feiras de novembro do período de 1827 a 1917. Devido às recorrências e poucas variações do conteúdo destes anúncios, fizemos uma pesquisa por amostragem que desse conta de verificar em uma longa duração esta prática de aluguéis de criados, para isto selecionamos as primeiras segundas-feiras de novembro de 1827 a 1917, respeitando um intervalo de cinco em cinco anos. A escolha das segundas-feiras seu deu pelo fato de ser um dia em que a quantidade de anúncios ser significativo. Houve casos de uma segunda-feira possuir 3 páginas completas de anúncios.

apreensão oposta. Enquanto a escravidão permitira ao menos a ilusão de que os senhores retinham o poder de conceder favores ou punir seus escravos, os quais não tinham nenhuma escolha além de obedecer, no fim da década de 1870 a dúvida turvava esse ponto de vista outrora confortador e não inteiramente inexato. As mulheres livres, cada vez mais presentes, não podiam ser sujeitas aos mesmos controles. Mulheres de cor, mesmo se não fossem de fato escravas, e meninas que vivessem mais claramente sob a supervisão do senhor pareciam representar menor ameaça a essa ordem. O que contava mais era a obediência – chamada, por eufemismo, de “boa conducta” ou “bons costumes”. Assim, até mesmo em 1905 uma família ainda afirmaria: “prefere-se uma criada de côr”.<sup>269</sup>

Se na realidade a preferência dos patrões era por mulheres negras, porque será que este jornal divulgava tantas imagens de criadas brancas? Para termos uma noção, até mesmo quando o diálogo das charges apresentava as criadas como mulatas, por exemplo, as imagens as mostravam como brancas.

Figura 50



Fonte: *O Rio Nu*. p. 2, 21 mai. 1904.

<sup>269</sup> GRAHAM, Sandra L. *op.cit.* p. 36

Figura 51

ANNO VII RIO DE JANEIRO, 14 DE SETEMBRO DE 1904 NUM. 646

# O RIO NU

Periodico bi-semanal, caustico, humoristico e illustrado  
GERENTE: J. MORAES  
Direção de ERASMO e ARMANDO SACRAMENTO  
Redação e administração, Rua da Assembléa, 73

**Que lavadeira!...**



Depois de muito esfregar,  
Sentada á beira do rio,  
Colloca a roupa no fio  
A Cocota de Aguillar.

Mas o dia estando quente,  
O demonio da mulata,  
Poe-se catita, á frescata,  
O corpo mostrando á gente.

Eu grito: — Chora, zocira!  
Vendo tão linda morena,  
E murmuro p'ra pequena:  
—Ai! si eu fosse lavadeira,

Cocotinha, já se vê,  
Levava as roupas ao rio,  
E antes de as pôr no fio,  
Esfregava com você...

Fonte: Que lavadeira!... *O Rio Nu*. p.1, 14 set. 1904.

Como vimos, instituições republicanas num afã por redefinir a “nação brasileira” apresentavam como base para a modernização do país a formação de cidadãos civilizados provenientes de “boas famílias”<sup>270</sup>. Desta forma, amparada por discursos jurídicos e médicos, muitas instituições incorporaram para si uma espécie de função pedagógica para a construção desses “cidadãos” ideais. Assim, jornais como, por exemplo, *A mãe de família* direcionava suas dicas e conselhos às mulheres (principalmente da elite) a fim de que as mesmas se transformassem em boas mães de família, boas esposas e donas de casa. Mas, e os homens, será que eles também não mereciam atenção?

O jornal *O Rio Nu* foi um periódico que assumiu a tarefa de moralizar ou, pelo menos, de melhorar um pouco os hábitos sexuais desses chefes de família. Apesar de seu discurso subverter alguns aspectos da moral vigente ao representar o corpo nu ou falar sobre a homossexualidade usando sempre um linguajar malicioso, seus discursos mostravam-se concernentes aos propalados por uma elite alinhada aos discursos médicos e aos debates acerca da civilização como um fim. E neste sentido ele traz para si a responsabilidade pedagógica de mostrar que homem a sociedade moderna buscava, e com quem ele deveria se relacionar. De acordo com Cristiana Schettini, o próprio *O Rio Nu* redefine os “papéis” e defende a moral, repondo as fronteiras morais ao distinguir as mulheres próprias para o casamento das que não são.

Mesmo que a confusão entre mulheres honestas e prostitutas possa ser uma perspectiva excitante, o redator procura repor as fronteiras morais, diferenciando as mulheres com quem se “pode ter o choque de pai e mãe” das “senhoras de família”. Caberia aos homens respeitar essa diferença fundamental – já que as prostitutas se disfarçariam de mulheres sérias e estas teimariam em frequentar lugares públicos provocando uma perigosa mistura. A condenação dessa prática quando dirigida às mulheres “erradas”, no entanto, tem uma compensação: mexer com as prostitutas nas ruas seria a única forma viável de aproximação por parte daqueles que não teriam dinheiro para frequentar, por exemplo, a casa de Suzanna, a prostituta francesa mais famosa do período.

Assim, o redator do *Rio Nu* relaciona os dois lados do mesmo problema: referindo-se à visibilidade de mulheres “honestas” em locais públicos, ameaça representada pelos “bolinas” dizia respeito também a homens aparentemente indiferenciados nos mesmos espaços. A diferenciação se estabeleceria entre os que saberiam agir convenientemente com as mulheres certas e os “insolentes” que não

---

<sup>270</sup> CAULFIELD, Sueann. *op.cit.* p. 26.

apresentariam um comportamento adequado nessa nova situação, mesmo que a tentação fosse para todos, com ou sem “pelegas”.<sup>271</sup>

Uma vez distinguindo as mulheres que estes homens podiam se aventurar em relações extraconjugais, o jornal se colocava em um outro problema que vinha sendo debatido desde pelo menos a segunda metade do século XIX – o problema da miscigenação. Conforme Lilia Moritz Schwarz, num momento em que as ciências vivenciavam um expressivo desenvolvimento, sobretudo a partir de 1870, diversas vertentes das ciências foram introduzidas no Brasil a fim de tentar entender a origem do atraso do país frente aos países evoluídos da Europa, como a França. Assim, um consenso foi sendo estabelecido – o atraso do país estava em sua “mistura de raças”, visto que os mestiços, neste discurso evolucionista, personificavam a “degeneração”.<sup>272</sup> Desta forma, para que esta sociedade republicana evoluísse era necessário romper com costumes advindos da época do Império, e conseqüentemente da escravidão, ambos representados como uma época atrasada<sup>273</sup>. O jornal *O Rio Nu*, desta forma, apresenta a esses homens os padrões sexuais aceitáveis e condenáveis. Os homens podiam continuar a ter “casos” com suas criadas, mas deveriam escolher melhor que criadas seriam essas. Assim, o jornal estabelece dois padrões de representações das relações sexuais entre patrões e criadas – as imagéticas e as textuais.

Referente às representações imagéticas o jornal seguia um certo padrão, ou seja, as criadas eram apresentadas como mulheres brancas, com ares europeus, como tínhamos informado anteriormente. Ora, vivendo numa sociedade que estava buscando se “embranquecer” era necessário apresentar, sobretudo as massas, intercursos sexuais que buscassem este objetivo, ou seja, se for para ter filhos ilegítimos que sejam pelo menos brancos.

---

<sup>271</sup> PEREIRA, Cristiana Schettini. *op.cit.* pp. 5-6.

<sup>272</sup> SCHWARCZ, Lilia M. *op.cit.* p. 56

<sup>273</sup> MELLO, Maria Thereza Chaves de. A modernidade republicana. *Tempo*, n. 26, 2009. p. 117. Disponível em: << [http://www.historia.uff.br/tempo/artigos\\_dossie/v13n26a02.pdf](http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/v13n26a02.pdf)>> Acessado em 12 mar. 2013.

Figura 52

ANNO XVII

RIO DE JANEIRO, 31 DE JANEIRO DE 1914

NUM. 1580



A PATROA — Como é que você, não sendo casada, aparece agora grávida ?  
A CRIADA — Olhe que não foi por obra e graça do Espírito Santo... Seu marido que o diga...

## ELIXIR DE NOGUEIRA

Do pharmaceutico e chimico **JOÃO DA SILVA SILVEIRA**  
PELOTAS — RIO GRANDE DO SUL  
Grande depurativo do sangue. Único que cura a "Syphillis"  
Vende-se em todas as Pharmacias e Drograrias.

Fonte: *O Rio Nu*. p.1, 31 jan. 1914.

Num momento em que os discursos médicos estavam propalando diversas teses e diagnósticos acerca da moral familiar, o homem cometer o adultério poderia até ser



justificado<sup>274</sup>. Assim, o que estas imagens representam, por mais que as criadas sejam brancas, são arquétipos já consolidados por uma tradição escravista e que possivelmente seria difícil de eliminá-las. A ideia de que as escravas/ criadas deveriam “servir” aos senhores que saíam do seu leito e iam às senzalas ou ao quarto delas para manter relações sexuais, além de servirem como iniciadoras da vida sexual de seus filhos, era algo que as autoridades deveriam conviver.<sup>275</sup>

Figura 53

## Excursões nocturnas



Dom Terencio Carrapicho  
E' feio— parece um bicho,  
Parece um cameleão,  
Mas atira-se ás mulheres  
E faz o seu pé de alferes  
Em qualquer occasião.

Certa noite reparando  
Que estava a esposa roncando  
Bello somno a desfructar,  
Da cama ergueu-se Terencio  
Com geito, p'ra que o silencio  
Não fosse acaso quebrar.

Dom Terencio de massada,  
Foi p'ra o quarto da criada,  
Que ficava no perão :  
P'ra junto d'ella se chega :  
— Catharina, minha néga,  
Meu amor, meu coração !

Mas logo D. Innocencia,  
Que enfim notára-lhe a ausencia  
Ahi o foi procurar :  
— Que faz, seu velho indecente ?  
— Eu?... Por estar meio quente  
Vim aqui p'ra... refrescar...

**J. Pimentão.**

Fonte: Excursões nocturnas. *O Rio Nu*. p.5, 03 nov. 1900.

<sup>274</sup> SOARES, Luiz Carlos. *Rameiras, Ilhoas, polacas.. a prostituição no Rio de Janeiro do século XIX*. São Paulo: Editora Ática, 1992. p.17.

<sup>275</sup> Amparado por um discurso médico produzido no século XIX, Luis Carlos Soares, identifica como beste momento há a criação de uma associação da escravidão doméstica à *prostituição clandestina*, visto que as “*escravas domésticas chegavam a atrair os seus senhores, que abandonavam suas esposas pela sensualidade das ‘imundas senzalas’*”. Ver: SOARES, Luis Carlos. *As escravas clandestinas*. In: SOARES, Luis Carlos. *op.cit.*

Figura 54

8 — ( O RIO NU ) — 30 de Maio de 1914

### O direito do filho



— Menino, tenha modos, sinão eu digo á patrôa que você quer metter a mão na minha panella.  
— Então papai pôde metter e eu não posso?...

**A 300 rs.**

N. 1 — O TIO EMPATA	N. 7 — A PULGA
N. 2 — A MULHER DE FOGO	N. 8 — O Corral do Amor
N. 3 — D. ENGRACIA	N. 9 — DOLORES
N. 4 — FAZ TUDO...	N. 10 — Família Moderna
N. 5 — A VIUVA ALEGRE	N. 11 — NA ZONA... (Em preparo)
N. 6 — O Menino do Gouveia	

**Contos Rapidos**  
A' venda em nosso escriptorio

Fonte: O direito do filho. *O Rio Nu*. p.8, 30 mai. 1914.

Para termos uma noção, a ideia de que a criada/escrava deveria “servir” sexualmente o seu patrão/senhor se fazia presente e bem consolidado até mesmo nas primeiras décadas do século XX. Gilberto Freyre, por exemplo, em *Casa Grande & Senzala*, a fim de resgatar uma herança africana e como ela foi possível devido à suscetibilidade da colonização portuguesa, nos trouxe à tona o processo de



miscigenação ocorrido no Brasil, através da casa grande/senhor e da senzala/escravas. Para Freyre, é possível identificarmos na

(...) ternura, na mímica excessiva, no catolicismo em que se deliciam nossos sentidos, na música, no andar, na fala, no canto de ninar menino pequeno, em tudo que expressão sincera de vida, trazemos quase todos a marca da influência negra. Da escrava ou sinhama que nos embalou. Que nos deu de mamar. Que nos deu de comer, ela própria amolengando o bolão de comida. Da negra velha que nos contou as primeiras histórias de bicho e de mal-assombrado. Da mulata que nos tirou o primeiro bicho-de-pé de uma coceira tão boa. Da que nos iniciou no amor físico e nos transmitiu, ao ranger da cama-de-vento, a primeira sensação completa de homem. Do moleque que foi nosso primeiro companheiro de brinquedo. [grifo meu]<sup>276</sup>

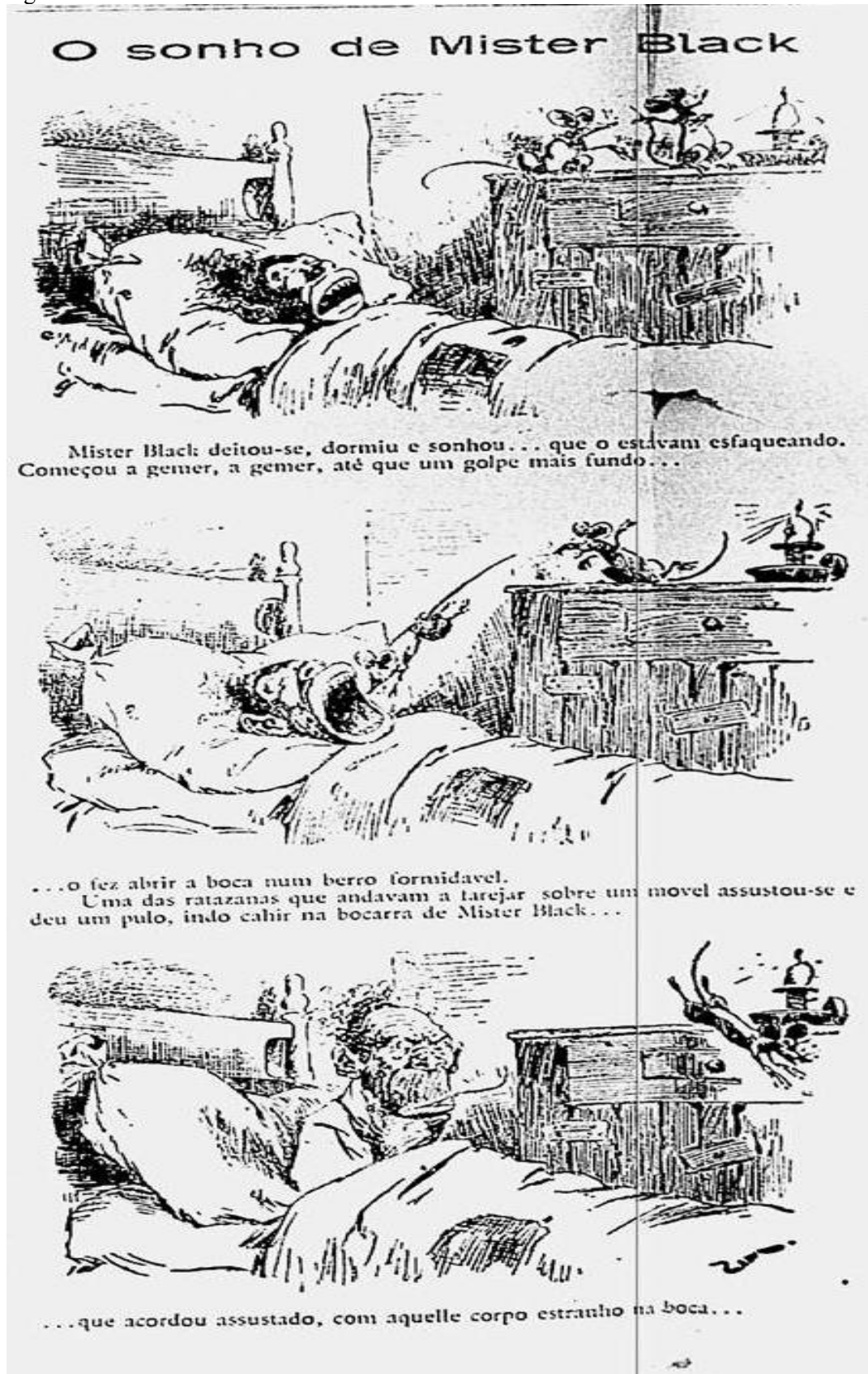
Porém, como mencionado inicialmente, estamos falando de uma sociedade que pretendia se igualar ao progresso, ao espelho da França. Esta imagem positiva da miscigenação, em fins do século XIX e princípios do XX, era desprezada por diversos intelectuais e principalmente pelo discurso médico. A miscigenação, para eles, representava a barbárie, a degeneração<sup>277</sup>. E o jornal reabsorvia estes discursos de cunho “racistas” ao propalar imagens pejorativas dos negros, para justificar sua “inferioridade” frente aos brancos e do porquê era preferível que os leitores escolhessem criadas brancas como amantes.

---

<sup>276</sup> FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51ª ed. São Paulo: Global, 2006. p. 367.

<sup>277</sup> SCHWARCZ, Lilia M. *op.cit.* p. 56.

Figura 55



Fonte: O sonho de Mister Black. *O Rio Nu*. pp. 4-5, 23 abr.1913.

Figura 56

## Pae José e Mãe Maria



A' sombra de uma palmeira,  
Pae José e Mãe Maria  
Encontram-se um bello dia:  
Elle *smari*, ella faceira...

Diz o preto: « Mãe Maria,  
« Vossuncê qué ou não qué  
« Dá ao peito de José  
« A mais maió alegria? »

Responde a preta: « Essas jura  
« Qué Pae José me fazeu  
« Me trôche a maió ventura,  
« Meu coração cummoveu. »

Pae José fica espantado  
E replica: « Que arrelia!  
« Exprique o palavriado:  
« Moveu o que, Mãe Maria? »...

Fonte: Pae José e Mãe Maria. *O Rio Nu.* p. 8, 20 jul. 1912.

Figura 57



Fonte: Uma atração. *O Rio N.* p.1, 29 nov.1911.

O que temos, aqui, são três imagens que não representam as criadas (como as relações sexuais entre patrões e criadas seria difícil de controlar era melhor que sua representação imagética não apresentasse uma mulher negra ou mulata como atraente ou sedutora para o patrão), porém representam como os redatores e chargistas viam os negros e sua cultura. Ambas têm a mesma característica, os traços e formas retratam os negros de forma quase animalizada. Se repararmos bem, na primeira imagem – a do Mister Black –, o personagem, quando está dormindo, se assemelha a um macaco. Seus lábios, assim como a dos personagens das outras charges, são evidenciados, seus cabelos e narizes também são bem característicos, assim como o seu linguajar que traz resquícios da escravidão.

As duas últimas imagens, por sinal, merecem destaque. Na charge intitulada “*Pai José e Mãe Maria*” vemos um casal de negros que estão tentando se enquadrar à “civilização”. O homem tentando se portar como um *smart* e utilizando, assim como a mulher, roupas bem apanhadas com certo ar europeu. A mulher tentando falar aos moldes da elite. Todavia, as tentativas não são bem sucedidas, por mais que tentem ser “civilizados” não conseguem.

Já na charge “*Uma atração*”, o que temos é uma mulata que é cortejada por um senhor, que por mais que possua um linguajar de homem de elite, não se enquadra no biotipo *smart*. Ao se engrajar com uma mulata, este homem, que provavelmente é um negro ou mulato, é representado como a mulher, ou seja, tendo sua “raça” apresentada de forma bem caricatural. No caso da representação da mulher, em especial, ela contraria os estereótipos das negras ou mulatas como voluptuosas e com excessos sexuais<sup>278</sup> ao mostra-la rejeitando as investidas do senhor, visto que ela é compromissada. Este senhor que tenta seduzi-la representa, na verdade, uma consciência cultural coletiva no qual identifica que as negras são aquelas que devem servir aos outros, ainda mais quando esses serviços dizem respeito aos sexuais.<sup>279</sup>

O interessante de analisar este jornal é que, por se tratar de um material polifônico, observamos opiniões diversas em relação a um mesmo assunto. Abaixo selecionamos uma outra imagem de mulher “de cor”. Esta, por ser “preta” e representar

---

<sup>278</sup> ABREU, Martha. “Sobre mulatas orgulhosas e crioulos atrevidos”: conflitos raciais, gênero e nação nas canções populares (Sudeste do Brasil, 1890-1920). *Tempo*, Rio de Janeiro, n. 16. 2003. pp. 3-4.

<sup>279</sup> Hooks, Bell. Intelectuais negras. *Estudos Feministas/ Dossiê Mulheres Negras*, Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, v. 3, n. 2, p. 464-478, 1995, p. 468. *Apud* .CÔRTEZ, Giovana Xavier da Conceição. Coisa de pele: relações de gênero, literatura e mestiçagem feminina (Rio de Janeiro, 1880-1910). Dissertação de mestrado. Niterói: UFF-PPGHS, 2005. p. 13.

nitidamente um ranço escravista (ela está com vestimentas típicas e pés descalços)<sup>280</sup>, diferente da mulata não é desejada pelo senhor que lhe bate à porta.

Figura 58



Fonte: Na Rua do Senhor. *O Rio Nu*. p.1, 23 set. 1899.

Observamos uma mulher negra, que ao contrário da mulata que tinha os traços de seu rosto exaltados, é sem face, desprovida de qualquer atrativo sexual. O rapaz branco, de terno bem alinhado, chapéu e bengala às mãos, um verdadeiro representante da elite, buscava em um prostíbulo se satisfazer sexualmente. Porém, ao se deparar com a negra, logo pensa nela como a criada – negra em seu pensamento, não podia ser patroa

<sup>280</sup> Para uma análise da imagem dos escravos ver: CRUZ, Teresa Cristina de Carvalho. *Análise iconográfica do trabalho escravo no Brasil a partir de uma pintura de Debret*. Disponível em <http://www.periodicos.udesc.br/index.php/percursos/article/viewFile/1521/1283>. Acessado em 03 abr. 2013.

– e solicita que ela chame sua patroa. Ao descobrir que era a negra que realizava o serviço, simplesmente desiste.<sup>281</sup>

Assim, o que percebemos é que os *protocolos de leituras* presentes nas imagens estimulam ao leitor a preferir as brancas como mulheres de desejos, essas sim, são mulheres atraentes e, porque não, “civilizadas”.

Por fim, temos as representações textuais das relações entre patrões e criadas mulatas. Assim como as imagens, as referências as relações sexuais entre patrões e criadas (mulatas/crioulas/pretas) são bem reduzidas, entretanto, reproduzem a possibilidade de tal fato, às vezes o criticando, às vezes exaltando os atributos dessas mulheres.

O Penduricalho (1)  
(cena cômica em verso, o ator, tem na corrente um penduricalho)

Porque uso na corrente  
Este doirado pingente,  
Que chamam – penduricalho  
(...)

Tendo em casa uma crioula,  
Cozinheira nada tola,  
Que, saindo do borrarho,  
Veio da sesta acordar-me,  
Danadamente a puxar-me  
O pobre penduricalho.

Depois do caso passado,  
P’ra não ser desrespeitado,  
Meto na negra o vergalho,  
Vendo depois com atenção,  
Todo sujo de carvão  
Estava o penduricalho.

E a mulher, desesperada,  
Quis despedir a criada  
Mas o furor atalho  
Entregando-lhe com jeito,  
Inteirinho e sem defeito,  
O nosso penduricalho

---

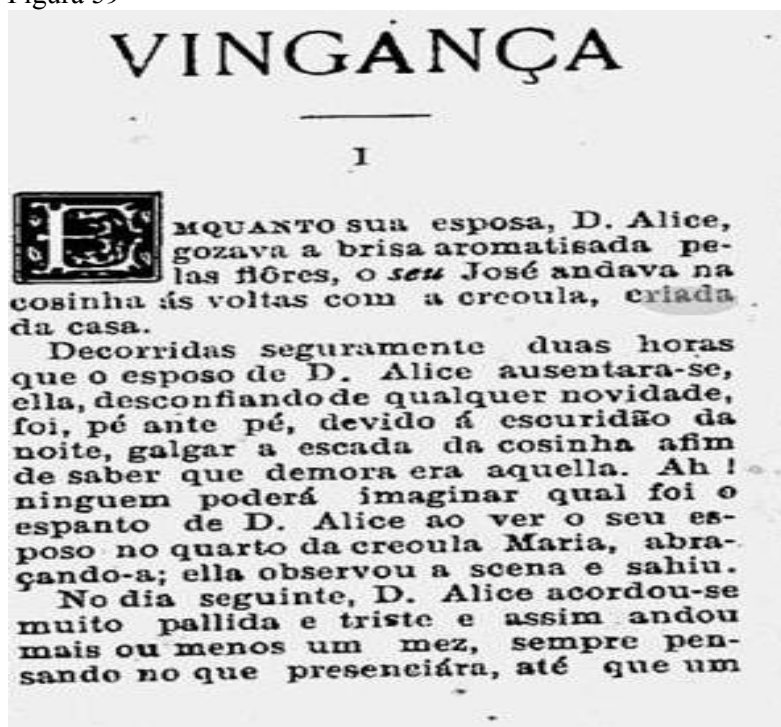
<sup>281</sup> Martha Abreu informa que a imprensa e até mesmo alguns abolicionistas do século XIX reuniam um grande número de estereótipos sobre os pretensos defeitos de homens e mulheres afro-descendentes. Estes estereótipos diziam respeito, inicialmente a sua condição de escravos que os associavam à perversão dos costumes, à sua passividade e à desordem moral, “tidas como comprometedoras de sua capacidade de trabalho, organização familiar e exercício da cidadania. Na conjuntura do pós-abolição a incorporação do ideário cientificista europeu só vai reforçar a difusão dos preconceitos a essas pessoas. Ver: ABREU, Martha. “Sobre mulatas orgulhosas e crioulos atrevidos”: conflitos raciais, gênero e nação nas canções populares (Sudeste do Brasil, 1890-1920). *Tempo*, Rio de Janeiro, n. 16. 2003.pp.3-4



Mas tinha razão de sobra  
 De ficar como uma cobra,  
 E por isso não lhe ralho  
 Quer-lhe um bem! ...Já é mania,  
Limpa três vezes por dia  
O belo penduricalho [grifo meu].<sup>282</sup>

Esta conçoneta representa uma visão preconceituosa da relação inter-racial. Concebido como algo sujo, o sexo com uma "crioula", era caracterizado como uma estupidez desse senhor, que por mais que não seja explicitada a sua cor de pele podemos deduzir que seja um senhor branco, visto que em todas as representações de criados e patrões presentes no jornal estes últimos são sempre brancos. Todavia esta imagem não se consolida como a preponderante.

Figura 59



Fonte: Vingança. *O Rio Nu.* p.3, 25 jul. 1903.

Figura 60

*Ouíro:*  
 —Offerece-se uma criada, mulata, para todo o serviço de *cosinho.*»  
 Não lhe ha de ser mui difficil  
 Achar emprego, a mulata;  
 Qualquer patrão, l'esto e rapido,  
 (Da Mocidade no viço)  
 Acto continuo, a contrata  
 Para «esse—todo»... serviço.

Fonte: Processo de Revisão. *O Rio Nu.* p.6, 08 jan.1908.

<sup>282</sup> BOTICARIO. O Penduricalho. *O Rio Nu.* p.1, 05 dez. 1900.



As criadas, aqui, provocam desejos sexuais ao seu patrão por mais que sejam uma crioula e uma mulata. Na verdade este atributo é exaltado. No lugar das charges que animalizam os traços dessas raças, os textos valorizam a sensualidade dessas mulheres e, principalmente, sua forma física.

Figura 61

Um dia o Zé deixou que a mulher dormisse e lá para as tantas, levantou-se, abriu de mansinho a porta e penetrou no quarto da criada, uma mulata de amplos quadris e formas salientes.

Fonte: Fitas do Moulin Rouge. *O Rio Nu*. p. 3, 06 jan. 1909.

De acordo com Giovana Xavier, a associação das negras a um caráter sexual exacerbado contribuiu bastante para a formação do mito de origem da sociedade brasileira. E neste sentido a utilização da categoria “sexualização” para a análise das representações das mulheres negras seria fundamental, pois

(...) a sexualização se refere à supervalorização dos seus traços físicos como textos que expressam restritamente e de maneira exacerbada o erotismo, à sensualidade e à sedução. Dessa maneira, tais sujeitos ocupam um lugar particular nas hierarquias de gênero e raça: aquele de puro corpo fornecedor de prazeres carnavais. Na contrapartida, as representações em torno das mulheres brancas são definidas – grosso modo a partir de uma sexualidade ligada a códigos estéticos e comportamentais, oriundos da suposta moralidade inscrita na pele clara. Nesses termos, menos do que manifestação ou orientação sexual – como sugere sexualidade – sexualização faz menção à situação particular vivenciada pelas negras nas Américas. Ela diz respeito a papéis sexualizados por intermédio da conjugação do adjetivo negro no feminino, ao contrário da experiência das mulheres brancas, interpretadas como protótipos das mães e esposas.<sup>283</sup>

Assim, o que observamos é um paradoxo em relação às representações das criadas. Enquanto as charges traduzem um olhar sobre o serviço doméstico que põe de lado a figura da criada “de cor” como aquela que expressa de maneira exacerbada o erotismo, de acordo com a observação de Giovana Xavier em relação aos textos literários; eles ratificavam essa imagem que a literatura constrói. Assim, percebemos que o material analisado, por se polifônico, apresentava algumas particularidades. Quando se apresentava em forma iconográfica (que, por conseguinte, tinha um público leitor mais amplo) o jornal demarcava a sua preferência exclusiva às mulheres brancas, sendo estas representadas de forma bem sexualizadas. As negras e crioulas eram representadas de forma quase animalesca. E, no caso das representações textuais, estas ampliavam o leque de preferências sexuais às mulheres que mais se aproximassem da cor branca (a mulata, por exemplo).

Percebemos, desta maneira, após a análise destas representações, que apesar da relação sexual entre indivíduos brancos e pretos ter sido silenciado em grande parte do jornal, esse silêncio nos é significativo. Conforme Michel de Certeau, estes *não-ditos* é que são de suma importância para o entendimento histórico, visto que através deles

---

<sup>283</sup> CÔRTEZ, Giovana Xavier da Conceição. Coisa de pele: relações de gênero, literatura e mestiçagem feminina (Rio de Janeiro, 1880-1910). Dissertação de mestrado. Niterói: UFF-PPGHS, 2005. pp. 23-24.

podemos analisar *as instituições em função do qual ele se organiza silenciosamente*<sup>284</sup>. Ao apresentar as criadas sexualizadas como sendo mulheres brancas, este jornal está assumindo um caráter exemplar e bem afinado às políticas públicas acerca do tema da miscigenação, que até a publicação de *Casa Grande & senzala*, foi tratada negativamente.

Apesar desse jornal se mostrar vanguardista, ao apresentar temas como a homossexualidade<sup>285</sup>, o mesmo não consegue transpor barreiras tão rígidas como uma herança escravista que ainda associava a criada, àquela que deve servir o patrão “para todo o serviço”. Além é claro, de ratificar um discurso “civilizatório” que alimentava preconceitos e determinavam hierarquias de raça, gênero e classe.

---

<sup>284</sup> CERTEAU, Michel de. *op.cit.* pp. 67-69

<sup>285</sup> Neste jornal é que foi publicado o primeiro conto homoerótico brasileiro – *O menino do Gouveia*. Sobre esse tema ver: GREEN, James N. e POLITO, Rinald. *Frescos Trópicos: fontes sobre a homossexualidade masculina no Brasil (1870-1980)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

## Considerações Finais

Não é de hoje que os meios de comunicação criam e disseminam modelos a serem seguidos e estereótipos àqueles que não se “adaptaram” aos padrões idealizados. Quem nunca se deparou com representações de empregadas domésticas sensuais que se submetem aos desejos dos patrões, tantas vezes disseminadas por novelas ou mesmo programas humorísticos? Mais ainda. Quem nunca assistiu a programas de TV que se dizem contrários aos preconceitos, mas, que na verdade, reafirmam estereótipos de classe, raça e gênero? Por mais que muitos veículos de comunicação, como a imprensa escrita, lancem mão de *protocolos de leitura*<sup>286</sup>, que tentem moldar e direcionar as interpretações dos leitores ao material consultado, fica clara a importância do papel ativo e plurissignificativo do leitor frente a uma obra. Partindo desta premissa, foi realizada a análise do jornal *O Rio Nu*, fonte principal deste estudo.

Como já foi demonstrada nas páginas anteriores, a análise do jornal *O Rio Nu* parte do pressuposto de se apresentar como um veículo que rompe com a moral vigente ao apresentar temas, a princípio, que deveriam ficar vedados às intimidades do lar ou simplesmente silenciados como o caso da homossexualidade. Porém, paradoxalmente, a utilização destes temas tabus acaba servindo a uma política pedagógica assumida pelo jornal, no intuito de moralizar os padrões sexuais de seus leitores. Logo, é um material que assume para si o papel de formador de homens civilizados – os *smarts*.

Obviamente, muitos dos leitores que adquiriram esse impresso não reconheceram este papel modelador do jornal, visto que o interesse de grande maioria de seus leitores estava em adquirir um material que fornecesse uma excitação sexual associada à diversão de seu conteúdo humorístico. Todavia, é necessário reconhecer que este jornal, em um momento que o país buscava formar cidadãos que se adequassem aos novos rumos da nação, se imbuísse desse papel. Assim, partindo para as análises dos *protocolos de leituras* disseminados pelo *O Rio Nu*, as análises foram divididas em três fases.

Em um primeiro momento identificam-se os *protocolos de leituras* não apenas através de seus conteúdos, mas também pela disposição de imagens no corpo do texto, a criação e permanência de colunas que abarcavam determinadas temáticas, além da

---

<sup>286</sup> Ver: CHARTIER, Roger. Do livro *á leitura*. In: CHARTIER, Roger (org). *Práticas da leitura*. Trad. Cristiane Nascimento. 5ª ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2011. pp. 77-79.

própria existência de intelectuais de renome que davam legitimidade e notoriedade ao jornal, como a presença de *Olavo Bilac*, por exemplo. Este, que tem sua sexualidade envolta em desconfianças<sup>287</sup>, não encontrou problemas para escrever em um jornal que falava dos homossexuais de forma pejorativa. Assim como João do Rio, que era homossexual, seus escritos eram aceitos e reconhecidos por seus pares, sobretudo, por dizer o que a elite queria ouvir<sup>288</sup>. Além disso, para um jornal que precisava firmar-se na imprensa carioca, nada melhor do que ter pessoas de renome assinando notas e crônicas, mesmo em forma de pseudônimos, para dar legitimidade ao impresso<sup>289</sup>.

Associando intelectuais de grande estirpe a uma linguagem fácil e um material gráfico que se caracterizava pela utilização de diversas imagens, possibilitando que até analfabetos tivessem acesso ao seu conteúdo, este jornal apresentava temas que se repetiam e que por isso poderiam, implicitamente, estimular os leitores a segui-los ou refutá-los. Assim, temas como o teatro, associado a uma forma de lazer desejável aos homens civilizados e o próprio jogo do bicho, que por mais que sofresse perseguições por parte de algumas instituições, eram, no caso do jornal, associados à cientificidade, ou seja, ao moderno.

Em uma segunda fase, as análises do jornal voltam-se para o objetivo de mostrá-lo como um pretense formador de homens “civilizados”, ou seja, os *smarts*. Ele era representado como um homem branco, bem afinado à moda, sobretudo aos padrões europeus, sendo um conhecedor das noites cariocas, além de ser um exímio conquistador. Esta questão da conquista era de suma importância. Partindo desta premissa, destacam-se dois aspectos que um *smart* não poderia ser: homossexual e impotente.

Como se trata de um jornal que está forjando uma masculinidade “idealizada”, o tema da homossexualidade vai ser evidenciado pelo mesmo como algo avesso a este padrão que se pretendia formar. Por ser associada à feminilidade, a homossexualidade foi tratada pelo jornal de forma pejorativa e preconceituosa. Homem que era homem não poderia se submeter ao sexo à moda *Gouveia* por representar a passividade, e, portanto, a feminilidade. Porém, por reconhecerem que o sexo anal era uma prática,

---

<sup>287</sup> GREEN, James. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Editora UNESP, 1999. p. 104.

<sup>288</sup> *Ibidem*.

<sup>289</sup> BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010. p. 142.

possivelmente, incorporada na sociedade brasileira, o jornal aponta as pessoas ideais para essa prática, ou seja, as prostitutas, visto que com as esposas isso não se faz.<sup>290</sup>

Referente à impotência sexual *O Rio Nu*, novamente, demarca o papel do homem frente à sociedade – ele deve procriar, pois isso reflete sua virilidade.<sup>291</sup> Assim, homens idosos que possuíam esposas jovens e fegosas, quando não exerciam eficazmente seu papel, estavam sujeitos, portanto, a traição das mesmas. Como alternativa a este problema, o jornal, afeito às inovações do âmbito científico, divulgava remédios que prometiam à cura para esse mal.

Outro mal que podia destruir uma família, a integridade de um homem e gerar gastos públicos, era o alcoolismo<sup>292</sup>. Os homens que se entregavam a esse vício eram representados de forma humilhante: seja cabisbaixo em uma mesa de bar ou sendo expulso de casa por sua mulher. Desta forma, o jornal ao apresentar o alcoolismo e os outros “problemas” apresentados acima, estipulava um papel bem definido do homem “civilizado”, papel este que não era compatível com tais práticas.

Por fim, o homem que não fosse alcoólatra, homossexual, nem mesmo impotente, deveria ser direcionado corretamente aos tipos de mulheres ideais aos intercursos sexuais. O jornal *O Rio Nu*, apresentava várias mulheres pelas quais os homens poderiam se aventurar fora do casamento. Prostitutas, com ares europeus; mulatas (que de certa forma se aproximavam mais da cor branca); e, as criadas. Por interesse neste ramo do mercado de trabalho, foram selecionadas as representações destas personagens, feitas pelo jornal. Identificamos que o mesmo ratifica uma herança escravista da qual via as criadas/escravas como aquelas que deveriam se prestar à “todo o serviço” do patrão/senhor.<sup>293</sup> Porém, ao apresentar estas personagens como objetos sexuais, o mesmo inverte a realidade ao demonstrar praticamente todas as criadas como mulheres brancas, isto em um ambiente em que a maior parte da demanda por serviço doméstico era pelas mulheres “pretas”.<sup>294</sup>

---

<sup>290</sup> SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989. p. 253.

<sup>291</sup> DEL PRIORI, Mary. O corpo vazio: o imaginário sobre a esterilidade entre a Colônia e o Império. In: DEL PRIORI, Mary e AMANTINO, Márcia (orgs.). *História do Corpo no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p.108

<sup>292</sup> MATOS, Maria Izilda Santos de. *Meu lar é o botequim: alcoolismo e masculinidade*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

<sup>293</sup> GRAHAM, Sandra L. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. tradução de Viviana Bosi. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 36.

<sup>294</sup> Ver tabela 3 do capítulo 3.

Resumindo, o jornal *O Rio Nu*, se aproveitando de uma ampliação do mercado editorial no Brasil, utilizou-se do humor e de uma linguagem acessível a diversos públicos, visto que os recursos iconográficos eram bastante utilizados pelo impresso, para disseminar padrões de vida “civilizados”, sobretudo, europeus. Desta forma, este material forjava uma masculinidade “ideal” que, de certa forma, não deveria ficar restrito à elite brasileira. Daí o jornal, assim como outras instituições<sup>295</sup>, ter assumido para si o papel pedagógico para a formação, pelo menos sexual, dos homens que se pretendiam adequados a uma sociedade que estava tentando “o embarque no trem da evolução rumo à estação ‘civilização’”<sup>296</sup>.

---

<sup>295</sup> Aqui podemos destacar o papel da Medicina, dos juristas, dos policiais, dentre outros.

<sup>296</sup> MELLO, Maria Thereza Chaves de. A modernidade republicana. *Tempo*, n. 26, 2009. pp. 15-31. Disponível em: << [http://www.historia.uff.br/tempo/artigos\\_dossie/v13n26a02.pdf](http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/v13n26a02.pdf)>> Acessado em 12 mar. 2013.p. 18

## REFERÊNCIAS

### Fontes

#### **1. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro - AGCRJ**

Código 50-1-44, Serviço doméstico.

Código 48.4.56, Serviço doméstico.

#### **2. Arquivo Nacional – AN**

##### **Processo:**

AZEVEDO, Francisca Perpétua Bernardina de. Processo nº 2899, ano 1835. Col. M 218, Galeria C.

##### **Foto:**

BRITO, José Ângelo Vieira de. 23 jan. 1934. BR\_RJANRIO\_PH\_0\_FOT\_13189\_001.

#### **3. Biblioteca Nacional – BN**

##### **Periódicos:**

O Rio Nu: periódico semanal caustico humorístico (1898-1916). Rio de Janeiro. Obras Raras. PR-SOR 00008. Disponível também em: << <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>>.

Jornal do Commercio. Ro de Janeiro. (período pesquisado: 1827-1917). PRC-SPR 00001.

#### **3 – Dicionários**

##### **Biblioteca Nacional – BN**



FIGUEIREDO, Candido de. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Lisboa: Livraria Editôra Tavares Cardoso & irmão 5 – Largo do Camões – 6 vol I, 1899. Localização: R469.3 F475no v.1.

FONSECA, José da. *Diccionario da Língua Portugueza e Diccionario de Synonymos seguido do Diccionario poético e de epithetos*. Paris-Lisboa: Livrarias Aillaud e Bertrand. Typ. Aillaud, Alves & Cia. 1878. Localização: R469.3 F676.

### **Demais Dicionários:**

BARROS, Francisco Reynaldo Amotim. *ABC das Alagoas*. Disponível em <[http://www.abcdasalagoas.com.br/public\\_html/verbetes/index/page:118](http://www.abcdasalagoas.com.br/public_html/verbetes/index/page:118)>.. Acessado em: 30 mai 2012

BOCK (org.). *Dicionário Moderno*. Rio de Janeiro: Typ. Rabello Braga, 1903. *Apud*. PRETI, Dino. *A linguagem proibida: um estudo sobre a linguagem erótica: Baseado no Dicionário moderno de Bock, de 1903*. São Paulo: LPB, 2010.

MENEZES, Raimundo de. *Dicionário literário brasileiro*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.

MOURA, Clóvis. *Dicionário da escravidão negra no Brasil* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

### **Bibliografia**

#### **1. Romances e Relatos de Viajantes**

ALMEIDA, Julia Lopes. *Livro das donas e donzelas*. pp. 18-19. Disponível em [www.nead.unama.br](http://www.nead.unama.br) . Acesso em: 10 ago. 2011.

COSTALLAT, Benjamim. *Mademoiselle Cinema*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 1999

DEBRET, Jan-Baptiste. *Voyage pittoresque et historique au Brésil*. Paris: Firmin Didot Frères, imprimeurs de l'Institut de France. 1839. Tomo III

## **2. Livros, periódicos, teses e dissertações.**

ABREU, Martha. “Sobre mulatas orgulhosas e crioulos atrevidos”: conflitos raciais, gênero e nação nas canções populares (Sudeste do Brasil, 1890-1920). *Tempo*, Rio de Janeiro, n. 16. 2003.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Proletários e escravos: imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872. *Novos Estudos CEBRAP*. Julho de 1988, n. 21. pp. 30-56.

\_\_\_\_\_. Vida privada e ordem privada no Império. In. NOVAIS, Fernando A. (coord.) e ALENCASTRO, Luiz Felipe (org.). *História da vida privada no Brasil*. Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. vol. 2. pp.35-51.

ARAÚJO, Rosa Maria Barbosa de. *A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

BAKOS, Margaret Marchiori. Regulamentos sobre o serviço dos criados: um estudo sobre o relacionamento Estado e Sociedade no Rio Grande do Sul (1887-1889). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 4, n. 7, p. 94-104, mar. 1984.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BARBOSA, Maria José Somerlate. Chorar, verbo transitivo. *Cadernos Pagu*, v. 11, pp. 321-343, 1998.

BARREIRO, Alex. A construção criminal da pedofilia no Brasil: entre as práticas institucionais e o discurso patológico. *Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH-RIO*. Rio de Janeiro, 2012. p. 5. Disponível em: [http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1337302264\\_ARQUIVO\\_AConstrucaoCriminaldaPedofilianoBrasil.pdf](http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1337302264_ARQUIVO_AConstrucaoCriminaldaPedofilianoBrasil.pdf). Acessado em 15 abr. 2013.

BECKER, Jean-Jacques. *A opinião pública*. In. RÉMOND, René (org) Por uma História Política. 2ª edição. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003.

BESSONE, Tânia. As leitoras no Rio de Janeiro do século XIX: a difusão da literatura. *Gênero*. Niterói, v.5, n.2, p.81-93, 1. set. 2005.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 2ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRETAS, Marcos L. *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil – 1900*. 3 ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, Departamento de Cultura da Guanabara, 1975.

CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, Marcus J. M. de. De portas adentro e de portas afora: trabalho doméstico e escravidão no recife, 1822-1850. *Afro-Ásia*, 29/30, 2003. p. 41-78.

CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1919-1940)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp/ Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2000.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Revisão Técnica: Arno Vogel. Rio de Janeiro: Forense-Universitária. 1982

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

\_\_\_\_\_. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

\_\_\_\_\_. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 2ª ed. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2001.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1990.

\_\_\_\_\_. (org). *Práticas da Leitura*. 5 ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2011

\_\_\_\_\_. Textos, Impressão, Leituras. In. HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

COOPER-RICHET, Diana. De um hemisfério ao outro. O papel das Revoluções na circulação de ideias: as representações da América do Sul na The Edinburg Review e The Quartely Review. *Livro. Revista do Núcleo de Estudos do Livro e da Edição*. N. 1, maio, 2011. São Paulo: USP/Ateliê Editorial, pp. 99-114.

CÔRTEZ, Giovana Xavier da Conceição. Coisa de pele: relações de gênero, literatura e mestiçagem feminina (Rio de Janeiro, 1880-1910). Dissertação de mestrado. Niterói: UFF-PPGHS, 2005.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

CRUZ, Teresa Cristina de Carvalho. *Análise iconográfica do trabalho escravo no Brasil a partir de uma pintura de Debret*. Disponível em <http://www.periodicos.udesc.br/index.php/percursos/article/viewFile/1521/1283>.

Acessado em 03 abr. 2013.

DEL PRIORI, Mary. O corpo vazio: o imaginário sobre a esterilidade entre a Colônia e o Império. In. DEL PRIORI, Mary e AMANTINO, Márcia (orgs.). *História do Corpo no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

EL FAR, Alessandra. *Ao gosto do povo: as edições baratíssimas de finais do século XIX*. In. BRAGANÇA, Aníbal e ABREU, Márcia (orgs.). Impressos no Brasil: dois séculos de livros brasileiros. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

\_\_\_\_\_. *Páginas de sensação: literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro.(1870-1924)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ENGEL, Magali Gouveia. *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro, 1840-1890*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989

FREIRE, Maria Martha de Luna. *Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

\_\_\_\_\_. *Mulheres, Mães e Médicos: discurso maternalista em revistas femininas (Rio de Janeiro e São Paulo, década de 1920)*. 2006. 336f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz, Rio de Janeiro, 2006.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51ª ed. São Paulo: Global, 2006.

GOULEMONT, Jean-Marie. *Esses livros que se lêem com uma só mão: leitura e leitores de livros pornográficos no século XVIII*. São Paulo: Discurso Editorial, 2000.

GRAHAM, Sandra L. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. tradução de Viviana Bosi. São Paulo: Companhia das Letras, 1992

GREEN, James. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

\_\_\_\_\_. e POLITO, Rinald. *Frescos Trópicos: fontes sobre a homossexualidade masculina no Brasil (1870-1980)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. In. \_\_\_\_\_, *Futuro Passado: contribuição á semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006. pp. 305-327.

LINDEN, Marcel van der. Rumo a uma nova conceituação histórica da classe trabalhadora mundial. *História*, São Paulo, v.24, N.2, 2005. pp. 11-40. Disponível em: << [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-90742005000200002&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-90742005000200002&script=sci_abstract&tlng=pt)>>. Acessado em 04 de jun. 2011.

LONDONO, Fernando Torres. A origem do conceito Menor. In. DEL PRIORI, Mary (org.) *História da Criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991. [Arquivo em pdf]. Disponível em: <<[http://xa.yimg.com/kq/groups/24805135/99322649/name/UNKNOWN\\_PARAMETER\\_VALUE](http://xa.yimg.com/kq/groups/24805135/99322649/name/UNKNOWN_PARAMETER_VALUE)>>. Acessado em 04 mai. 2013.

LUSTOSA, Isabel. *Imprensa, humor e caricatura: a questão dos esteriótipos culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

MAGALHÃES, Felipe Santos. *Ganhou leva...do vale o impresso ao vale o escrito. Uma História Social do jogo do bicho no Rio de Janeiro (1890-1960)*. 2005. 227 f. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/IFCS, UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.

MARIN, Louis. Ler um quadro- uma carta de Poussin em 1639. In. CHARTIER, Roger (org). *Práticas da Leitura*. 5 ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.

MATOS, Maria Izilda de S. Corpos numa paulicéia desvairada: mulheres, homens e médicos. São Paulo, 1890-1930. *Proj. História*. São Paulo, n. 25. dez 2002. pp. 383-384. Disponível em:

<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10597/7887>. Acessado em 14 abr. 2013.

\_\_\_\_\_. *Cotidiano e Cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

\_\_\_\_\_. *Meu lar é o botequim: alcoolismo e masculinidade*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

\_\_\_\_\_. Porta adentro: criados de servir em São Paulo de 1890 a 1930. In: BRUSCHINI, Maria Cristina e SORJ, Bila (Org.). *Novos olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil*. São Paulo: Marco Zero, 1994. p. 193- 212

MELLO, Maria Thereza Chaves de. A modernidade republicana. *Tempo*, n. 26, 2009. pp. 15-31. Disponível em: <<  
[http://www.historia.uff.br/tempo/artigos\\_dossie/v13n26a02.pdf](http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/v13n26a02.pdf)>> Acessado em 12 mar. 2013.

\_\_\_\_\_. *A República Consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: Editora FGV: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Eduf), 2007.

MORAES, Andréa. O Corpo no Tempo: velhos e envelhecimento. DEL PRIORE, Mary e AMANTINO, MÁRCIA (orgs). *História do corpo no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2011. pp. 427-452.

MORAES, Eliane Robert e LAPEIZ, Sandra Maria. *O que é pornografia?* São Paulo: Abril Cultura/Brasiliense, 1985.

MOTT, Luiz. Pedofilia e Pederastia no Brasil Antigo. In. DEL PRIORI, Mary (org.) *História da Criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991. [Arquivo em pdf]. Disponível em:

<<[http://xa.yimg.com/kq/groups/24805135/99322649/name/UNKNOWN\\_PARAMETER\\_VALUE](http://xa.yimg.com/kq/groups/24805135/99322649/name/UNKNOWN_PARAMETER_VALUE)>>. Acessado em 04 mai. 2013.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *Cidadania, cor e disciplina: na revolta dos marinheiros de 1910*. Rio de Janeiro: Mauad X/FAPERJ, 2008.

PEREIRA, Cristiana Schettini. *Um gênero alegre: imprensa e pornografia no Rio de Janeiro (1898-1916)*. Dissertação de mestrado. Campinas, SP: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

\_\_\_\_\_. *“Que tenhas teu corpo”*: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas. 2002. 335f. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Unicamp. Campinas/ São Paulo, 2002.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *O carnaval das letras: literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX*. 2ª ed. ver. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.

POPINIGIS, Fabiane. *Proletários de casaca: trabalhadores do comércio carioca (1850-1911)*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

PRETI, Dino. *A linguagem proibida: um estudo sobre a linguagem erótica: Baseado no Dicionário moderno de Bock, de 1903*. São Paulo: LPB, 2010.

REIS, Adriana Dantas. *Cora: lições de comportamento feminino na Bahia do século XIX*. Salvador: FCJA; Centro de Estudos Baianos da UFBA, 2000.

REIS, Ângela de Castro. *Ser mulher e atriz no contexto social de meados do século XIX ao início do XX*. Plural Pluriel – revue des cultures le langue portugaise, nº8, printemps-été 2011, [Em ligne] URL: [www.pluralpluriel.org](http://www.pluralpluriel.org). ISSN: 1760-5504.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Tese de doutorado, vol.1. Campinas, São Paulo: Departamentode História/ Instituto de filosofia e Ciências Humanas, 1997.



SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do riso: a representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SAMARA, Eni de Mesquita. Mistérios da “fragilidade humana”: o adultério feminino no Brasil, séculos XVIII e XIX. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 15, n.29, 1995. pp. 57-71. Disponível em [www.anpuh.org/arquivo/download?ID\\_ARQUIVO=3773](http://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3773). Acessado em 04 abr. 2013.

SANTOS, Fernando Sergio Dumas dos e VERANI, Ana Carolina. Alcoolismo e medicina psiquiátrica no Brasil do século XX. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.17, supl. 2, dez. 2010. pp. 401-420. Disponível em: <<<http://www.scielo.br/pdf/hesm/v17s2/08.pdf>>>. Acessado em 15 mai. 2013.

SCHETTINI, Cristiana. O que não se vê: corpos femininos nas páginas de um jornal malicioso. In. DEL PRIORI, Mary e AMANTINO, Márcia (orgs) *História do corpo no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2011. pp. 315-350.

SCHWARCZ, Lilia M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCOTT, James C. Exploração normal, resistência normal. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, nº 5, janeiro-julho de 2011.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In. RÉMOND, René. (org) *Por uma História Política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. pp.231-269.

SOARES, Aline Mendes. “*Precisa-se de um pequeno: negociação, conflito e estratégia de vida da mão-de-obra infantil negra no pós-abolição no Rio de Janeiro (1888-1927)*”. In. ABREU, Martha e PEREIRA, Matheus Serva (orgs). Caminhos da liberdade: histórias da abolição e da pós-abolição no Brasil. 1ª Ed. Niterói/RJ: PPGH e Editorada UFF, 2011. pp. 362-375.

SOARES, Luis Carlos. *O “Povo de Cam” na Capital do Brasil: A Escravidão Urbana no Rio de Janeiro do Século XIX*. Rio de Janeiro: Faperj – 7Letras, 2007.

\_\_\_\_\_. *Rameiras, Ilhoas e Polacas... a prostituição no Rio de Janeiro do século XIX*. São Paulo: Editora Ática S. A., 1992.

SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

SOUZA, Flávia Fernandes de. *Para casa de família e mais serviço: o trabalho doméstico na cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX*. Dissertação de mestrado. Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Magali Gouveia Engel. São Gonçalo/RJ: UERJ-FFP/PPGHS, 2010.

SOUZA, Ricardo Luiz de. Cachaça, vinho, cerveja: da Colônia ao século XX. 33. *Estudos Históricos*. 2004. pp. 56-75. Disponível em: <<  
<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewArticle/2211>>>. Acessado em 12 abr. 2013.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TRIMBACH, Randolph. Fantasia erótica e libertinagem masculina no Iluminismo inglês. In. HUNT, Lynn. *A invenção da pornografia: obscenidade e as origens da modernidade, 1500-1800*. 1ª edição. São Paulo: Hedra, 1999.

VELLOSO, Mônica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. In. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de A. Neves. *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Livro 1. 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

## ANEXOS

Tabela 1

Quantidade de anúncios demandando mulheres para o serviço doméstico a partir do quesito idade por profissão– <i>Jornal do Commercio</i> (1827-1917)										
	Cozinheira	Lavadeira	Engomadeira	Ama-seca	Criada/arrumadeira	Tomar conta de criança	Costureira	Copeira	Empregada	Total
Meia idade	5	2	4	2	7		3	1		24
Menor de idade			1	7	14	11		1		34
Maior de idade\ mais idade	1				1			1	1	4
Maior de 30 anos		1	1		1					3
10 a 60 anos					1					1
Senhora de idade ou menina de 12 a 15 anos					1					1
Senhora de idade					2					2
Moça ou de meia idade	1				1					2
Menina				1	2					3
Senhora	1	2	2	1	5	2				13
Mocinha					2					2
Moça	2	4	6	11	9	2		2		36
Pequena				1	3	2				6
Rapariga\ rapariguinha	2	1	1	1	6	1		1		13
Criadinha					1					1
Negrinha					1	1	1			3
Não identificado	235	122	86	38	111	5	20	35	17	669
Total	247	132	101	62	168	24	24	41	18	817

Dados retirados da seção de anúncios do *Jornal do Commercio* no período de (1827-1917). Para obter estes dados selecionamos as primeiras segundas-feiras de novembro (pelo fato de ser um dia que possui um número significativo de anúncios) repetindo o intervalo de 5 anos a partir de 1827.(a escolha por apenas um dia se dá pelo fato dos anúncios serem em grande quantidade e não se alterarem muito em seu conteúdo). Outro dado importante é o fato de que foram selecionadas para a confecção desta tabela as profissões com maior demanda.Fonte: Seção de Anúncios. *Jornal do Commercio* (1827-1917) – Setor de Microfilmes e periódicos da Biblioteca Nacional.

Tabela 2

Quantidade de anúncios demandando homens para o serviço doméstico a partir do quesito idade por profissão – <i>Jornal do Commercio</i> (1827-1917)								
	Cozinheiro	Criado	Copeiro	Auxiliar de cozinha	Dar recados	Quitandeiro	Empregado	Total
Meia idade	1	4						5
Menor de idade		7	11	1		1	1	21
Moço	1	3	1					5
Mocinho		1						1
Rapaz		5	4			1		10
Molecote\moleque		4			1		1	6
Menino		3	1					4
10 a 60 anos		1						1
Moço ou pequeno		1						1
Moleque ou menino			2					2
Rapazinho		2						2
Pequeno		6	2	3				11
Pouca idade			1					1
Não identificado	55	16	24	9				104
Total	57	53	46	13	1	2	2	174

Fonte: *Ibidem*.

Ao realizarmos a coleta de dados para a elaboração das tabelas 1 e 2 nos deparamos com nomenclaturas referentes às idades que merecem maiores explicações. Desta forma, para garantir maior clareza nas análises das tabelas agrupamos várias referências à idades numéricas em conceitos mais abrangentes como: Meia idade, Maior de idade e Menores de idade.

Iniciando as explicações em torno da noção de “menor idade”, primeiro, temos que levar em consideração de que a noção de infância é uma construção social muito recente.<sup>297</sup> Durante o século XIX muitas discussões em torno desta noção foram feitas e permaneceram sendo discutidas também durante o século XX.<sup>298</sup> Para termos uma noção, muitas medidas legislativas foram criadas a fim de tentar encapsular uma determinada faixa etária no conceito de “menor de idade” a fim de responder problemas

<sup>297</sup> SOARES, Aline Mendes. “*Precisa-se de um pequeno: negociação, conflito e estratégia de vida da mão-de-obra infantil negra no pós-abolição no Rio de Janeiro (1888-1927)*”. In: ABREU, Martha e PEREIRA, Matheus Serva (orgs). *Caminhos da liberdade: histórias da abolição e da pós-abolição no Brasil*. 1ª Ed. Niterói/RJ: PPGH e Editorada UFF, 2011 p. 366

<sup>298</sup> *Ibidem* p. 366

tais como a exploração do trabalho infantil, a menoridade penal e o direito à emancipação paterna.<sup>299</sup>

O Código Criminal do Império de 1830, por exemplo, determinava que os menores de 17 anos já pudessem responder criminalmente, porém referente a idade civil, a maioridade só seria conquistada a partir dos 21 anos.<sup>300</sup> Já a legislação republicana codificada nos Código Penal de 1890, na Constituição de 1891 e no Código de Menores de 1927, estabelecia como menores de idade aqueles com idade inferior a 18 anos<sup>301</sup>. Todavia, tais medidas legislativas não dão conta da noção de infância. De acordo com Miriam L. Moreira Leite, a infância, por ser uma construção social e cultura não pode ser reduzida a abstrações numéricas, pois tais não dão conta de sua variabilidade.<sup>302</sup>

Esta afirmativa pode ser confirmada pela presença de diversos termos presentes nos anúncios do *Jornal do Commercio*. A presença de termos tais como “pequenos” ou “pequenas”, “negrinha”, “pardinha”, “moleques”, “molecotes”, “meninos”, “rapariguinhas”, por mais que não definam a idade real dos servidores anunciados, já nos mostram a relação com a infância. Assim, para não perdemos estas variabilidades conceituais preferimos mantê-las no corpo das tabelas, só realizando incorporações na noção “menor de idade” em casos que as idade numéricas eram explícitas.

Referente à categoria “meia idade” podemos englobar todas as pessoas maiores de 40 anos.<sup>303</sup> Porém, como tínhamos mencionado, em relação a infância, somente abstrações numéricas não são capazes de dar conta da variabilidade que estas noções de idades nos podem dar. Um exemplo desta constatação é o fato de muitos anúncios, no lugar da utilização do termo “meia idade” e da expressão das idades em forma numérica, utilizar no lugar conceitos tais como “senhoras de idade”. De acordo com

---

<sup>299</sup> LONDONO, Fernando Torres. A origem do conceito Menor. In. DEL PRIORI, Mary (org.) *História da Criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991. [Arquivo em pdf]. Disponível em: <<[http://xa.yimg.com/kq/groups/24805135/99322649/name/UNKNOWN\\_PARAMETER\\_VALUE](http://xa.yimg.com/kq/groups/24805135/99322649/name/UNKNOWN_PARAMETER_VALUE)>>.

Acessado em 04 mai. 2013. p. 76

<sup>300</sup> *Ibidem*.

<sup>301</sup> SOARES, Aline Mendes. “*Precisa-se de um pequeno*: negociação, conflito e estratégia de vida da mão-de-obra infantil negra no pós-abolição no Rio de Janeiro (1888-1927). In. ABREU, Martha e PEREIRA, Matheus Serva (orgs). *Caminhos da liberdade: histórias da abolição e da pós-abolição no Brasil*. 1ª Ed. Niterói/RJ: PPGH e Editorada UFF, 2011. p. 366

<sup>302</sup> LEITE, M.L.M A infância no século XIX segundo Memórias e Livros de Viagem. In: FREITAS, M.C (org). *História da Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2003. p.21. *Apud* SOARES, Aline Mendes. “*Precisa-se de um pequeno*: negociação, conflito e estratégia de vida da mão-de-obra infantil negra no pós-abolição no Rio de Janeiro (1888-1927). In. ABREU, Martha e PEREIRA, Matheus Serva (orgs). *Caminhos da liberdade: histórias da abolição e da pós-abolição no Brasil*. 1ª Ed. Niterói/RJ: PPGH e Editorada UFF, 2011 p. 367.

<sup>303</sup> GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. tradução de Viviana Bosi. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.p. 36

Gilberto Freyre, a utilização deste termo era corrente entre as mulheres livres, que a utilizavam como forma de diferenciação das escravas<sup>304</sup>. Logo, podemos deduzir, que a demanda por “senhoras de idade”, além de representar uma escolha pela idade, representava também a condição civil da mulher contratada. Daí o motivo pela manutenção desse termo na tabela.

---

<sup>304</sup> FREYRE, Gilberto. *Os escravos nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. 4ª ed. São Paulo: Global, 2010. p.11

Tabela 3

Preferências por cor e nacionalidade verificadas em anúncios do *Jornal do Commercio* (1827-1917) – sexo feminino

	1827	1832	1837	1842	1847	1852	1857	1862	1867	1872	1877	1882	1887	1892	1897	1902	1907	1912	1917	Total
Preta	1	1	3	3	2	7	34	37	41	6	48	15	1							199
Cabra							1													1
Preta de nação			1																	1
Preta crioula							1													1
Preta Mina			1																	1
Parda	1	1			1	2	4	6	12	3	15	11	1							57
Parda clara	1																			1
Parda escura									1		1									2
Crioula					1	1	3		8	2	7	4							1	27
Negra			1	1		2		1			5	4	1							15
Branca							1	1	2		7	5	1	3	1	3	6	2	2	34
Branca filha Do brasil				1																1
Estrangeira ou nacional														1						1
Branca ou de cor									2		1		5	7		1				16
De cor									1		1		1	3	2		1	6	1	16
Parda ou preta							1				2	1								4
Portuguesa							2				5	4		1	2	4	7	61	6	92
Estrangeira													1	1	2	5	3	5	2	19
Alemães											2	1		2	2			4		11
Espanhola												1		2						3
Francesa								1			1	1	1	1					1	7
Nacional-brasileira															2	1	1	4		8
Chegada da Europa																2				2
Qualquer condição de cor									1											1
Portuguesa ou alemã												1								1
De nação							1													1
Preta ou de cor								1												1
Francesa ou alemã											1									1
Não informado	2	2	1	5	2	6	19	20	22		76	95	57	123	84	76	67	190	27	874
Total	5	4	7	10	6	18	67	67	90	11	172	143	69	144	95	92	85	274	39	1398

Fonte: Tabela criada a partir de dados coligidos na Seção Anúncios do JC. *Jornal do Commercio*. nov.

1827-1917